

A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA VALORIZAÇÃO DOS POLICIAIS: UMA ATUAÇÃO BASEADA EM VALORES ÉTICOS

Brenda Sousa de Miranda¹; Denise França Costa²

Resumo

Este artigo relata a pesquisa na área da Segurança pública de Belém do Pará, o Projeto Violência e Comportamento Ético, do Programa Defesa e Paz Social da Faculdade de Serviço Social, na Universidade Federal do Pará, tendo como eixo central buscar traçar o perfil do policial civil paraense e levantar as condições de trabalho e vida. Nesta pesquisa realizada em parceria, com a delegacia Geral da policia civil, sendo uma pesquisa qualitativa originada de dados quantitativos, aliada a aplicação de questionários. A partir da coleta de dados foi possível traçar o perfil do policial civil, se destacando a maioria do sexo masculino e da categoria investigador. Com base nos dados obtidos foi possível elaborar uma política de valorização do policial com o objetivo de proporcionar maior qualidade de vida assim refletindo de forma positiva em sua ação. Percebemos que é preciso reaprender e criar a paz dentro de si e da comunidade, pois se existe um ciclo de violência, deve-se e é possível, criar um ciclo de Não-Violência.

Palavras- Chave: Policia Civil, Violência, Serviço Social.

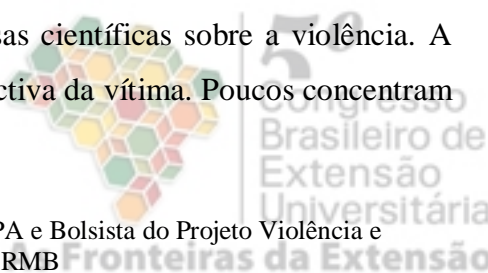
Introdução

Em nossa sociedade a reprodução da violência se dá de maneira cada vez mais direta e constante, onde notícias nos jornais são veiculadas a cada momento divulgando essa realidade, que é vivenciada na pele por toda a sociedade, que constantemente vive sob a pressão da insegurança. Segundo Teles e Melo (2003) violência, em seu significado mais frequente, quer dizer uso da força, psicológica ou intelectual para abrigar outra pessoa a fazer algo que não esta com vontade; é constranger, é impedir a outra pessoa a fazer algo que não está com vontade. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano.

Com aumento da criminalidade nos grandes centros urbanos brasileiros nas últimas décadas, fez surgir uma enorme quantidade de pesquisas científicas sobre a violência. A quase totalidade se dedica a estudá-la a partir da perspectiva da vítima. Poucos concentram

¹ Autora, Discente do 7^a semestre do curso de Serviço Social – UFPA e Bolsista do Projeto Violência e Comportamento ético: O serviço Social nas Seccionais Urbanas da RMB

² Autora, Discente do 7^a semestre do curso de Serviço Social – UFPA e Bolsista do Projeto Violência e Comportamento ético: O serviço Social nas Seccionais Urbanas da RMB



seu foco sobre os agentes responsáveis diretos pela segurança pública na sociedade, os policiais.

Segundo Arendt (1994) A violência aparece como um problema ligado à educação, percebido tanto em relação à escola quanto à cultura, e investigando desde a percepção da questão, o estudo de suas causas e manifestações, até a proposição explícita de uma educação para a paz.

A pesquisadora Verônica do Couto Abreu, professora do curso de Serviço Social, realizou um estudo pioneiro no Estado do Pará coordenando um projeto inédito em sua área acadêmica sobre o perfil do policial civil no Estado do Pará direcionando seu olhar para o agente promotor da segurança pública, o policial, analisando a sua dimensão humana. Esta pesquisa teve como instituições parceiras a UFPA- especificamente o curso de serviço social, a delegacia geral da polícia civil e a associação e sindicato dos delegados

Durante dois anos, no Período de março/98 até março/2000 estudantes do curso de Serviço Social, sob coordenação da pesquisadora, coletaram dados funcionais dos policiais em prontuários, entrevistas, entre os quais escolaridade, composição familiar, punições, elogios e transferências. O objetivo maior foi o de contribuir para a elaboração de uma política de valorização humana desse profissional.

A partir da realização da pesquisa, que lançou um foco para dentro da instituição, foi criado, em 2000, um setor psico-social na Polícia Civil, formado por um grupo de assistentes sociais e psicólogos, voltado para a assistência ao policial. E posteriormente a criação a Diretoria de Atendimento ao Servidor - DAS.

A partir desta pesquisa criou-se o Projeto Violência e Comportamento Ético que está vinculado ao Programa de Extensão Universitária, Defesa e Paz Social, desenvolvido há mais de vinte anos na Universidade Federal do Pará, têm sua linha de pesquisa na área da Defesa Social, desde o ano de 2001 o estágio profissional tem parceria com a Polícia Civil, facilitando a inserção em varias dimensões da temática apresentada, fato este que se tornou um instrumento ao longo destes anos, a elaboração de dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso, monografias e artigos, seus estudos tem como principal objetivo a discussão da cultura de Paz e não-violência nas relações estabelecidas no espaço institucional da Polícia Civil.

Nesse sentido o Projeto Violência e comportamento ético têm como objetivos analisar os comportamentos violentos em relação à sociedade, o mau atendimento a população nas unidades policiais, desvendar focos de violência institucional impenetrados no mesmo, afim de contribuir com uma pratica educativa para a elaboração de uma política

de valorização da pessoa humana do policial e do usuário, proporcionando a discussão da eticidade e paz social e sendo um importante meio para estudar como o Serviço Social está inserido nesta instituição no atendimento à população. Assim, como compreender os impactos decorrentes da atividade do policial e como isso repercute na cidadania da população usuária. Articulando a teoria sobre a ética, direitos humanos, cultura de paz e não-violência com os resultados acolhidos na pesquisa empírica.

Material e Metodologia

A pesquisa teve caráter qualitativo originada de dados quantitativos aliados a observação participante, entrevistas presenciais, consulta aos dossiês, pesquisa documental.

A metodologia utilizada que inicialmente desenvolvida em 1998, foi um a pesquisa por meio de levantamento através de estudo/análise dos prontuários dos policiais e aplicação de questionários. Nos questionários as variáveis trabalhadas foram: sexo, idade, escolaridade, naturalidade, composição familiar, tempo de serviço, licença saúde, transferências, elogios, repreensão, suspensão. Os estagiários realizaram entrevistas com os policiais em seus ambientes de trabalho na busca de diálogos com os policiais, técnicos, com objetivo de verificar quais serão o impacto da educação de uma cultura de Paz e não-violência.

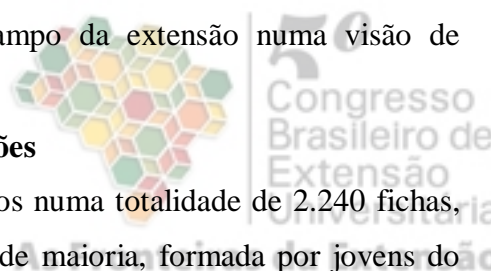
Após análise dos dados, foi traçado o perfil dos profissionais da segurança pública, e partir deste estudo foi elaborada uma política sustentada na humanização deste profissional.

Percebemos que o espaço de trabalho do policial é um local permeado de conflitos, voltamos o olhar para a população usuária dos serviços que são atendidos pelo Serviço Social, a fim de perceber como se dá essa violência que penetra no espaço das seccionais, pois reflete no ambiente de trabalho do policial.

Buscou-se o suporte necessário aos fundamentos conceituais que ajudarão a formular as questões de investigação, espera-se obtê-los tanto nos diálogos em sala de aula como nos demais espaços e indicações para a pesquisa. Além desses instrumentos, por considerar que a intervenção tem seu caráter investigativo, utilizaremos outros procedimentos que complementem a inserção no campo da extensão numa visão de totalidade.

Resultados e Discussões

Após a intervenção, foi feita a análise dos dados numa totalidade de 2.240 fichas, mostraram que a Polícia Civil do Pará é, na sua grande maioria, formada por jovens do sexo masculino com 74 % a faixa etária entre 28 a 39 anos, fazem parte da categoria de



investigadores, sendo quase coincidente o estado civil de solteiros e casados com 46% e 43% respectivamente. O ensino médio completo e superior faz parte da escolaridade da maioria dos policiais. Enquanto ao tempo de serviço com maior incidência varia entre quatro a dez anos.

Grandes partes dos policiais tiraram licença saúde e das doenças diagnosticadas, 31% relacionam-se ao stress, que é um número alto acarretando um custo muito grande para o Estado, para a área de saúde e para a própria Polícia. Percebeu-se que os investigadores, linha de frente do trabalho policial, são os mais expostos aos efeitos danosos da atividade. As doenças de maior incidência eram as traumatológicas, com 21% dos casos. São também causadas pelo estresse doenças como hipertensão, gastrite e úlcera, que juntos somaram 23% dos casos diagnosticados. Outro fator apontado como causador de instabilidade para o policial é o alto índice de transferências de localidades ou unidades. O número de transferências de uma localidade ou unidade policial faz parte de 94% do contingente policial.

A idéia disseminada de que o corporativismo da Polícia protege o policial de punições foi anulada após a consulta aos dossiês individuais. Por exemplo, no período da pesquisa 49% dos policiais foram punidos com suspensões e repreensões, sendo 1,8% desses receberam mais de 13 suspensões. As transgressões mais cometidas pelos policiais e que são motivos de punições deve-se à falta ao serviço ou plantão sem aviso.

A partir da realização da pesquisa, que lançou um foco para dentro da instituição, e também em função da pressão exercida pela associação e sindicato dos delegados civis, foi criado, em 2.000, um setor psico-social na Polícia Civil, formado por um grupo de Assistentes Sociais e Psicólogos, voltado para a assistência ao servidor de segurança pública. Posteriormente houve a criação a Diretoria de Atendimento ao Servidor (DAS) que tem por objetivo atuar, de forma preventiva e curativa, no atendimento aos servidores da Polícia Civil e seus dependentes, além de propiciar condições no âmbito biopsicossocial de melhoria da qualidade de vida e do desempenho profissional, mediante serviços prestados por uma equipe multiprofissional.

Assim com esta pesquisa o Projeto Violência e Comportamento Ético possibilitou a análise institucional no ambiente de trabalho dos policiais, assim como um estudo de sua relação com profissionais que tem atividades correlacionadas as suas, contribuindo para a elaboração de uma política de valorização humana desse profissional. Possibilitando a abertura de espaços em seccionais as quais favorecem um trabalho de estudo e pesquisa

para os discentes do curso de Serviço Social – UFPA, sendo um espaço de estágio supervisionado.

Posteriormente lançou-se um olhar sobre as Seccionais Urbanas da Região Metropolitana de Belém - RMB que é um importante espaço de intervenção do Serviço Social uma vez que há a presença do Assistente Social nas seccionais para o atendimento à população no que tange à resolução de conflitos oriundo das questões sociais expressas no cotidiano da população.

Sabemos que os resultados do desenvolvimento de trabalhos como este que o Programa Defesa e Paz social desenvolve, engendram resultados a médio e longo prazo, visto que, o objeto de trabalho é o ser humano. Logo não podemos delimitar resultados exatos, mas podemos perceber que o trabalho desenvolvido por nós possui legitimidade, pois, atinge seu principal objetivo de induzir as pessoas a refletirem sobre suas ações, atitudes e opiniões.

Conclusão

Podemos analisar que a pesquisa teve um enriquecimento teórico para a área da Segurança Pública, a partir do perfil do policial obtido na pesquisa pôde-se implementar um serviço especializado de atendimento a este servidor, que veio a refletir no seu agir profissional. Fomentando também esta discussão no meio acadêmico, tornando-se um espaço privilegiado de espaço supervisionado onde desde o início da pesquisa ocorreu à produção de 70 trabalhos de conclusão de curso, contribuindo para a efetivação de um trabalho voltado para disseminação da cultura de paz e não-violência no espaço policial.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **Sobre Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- CARDIA, Nancy. **O Medo da Policia e as graves violações dos direitos** IN Tempo Social Revista Sociologia da USP, São Paulo, 1997.
- TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Monica de. **O que é violência doméstica contra mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MYNAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.



A EDUCAÇÃO COMO OBJETO DE TRANSFORMAÇÃO DO COMPORTAMENTO – REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA EDUCAÇÃO E DA MULHER NO SISTEMA CARCERÁRIO.

Área Temática: Direitos Humanos

Responsável do trabalho: Luciano Oliveira de Oliveira

Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Autores: Luciano Oliveira de Souza¹; Fabiana Santos de Paula²; Maria Amélia Souza Reis³

Palavras Chave: Gênero, educação penitenciária e direitos humanos.

RESUMO

A partir da década de 50, a educação carcerária surgiu, na tentativa de mudar a concepção de punir por punir. A exclusão da mulher privada de liberdade é agravada por diversos motivos, entre eles, o seu perfil biográfico-social e cultural, o não atendimento continuado do seu direito à saúde, seus direitos sexuais reprodutivos (especialmente à expressão de afetividade e sexualidade), a preservação do seu núcleo familiar, entre outros. objetivamos identificar o perfil social, cultural, escolar e étnico das mulheres presidiárias. Dessa forma foi feito um estudo histórico, etnográfico e qualitativo que envolve pesquisas por meio de entrevistas informais com mulheres privadas de liberdade o que permitiu refletir sobre as possibilidades da valorização da educação, da família e do trabalho dessas mulheres. Compreender os processos de desigualdades nas unidades prisionais femininas e masculinas. O projeto busca também evidenciar o que está silenciado por décadas, que é a diferença de gênero que permeia a sociedade, e como esta questão ganha um destaque quando se trata de punir pessoas do sexo feminino e o quanto isso é prejudicial para o conjunto familiar e tem reflexos desastrosos em toda uma sociedade.

INTRODUÇÃO

A prisão, por muito tempo, foi utilizada unicamente para punir pessoas. Não havia a intenção de qualificar ou de ressocializar os que nela por longo tempo permaneciam. Com base nessa realidade, a partir da década de 50, a educação carcerária surgiu, como tentativa de mudar essa concepção.

Nos dias de hoje, discussões relativas à educação envolvem questões de grande complexidade, como por exemplo, gênero, classe social e etnia, dentre outros. No sistema carcerário tais questões se agravam devido as especificidades dessa instituição,

¹ Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.E-mail: luc_oliv@ig.com.br.

² Graduanda em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.E-mail: fabisantospaula@yahoo.com.br

³ Professora Doutora e orientadora. E-mail: asouzareis@hotmail.com

tais como: dificuldades de liberação das internas para a escola, dificuldades de estrutura, a baixa escolaridade e interesse das alunas, a questão da visita íntima.

Com bases nos dados do site do Ministério da Justiça⁴ de dezembro de 2010 o sistema carcerário do Rio de Janeiro, possui o total de 25.514 presos, entre esses, 23.936 são homens e 1.578 mulheres. Distribuídos em 44 unidades prisionais masculinas e 10 femininas.

O nível de escolaridade é outro ponto que contribui muito para o reforço dessa questão. Existem diversos estudos, como por exemplo, os de Leite (2008) e Santos (2005) que afirmam que a educação está intimamente relacionada com a criminalidade, fator não determinante, mas com forte influência para tal comportamento. Segundo a linha de pensamento de Paulo Freire, *“a educação não pode tudo, mas alguma coisa fundamental a educação pode.”* (1996, p.112).

LEMGRUBER (1983, p. 123) acrescenta: “Diz-se que a pena-prisão tem basicamente quatro objetivos: reformar, retribuir, incapacitar e deter. No entanto, tais objetivos resultam conflitantes e, dentre eles, o único que a prisão consegue realizar é o de retribuir, ou seja, meramente, punir”. Essa passagem confirma a importância de se investir nesta área, para possibilitar para ambos os gêneros, a oportunidade de refletir, trabalhar e estudar para deixá-los em condições de voltar ao convívio social.

A violência contra a mulher reforça a sua submissão, porém não significa que ela seja incapaz de também agir de forma violenta, ter uma conduta criminosa. Tal fato, entretanto não legitima a violência física e simbólica a que é submetida nos vários cotidianos vivenciados por ela.. Pode, por exemplo, influenciar na mudança de valores sociais e afetivos, trazendo a amorosidade e o solidarismo para o âmbito do cárcere de modo a serem promovidos os constructos da auto-estima a partir de reflexões sobre identidades e sua construção em um mundo que desconsidera diferenças e que procura igualar os desiguais colocando a todos sob um só parâmetro de identificação, desqualificando e silenciando saberes e poderes da maioria da população. Fator de promoção de mais violência e despoderes.

Com base na realidade descrita, é possível vislumbrar uma série de circunstâncias que carecem de atenção uma vez que a educação reproduz, não sem resistência, o poder e o saber de uma sociedade dominante. Frente a essas premissas

⁴ Ministério da Justiça: Site: <http://portal.mj.gov.br/cnpcp/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm> acesso em 20/04/2011

elegemos como eixos de nossa pesquisa as mulheres privadas de liberdade, a educação carcerária e os “instituintes” possíveis de se apresentar no cotidiano prisional tão adverso – o do cárcere especialmente a prisão feminina. Entende-se por “instituintes” movimentos que venham transformar realidades que já estão naturalizadas.

MATERIAL E METODO

A pesquisa foi fundamentada num estudo histórico, etnográfico e qualitativo que envolveu dados recolhidos em entrevistas informais com as mulheres, privadas de liberdade, na tentativa de lhes dar voz que, por tanto tempo, foi silenciada. Neste grupo de entrevistadas procuramos entender, a partir da análise do perfil sócio cultural e escolar dessas mulheres, os motivos que as levaram a cometer um ato de transgressão a lei e qual a responsabilidade da sociedade e dos poderes dominantes. A pesquisa também privilegiou dados recolhidos nas bibliografias relativas ao sistema prisional, no código penal, o papel da mulher na sociedade, e as teses de Foucault relativas ao poder, a reclusão e a docilidade dos corpos.

Durante a pesquisa bibliográfica foi possível perceber que existem poucos trabalhos referentes às mulheres presidiárias, por isso a importância desse trabalho. Tal pesquisa é de extrema importância por ser fonte de reflexão para acadêmicos e demais pessoas que pretendem melhorar o atendimento a mulher privada de liberdade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As detentas são condenadas, em geral, por delitos passionais. Como foi possível perceber no relato de uma delas:

“V. 25 anos mora no interior do São Paulo, o seu sonho sempre foi conhecer o Rio de Janeiro. Quando começou a namora um rapaz, esse disse que a levaria para o Rio e realizaria o seu sonho. Porém, o preço pago por esse passeio foi à prisão, pois o tal namorado não a trouxe com objetivo de fazer turismo, mais sim para tentar despistar os policiais, pois segundo ele era difícil ser parado em uma blitz quando tem uma mulher bonita no carro. O que não aconteceu e os dois foram presos por tráfico de drogas”.

História como a da V. é muito comum nas unidades prisionais Talavera Bruce e Nelson Hungria no Rio de Janeiro. O que nos leva a desconfiar que boa parte dos crimes cometidos pelas mulheres é sob influência dos seus companheiros.

Dessa forma, impacto social de uma mulher presidiária pode ser definido pelas características das presidiárias. No Rio de Janeiro, a população carcerária está concentrada na faixa etária de 18 a 45 anos, sendo que cerca de 60% corresponde aos

números de presas entre 18 a 34 anos. Ou seja, na faixa etária que a mulher encontra-se no auge da sua fertilidade e produtividade no mercado de trabalho. A população carcerária feminina representa aproximadamente 6% da masculina. A divisão por etnia é representada por 34% de brancas, 26% Negras, 39% pardas, e 1% de outros. Em relação ao grau de instrução 57% possuem o ensino fundamental incompleto, 10% ensino médio completo, 9% ensino fundamental completo, 7% não informado, 6% Ensino Médio Incompleto, 2% superior incompleto, 2% superior completo, 4% analfabeto e 3% alfabetizado.

Com base no que foi apresentado, afirmamos que a precisa a ser percebida como um reforço para minimizar os efeitos desastrosos que o sistema penal pode causar nos detentos. Porém, assim como o sistema penal, a educação está sempre passando por momentos de transformação e deve ser utilizada como ferramenta influenciadora, para atender ao máximo o objetivo de formar cidadãos críticos e reflexivos da sua realidade.

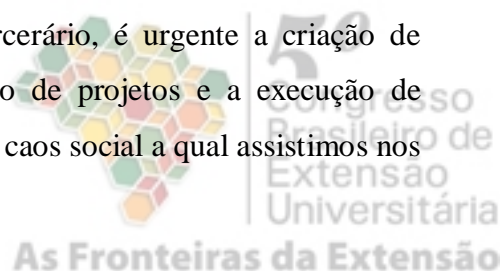
CONCLUSÃO

Em função disso, a educação prisional recebeu uma atenção maior nessa investigação, pois entendemos que tem a finalidade de, para além de fornecer uma instrução escolar conteudista, resgatar laços e valores perdidos ou mesmo às vezes nunca criados pelo educando ao longo da sua vida, além de lhes proporcionar a oportunidade de recomeçar, um ponto de partida para a construção de uma nova realidade.

Essa temática, ainda coloca em pauta questões como cidadania, direitos humanos, relação de gênero e família, que são temas extremamente complexos em ambientes tão hostis como as prisões.

É necessário olharmos para a mulher presidiária de outra forma, pois essa tem um importante papel na sociedade. É preciso repensar a construção de uma política que busque superar os rótulos e estigmas lançados à mulher que se envolveu com o crime, levando em conta, seu contexto de vida nos diversos espaços de convivência pelo qual passou.

Para as questões que envolvem o sistema carcerário, é urgente a criação de políticas públicas e sociais que reflitam a elaboração de projetos e a execução de medidas que possam ao menos minimizar a situação de caos social a qual assistimos nos dias de hoje.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Suely Souza de (org). A violência de gênero e políticas públicas – Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2007.

COSTA LEITE, Paulo Roberto Saraiva da. Sistema Penitenciário: Verdades e Mentiras. Site: <http://www.cjf.gov.br/revista/numero15/abertura.pdf> acesso em 01 de maio de 2008.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos – São Paulo: ed. Perspectiva S.A, 1990.

LEMGRUBER, Julita. Cemitério dos Vivos – Análise Sociológica de uma Prisão de Mulheres. Achiamé, 1983.

OLIVEIRA, Juarez. Lei de Execução Penal. 8ª Ed. São Paulo, Saraiva, p.29, 1995.

SILVA, Fernanda Mara. Texto para debate: “Mulher na sociedade atual”. 14 de março de 2007.

SANTOS, Sintia Menezes. Ressocialização através da educação. [citado em 25/08/2005]. Disponível na internet: http://www.direitonet.com.br/artigos/x/22/31/2231/-perfil_autor

THOMPSON, Augusto. A Questão penitenciária. 3. ed. Rio de Janeiro. Forense, 2002.



A INFORMAÇÃO E A EDUCAÇÃO COM FORMAS DE GARANTIR O ACESSO À JUSTIÇA AOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTA MARIA - RS

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho: Nathalie Kuczura Nedel

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Autores: Isabel Christine Silva De Gregori¹; Nathalie Kuczura Nedel²; Tatiana Dibi Schvarcz³.

Resumo: O presente trabalho versa sobre o projeto extensão “O direito ao alcance dos Trabalhadores Rurais: um enfoque informativo e educacional do mundo jurídico”, que é desenvolvido pelo curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria, em razão de convênio existente com o sindicato dos trabalhadores rurais da cidade. Diante de tal convênio e com base nas fragilidades jurídicas e dificuldade no que tange ao acesso à justiça de referida parcela da população, objetiva-se, através da educação e da informação, sanar dúvidas recorrentes sobre o ordenamento jurídico pátrio e possibilitar uma maior efetividade dos direitos do público alvo. Para tanto, utiliza-se o método dialógico, que permite uma interação entre a Academia e os trabalhadores rurais. Frise-se que isso se opera através de palestras ministradas pelos estudantes no bojo das comunidades. Nesse viés, cumpre consignar que o primeiro assunto que está sendo tratado nas palestras é o Direito Consumidor, sendo que em todos os cinco grupos visitados a receptividade foi grande. Ademais, verificou-se que o público alvo está mais ciente de seus direitos, porquanto estão buscando a sua efetivação. Assim, resta evidente que os resultados, preliminarmente, obtidos estão sendo proveitosos para os estudantes que estão aperfeiçoando os conhecimentos angariados na academia e para os trabalhadores rurais, a quem se está possibilitado uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Acesso à justiça; informação e trabalhador rural

Introdução

De início, cabe referir que o diálogo dos universitários com a comunidade é um elo que precisa ser formado e fortalecido, porquanto ambas as partes envolvidas restam beneficiadas. Assim, fica evidente que incumbe à Universidade, por intermédio dos seus discentes e docentes, atuar visando entender a realidade, dinamizar o ensino, propiciar o contato, a permuta e a aprendizagem com a comunidade externa.

¹ Professora adjunta do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² Acadêmica do 9º semestre do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

³ Acadêmica do 9º semestre do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Ademais, deve-se levar em conta que, em um ambiente de extrema desigualdade social, o acesso à informação e à educação jurídica pelas camadas mais distantes dos centros urbanos é dificultado pela ausência de condições econômicas e pela carência na construção de um Direito, que prive a prevenção e a pluralidade. Verifica-se, portanto, que essas comunidades devem ser atendidas de forma privilegiada, para que se possa atingir a igualdade de condições jurídicas, dentre os sujeitos de direito.

Nesse âmbito, é que se inserem o público alvo do projeto em apreço, porquanto residem em distritos e/ou cidades mais longínquas dos grandes centros urbanos, tendo, em razão disso, maior dificuldade no tocante ao acesso à informações e à tutela jurisdicional, necessitando, pois, serem atendidos em primeiro lugar.

Dessa forma, resta claro que o ideário de extensão em que se pauta o projeto em tela reflete a necessidade de propalar o ensino angariado na academia, de desenvolver a pesquisa jurídica e de obter um contato direto com os trabalhadores rurais de Santa Maria, para efetivar, através da informação e da educação, os seus direitos.

Diante desse contexto, tem-se que os desideratos primordiais do projeto em questão são levar informações aos trabalhadores rurais de Santa Maria/RS, orientando o cidadão para que reivindique os seus direitos, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis à espécie e promover a pesquisa acadêmica no que tange ao substrato jurídico das legislações federais, estaduais e municipais.

Materiais e Metodologia

O projeto em questão vem se desenvolvendo em consonância com a concepção dialógica de trabalho, isto é, está-se buscando atingir os objetivos delimitados, através da interação.

Em um primeiro momento, a referida interação ocorreu entre os membros participantes do projeto e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria, a fim de possibilitar o conhecimento das maiores fragilidades jurídicas apresentadas por cada comunidade com que se iria trabalhar. De referidos encontros, constatou-se que as dúvidas e embroglios mais frequentes diziam respeito ao Direito do Consumista.

Iniciou-se, assim, a pesquisa bibliográfica em relação ao universo de consumo. A pesquisa se operou com a leitura e discussão de diversos livros e artigos sobre o tema, além de análise de jurisprudência. Assim, delineou-se o conceito de consumidor e fornecedor, analisou-se, a fundo, o fato do produto e do serviço e o vício do produto e do serviço, apreciando, por fim, casos práticos, tais como problemas em aparelhos telefônicos, a responsabilidade de supermercados em relação aos automóveis localizados em seu

estabelecimentos etc. Após tal análise, foram estruturados slides, a serem utilizados nas palestras, a fim de possibilitar uma maior aprendizagem dos trabalhadores rurais.

No que tange às palestras, tem-se que, em um primeiro momento, os discentes realizam uma explanação oral sobre o Direito do Consumidor. Finda a exposição oral, é aberto um momento para que os trabalhadores rurais efetuem questionamentos mais pontuais. Saliente-se que, surgindo no decorrer das reuniões, maiores problemas, que não necessitem apenas de uma orientação, há o devido encaminhamento do sujeito.

Tal encaminhamento se mostra de extrema revelância, pois no Estado Democrático de Direito, o acesso à justiça ocupa posição de destaque como requisito fundamental dos direitos subjetivos, pois faz parte de um sistema jurídico que busca a igualdade a todos e a garantia de poderem reivindicar os seus direitos, amparados pelo ordenamento jurídico.

Diante de todo o exposto, vislumbra-se que o acesso à informação e à educação, sobretudo, à informação e à educação jurídica e ao seu acesso pleno pelo cidadão comum, é uma maneira de início de um exercício de cidadania. Ou seja, a não oferta a tal traduz um descaso estatal à garantia constitucional do acesso à justiça, uma vez que isso só se torna possível se o indivíduo possuir a devida instrução e informações suficientes para a sua concretização.

Isso porque, como refere Boaventura de Souza Santos, "a frustração sistemática das expectativas democráticas pode levar à desistência da democracia e, com isso, à desistência da crença no papel do direito na construção da democracia"⁴. Tem-se, pois, que um cidadão consciente de seus direitos tem a possibilidade de desfrutar do sistema democrático de maneira acertada. Ou seja, de nada adianta existirem os mecanismos, se não são fornecidas as instruções necessárias para utilizá-los.

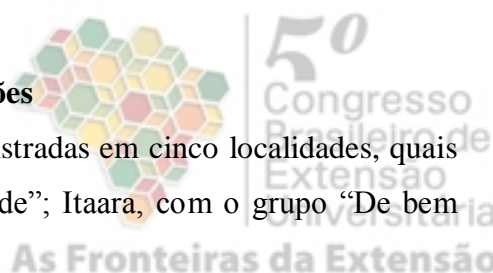
Dessa forma, não há como negar que o acesso à justiça e o acesso à informação devem ser interpretados de maneira conjunta, uma vez que, apenas com a devida informação é que o princípio em questão pode ser efetivamente concretizado.

Por fim, cumpre consignar que para a obtenção de melhores resultados, ao fim de cada semestre, irá ser elaborada uma cartilha sobre o tema tratado nas comunidades visitadas.

Resultados e Discussões

As palestras referentes ao projeto já foram ministradas em cinco localidades, quais sejam: Picadas dos Bastos, com o grupo "Vida e Saúde"; Itaara, com o grupo "De bem

⁴ SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma Revolução Democrática da Justiça. São Paulo: Cortez, 2007. p. 10.



com a vida”; Banhados, com o grupo “Vida e Amor Ana Isabel”; Três Barras com o grupo “Grupo Direito de Nascer”; e Arroio Grande, com o grupo “Amor pela Vida”.

Os participantes, em média de 10 a 25, mostraram-se sempre bastante interessados e curiosos com o tema, uma vez que assistiram às palestras com muita empolgação, interferindo, por diversas vezes, com questionamentos. Ademais, no final das explicações, sempre ocorreram debates extensos, momentos em que os participantes contavam experiências por eles vivenciadas, buscando, com isso, compartilhar as situações vividas e/ou buscar orientações jurídicas para a solução de tais problemas.

Importante mencionar que, em contato com o sindicato, foi constatado que os trabalhadores que assistiram às palestras, além de propalarem informações nelas proferidas a outros membros da comunidade, que não puderam comparecer, se mostraram muito mais atuantes no que tange à busca da tutela jurisdicional de seus direitos. Isso se verifica, pois os trabalhadores rurais entraram em contato com os advogados vinculados ao Sindicato, a fim de resolver suas pendências.

Resta cristalino, portanto, que o projeto ora desenvolvido se mostra de suma importância, tanto para a comunidade acadêmica, que propala seus conhecimentos jurídicos como para o público alvo, que se beneficiou com efetivo conhecimento acerca do mundo jurídico, mormente com relação ao assunto apresentado, ou seja, o Código de Defesa do Consumidor.

Assim, frente aos resultados preliminares havidos, pretende-se desenvolver cartilhas educativas, as quais deverão ser distribuídas a toda a comunidade compreendida pelo Sindicato vinculado ao projeto, sendo que, cumprido esse objetivo, o projeto continuará sendo desenvolvido, apresentando-se às comunidades em questão, temas variados que se mostrarem de maior necessidade aos membros das mesmas, dentre os quais se pode citar a previdência social e o direito agrário.

Conclusão

Diante do exposto, verifica-se que o objetivo geral estabelecido no projeto em questão, resume-se à realização de palestras e reuniões com os grupos pertencentes ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria/RS, a fim de que essa parcela da sociedade passe a ter informações e educação jurídica, fazendo valer os seus direitos, tendo, por conseguinte acesso à justiça.

Consigne-se, ainda, que o presente projeto visa, também, a preparar a população rural de Santa Maria para entender diversas situações previstas em lei, que, por diversas vezes, não alcançam o seu conhecimento.

Dito isso, cumpre salientar que o projeto está atingido, com sucesso, os supracitados objetivos, sendo que o que mais corrobora com o seu sucesso é o fato de que o público alvo se torna mais atuante e inserido no mundo jurídico, uma vez que discutiam os assuntos das palestras entre si, bem como passaram a procurar auxílio de profissionais do direito a fim de satisfazerem suas pretensões.

Assim, frente aos resultados preliminares havidos, pretende-se desenvolver cartilhas educativas, as quais deverão ser distribuídas a toda a comunidade compreendida pelo Sindicato vinculado ao projeto, sendo que, cumprido esse desidrato, o projeto continuará sendo desenvolvido, apresentando-se às comunidades em questão, temas variados que se mostrarem de maior necessidade dentre os seus membros.

Evidente, pois, que o projeto ora desenvolvido atingiu, com êxito, seus objetivos iniciais, revelando-se de suma importância, tanto para os integrantes do projeto – que encontraram uma forma de propalar seus conhecimentos adquiridos ao longo da academia e agir de forma a auxiliar a difusão da educação e informações jurídicas –, como para o público alvo, que se beneficiou com efetivo conhecimento sobre o mundo jurídico, mormente com relação ao Direito do Consumidor.

Por fim, cabe referir que a situação problema, em linhas gerais, resta imutável, sendo que as alterações, já esperadas, que se verificam dizem respeito aos temas de interesse dos trabalhadores rurais, o que vai ser atendido, ao longo dos meses, com o estudo e palestras acerca de outros temas requisitados.

Referências

BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de direito do consumidor**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryan. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1998.

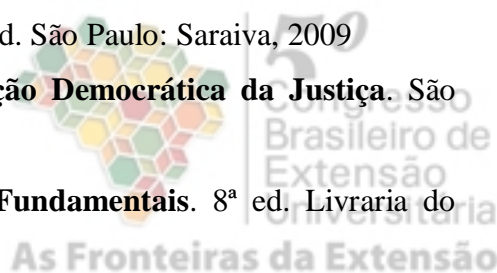
FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MENDES, Gilmar Ferreira Mendes; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para uma Revolução Democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**. 8ª ed. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2007.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **Ensinar Direito**. São Paulo: Manole, 2004.



A MEDIAÇÃO FAMILIAR COMO ALTERNATIVA DE EXPLICITAÇÃO DE CONFLITOS E DE DIMINUIÇÃO DA VIOLÊNCIA

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Autoras: Daniela Abreu Amaral¹

Claudete M. F. Bressan²

Instituição: Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

RESUMO

Neste artigo visa-se apresentar a experiência do projeto de extensão Serviço de Mediação Familiar, desenvolvido por acadêmicos do curso de Direito, Psicologia e Serviço Social da UNOCHAPECÓ. A metodologia da mediação familiar constitui-se em uma alternativa de resolução de conflitos familiares no âmbito do direito das famílias. Mostra que o restabelecimento da comunicação entre os conflitantes pode transformar-se em um meio para a diminuição da violência nas relações familiares. Para demonstrar a efetividade desta metodologia de trabalho, são apresentados alguns dados acerca das demandas atendidas pelo serviço. Destaca a prática interdisciplinar e sua importância na ressignificação dos conflitos familiares, considerando as transformações sociais contemporâneas pelas quais passa a família brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: mediação familiar, conflitos familiares, Direitos Humanos.

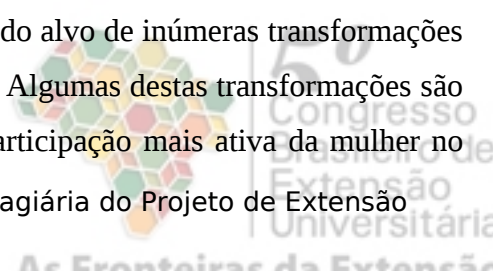
INTRODUÇÃO

Este artigo tem como propósito mostrar a necessidade de meios alternativos de resolução de conflitos familiares – no âmbito do direito das famílias – para dar conta das transformações da família brasileira contemporânea. O Projeto de Extensão Serviço de Mediação Familiar vem ao encontro desta necessidade, com a criação de um espaço que oferece acesso ao sistema judiciário para as famílias em situação de conflito, sem que estas sofram com os desgastes emocionais provocados pelo litígio.

A família brasileira, nas últimas décadas, tem sido alvo de inúmeras transformações de ordem demográfica, econômica, social e de valores. Algumas destas transformações são observáveis no declínio da taxa de fecundidade, na participação mais ativa da mulher no

¹Acadêmica de Serviço Social da UNOCHAPECÓ e estagiária do Projeto de Extensão Serviço de Mediação Familiar.

²Professora da UNOCHAPECÓ e Coordenadora do Projeto de Extensão Serviço de Mediação Familiar.



mercado de trabalho e a conseqüente redefinição de seus papéis que tradicionalmente vinha ocupando na família. (RIBEIRO et al, 2008)

No entanto, a família permanece sendo o espaço em que se constroem as estratégias de sobrevivência e de proteção de seus membros, espaço de socialização e de estabelecimento de relações e, por isso mesmo, espaço de expressão de conflitos. Destaca Muszkat (2008) que é dentro do contexto familiar que ocorre, por exemplo, a introjeção de regras e valores, projeções e idealizações, jogos e interesses de poder, competitividade e disputa de autoridade. Enfim, a família é a unidade em que coexistem sentimentos, crenças e expectativas divergentes e é justamente por esta razão, que pode transformar-se em espaço de eclosão de conflitos.

É importante lembrar que houve uma época em que conflitos familiares eram contornados pela hierarquia e pela autoridade do modelo patriarcal, porém, a falência deste modelo vem se dando em meio às novas concepções de família, as quais ainda não foram assimiladas pelo conjunto da sociedade. De acordo com Sales e Vasconcelos (s/d) “todas essas transformações proporcionam instabilidade familiar, uma vez que, com a ausência de papéis preestabelecidos, os familiares agora precisam negociar a todo instante suas diferenças”. Da mesma forma, a substituição do modelo de família tradicional não tem possibilitado que parcela significativa de mulheres usufrua de seus direitos de igualdade, tendo em vista que ainda lhes é cobrada a responsabilidade pela manutenção dos vínculos familiares.

As transformações da família aqui referidas têm sido acompanhadas por uma equivalente complexificação de seus conflitos e, muito deles, resultam em demanda judicial, embora não tenham natureza exclusivamente jurídica. As questões aqui apontadas foram determinantes para que o Poder Judiciário buscasse novas alternativas institucionais para as famílias que necessitam da intermediação do Estado (sistema judiciário) para a resolução dos seus impasses. Por outro lado, conforme justifica Langoski (2009, p. 10),

A morosidade da justiça, sua ausência ou mesmo a ineficácia das decisões, seja pelo fato de não atenderem aos anseios da sociedade, ou ainda por não atentar o caso concreto e não promover a tão ansiada justiça e paz social justifica-se a busca na sociedade, na academia, na política, no âmbito jurídico por meio que componham os conflitos, sem que esta tarefa seja exclusiva do Estado-juiz.

A mediação familiar surge com este propósito: constituir-se em um método não adversarial, tendo como atributo principal a capacidade de ressignificar os conflitos e assim, reduzir os desgastes emocionais nas relações familiares que acontecem em situações

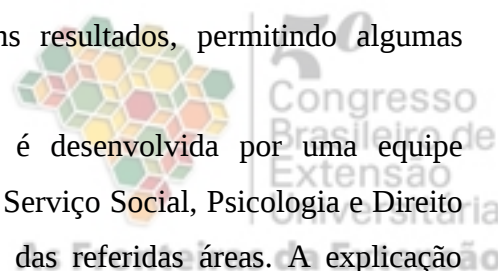
de litígio. Segundo Muszkat (2008), a mediação familiar tem qualidade transformativa, uma vez que, por meio do diálogo, permite colocar em questão padrões de conduta para que os sujeitos em conflito (mediandos) possam reconhecer as diferenças entre as pessoas, assim como a origem do conflito. Com a participação ativa dos mediandos e com o auxílio dos mediadores, cria-se um ambiente para que o conflito possa ser explicitado e desta maneira, ressignificado.

Na prática da mediação familiar há um especial interesse pela participação e co-responsabilização dos sujeitos na escolha das alternativas mais adequadas para todos os que estão envolvidos no conflito. A atuação dos mediadores é orientada pelo interesse mútuo, não interferindo nas decisões dos mediandos. Estes compreendidos com sujeitos capazes de criar as respostas e tomar decisões conjuntas, diferenciando-se do processo judiciário tradicional. Ao tornar os sujeitos em conflito em atores principais na construção da alternativa, a mediação familiar atenua sentimentos de perda e de insatisfação quanto às decisões de terceiros – Estado Judiciário – naquilo que pertence ao espaço privado da família.

Uma das importantes estratégias da mediação do conflito é o restabelecimento da comunicação entre os mediandos, pois há uma grande chance de que esta esteja interrompida ou fragilizada. Quando a reciprocidade e as trocas de informações no grupo familiar estiverem ineficientes “[...] acaba gerando um padrão de comunicação repetitivo e estéril, em que as pessoas não se ouvem e reproduzem infinitamente conflitos insolúveis que, levados a exacerbação, podem provocar reações violentas.” (MUSZKAT, 2008, p. 35) Deste ponto de vista, a mediação familiar pode ser analisada como um método que pretende reduzir a violência intrafamiliar. Todavia, não significa que o ato de mediar propague a impunidade, ao contrário, promove uma “assistência jurídica integral de maneira humanizadora, interdisciplinar e Constitucional, ao exercício pleno da cidadania e dos Direitos Humanos.” (MUSZKAT, 2003, p. 60)

O Projeto de Extensão Serviço de Mediação Familiar da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, iniciado em 2005 em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, vem conquistando alguns resultados, permitindo algumas análises.

Cabe uma explicação inicial: a experiência é desenvolvida por uma equipe interdisciplinar, composta por acadêmicos do curso de Serviço Social, Psicologia e Direito que são supervisionados diretamente por professores das referidas áreas. A explicação



justifica-se pelo fato de que os métodos não adversariais de resolução considerando de novas respostas à família atual.

O projeto de extensão Serviço de Mediação Familiar atua com famílias de até três salários mínimos, residentes na Comarca de Chapecó. Desde a sua implantação, vem prestando informações ao tribunal de Justiça de Santa Catarina quanto ao número de atendimentos e tipo de demanda atendida. Destacamos os dados de Langoski (2009) que mostra que em 2007, no período letivo de aula, foram efetuados 168 atendimentos, destes 143 foram encaminhados para encontros de mediação (média três encontros semanais) dos quais, 14% resultaram em acordos informais maximizando alternativas para seus conflitos e 44% dos atendimentos realizados resultaram em demandas judiciais para simples homologação. No período de fevereiro a junho de 2009 foram realizados 78 atendimentos, destes registraram-se 30 acordos formais, protocolados no Fórum da Comarca para homologação judicial, ou seja, um percentual de 38,5 %.

Em 2010, objetivando atender a uma das exigências da disciplina de estágio supervisionado em Serviço Social, os acadêmicos estagiários levantaram que no primeiro semestre (considerando apenas o período letivo) resultaram foram encaminhadas para as sessões de mediação 31 casos. Destes, identificou-se que o perfil dos usuários e a demanda apresentada pelos usuários. Constatou que as principais demandas são o divórcio, a dissolução de união estável, a pensão alimentícia e a solicitação ou modificação de guarda, conforme ilustra o *Gráfico 1*.

Gráfico 1:

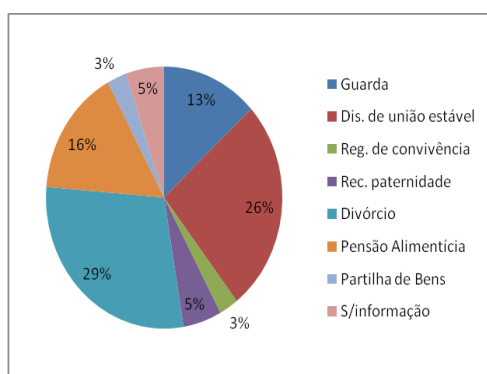
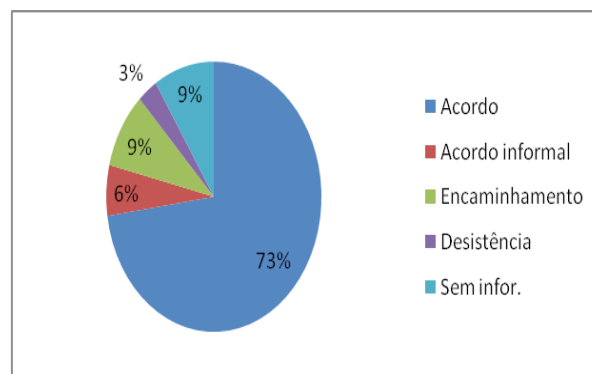


Gráfico 2:



Fonte: Reconhecimento Institucional - Estagiários do 5º período de Serviço Social-2010.

Neste levantamento procurou-se, também, saber quantos casos efetivamente haviam sido finalizados. Conforme o *gráfico 2*, obteve-se que em 73% dos casos de conflitos familiares atendidos pelo projeto de extensão foram finalizados, observando ainda que 9% das pastas pesquisadas não havia sido registrado a finalização do atendimento.

Cabe considerar que, somados os acordos informais (6%) e os acordos formais (73%) totalizam 79% dos usuários que, por meio da comunicação alcançaram sucesso nas suas demandas familiares.

CONSIDERAÇÕES

Os resultados que vem sendo alcançados pelo projeto de extensão Serviço de Mediação Familiar, reiteram a importância e a pertinência da metodologia, pois sua aplicação contribui para que, por meio da comunicação, os conflitantes encontrem alternativas para seus impasses, participem da construção de caminhos e, sobretudo, se percebam co-responsáveis pelas decisões tomadas. As alternativas não adversariais possibilitam ressignificar os conflitos, tornando-se um importante caminho para a reafirmação dos direitos humanos e via de acesso à fruição da cidadania. Ao socializar informações sobre os direitos e deveres, a mediação familiar contribui para a construção da cidadania na medida em que contribui para que os mediados tenham autonomia para exercer o seu direito elementar: requer seu direito de cidadão.

Referências

LANGOSKI, Deisemara T. *A mediação como regra nos conflitos familiares*. PUC Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2009.

MUSZKAT, Malvina Ester. *Guia prático de Mediação de Conflitos em Famílias e Organizações*. 2. ed. São Paulo: Summus, 2008.

MUSZKAT, Malvina Ester. *Mediação de Conflitos: pacificando e prevenindo a violência*. 2. Ed. São Paulo: Summus, 2003.

RIBEIRO, Rosa Maria et al. Estrutura familiar, trabalho e renda. In: KOLOUSTIAN, Sílvio M. (org.) *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo, Cortez, Brasília/DF, UNICEF, 2008.

SALES, Lília S. M. e VASCONCELOS, M. C. *A família na contemporaneidade e a mediação familiar*. s/d.



ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA DELEGACIA DA MULHER DE PORTO ALEGRE

Área Temática: 03 Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho: Raquel da Silva Silveira

Autores: Raquel da Silva Silveira; Cláudia Gay Barbedo; Henrique Caetano Nardi

Resumo:

Trata-se de uma ação interdisciplinar na área da violência contra a mulher, desenvolvida entre o curso de psicologia/UFRGS e o curso de direito/ UNIRITTER. O objetivo é aprimorar uma proposta de assessoria psicojurídica em que haja o empoderamento das mulheres em situação de violência doméstica e conhecimentos sobre a Lei Maria da Penha. A metodologia embasa-se na educação popular de Paulo Freire, análise das práticas discursivas de Michel Foucault e nos estudos de gênero. O campo de atuação é na Delegacia da Mulher em Porto Alegre/RS.

Palavras-chave: Violência, gênero, interdisciplinaridade, políticas públicas

Introdução

Este trabalho apresenta uma ação de extensão desenvolvida de forma integrada entre o Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero - Nupsex - do Departamento de Psicologia Social e Institucional/Ufrgs e o Núcleo de Relações Comunitárias do curso de direito/UniRitter. Desde 2005, desenvolvemos atividades interdisciplinares de extensão na temática da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na cidade de Porto Alegre.

A Violência Doméstica praticada contra a mulher é exemplo claro de violação da Dignidade Humana e dos Direitos Fundamentais. Em vista da situação de hipossuficiência e discriminação sofrida pelas mulheres em varias partes do mundo, foi necessário elaborar um sistema especial de proteção dos seus Direitos Humanos, por meio de convenções e pactos internacionais. Em que pese formalmente o Brasil estar comprometido com a promoção da igualdade entre os gêneros, com a luta contra o preconceito e a discriminação, e contra as desigualdades sociais e a Violência Doméstica, materialmente ainda há um longo caminho a ser trilhado. Exemplo disto é a promulgação da Lei 11.340, de 2006, que “homenageia” Maria da Penha Maia Fernandes por tratar-se de mais uma das vítimas emblemáticas da Violência Doméstica no Brasil. Esse caso teve tamanha repercussão, que, em abril de 2001, a OEA condenou o Brasil a editar Lei específica para disciplinar Violência Doméstica, responsabilizando o Estado Brasileiro por negligência e omissão em relação a este tipo de violência. Graças à pressão exercida por parte da OEA, o Brasil passou a cumprir as Convenções e Tratados Internacionais do qual era signatário. Por isso, as referências aos tratados na ementa da nova legislação que surgiu batizada com o nome: “Lei Maria da Penha” (DIAS, 2007, p.33). Nesse contexto, a “Lei Maria da Penha” representa uma proposta de mudança cultural e jurídica a ser implantada no

ordenamento jurídico brasileiro, da qual a academia não pode ficar alijada. Em 2008, acompanhamos as audiências itinerantes do Juizado de Violência doméstica e familiar contra a mulher nos fóruns regionais de Porto Alegre, tendo sido atendidas 219 famílias. Em 2010 houve a troca na direção do referido Juizado, passando a ter um caráter mais punitivo. Nesse contexto, deslocamos nossas atividades para a Delegacia da Mulher, realizando atendimentos as mulheres antes do preenchimento do boletim de ocorrência (BO), em que tem sido atendida uma média de 15 mulheres por semana. Em parceria com o Juizado, aplicamos um instrumento de coleta de informações sobre a situação de risco da mulher, para que seja anexado ao Boletim de Ocorrência, em virtude das escassas informações que chegam ao Judiciário no preenchimento dos referidos boletins da Delegacia da Mulher.

Desenvolvemos uma metodologia de assessoria psicojurídica a mulheres em situação de violência doméstica, no sentido de fortalecimento das mesmas e conhecimento dos seus direitos. Essa ação de extensão está articulada com uma pesquisa que investiga as relações entre gênero e raça/cor nas situações de violência doméstica. Desta forma, depois da execução das atividades extensionistas, as mulheres atendidas são questionadas sobre a possibilidade de utilizarmos suas informações para a pesquisa referida. No final de 2010, recontratamos com a Delegacia da Mulher a continuidade desta ação, em virtude do reconhecimento de que esse encontro com a Universidade promove espaços de reflexão nas práticas instituídas das organizações públicas. Aliado a isso, acreditamos ser importante que a temática da violência de gênero intrafamiliar seja discutida em espaços de extensão universitária a fim de contribuir com a construção de políticas públicas que assegurem uma nova forma de relacionamento social.

O objetivo geral desta ação é formar um espaço de construção e troca de conhecimentos entre a academia, o Poder Público e a comunidade, relativamente à violência doméstica e familiar. Os objetivos específicos são: o aprimoramento de uma metodologia de atendimentos interdisciplinares a mulheres vítimas de violência que procuram a delegacia da mulher; o desenvolvimento de instrumentos de coleta de informações sobre o risco das situações de violência em que as mulheres estão envolvidas; o desenvolvimento de instrumentos de coleta de informações qualitativas sobre a trajetória de vida das mulheres e suas expectativas quanto a possibilidade de rompimento com as situações de violências e a construção de uma metodologia específica de oficinas para problematização da violência de gênero.

Metodologia

O referencial teórico-metodológico desta ação está embasado nas propostas de educação popular de Paulo Freire (1988), nos estudos contemporâneos de gênero e violência contra a mulher (BUTLER, 2003; CORREA, 2001; MOURA, 2009; PASINATO, 2004 e 1993;

SAFFIOTI, 2005; SCOTT, 1995; SOARES, 1999) e nas discussões de Michel Foucault (1995, 1999, 2005) sobre as relações de poder e as estratégias de resistência em que os sujeitos estão imersos.

A metodologia de trabalho está dividida em: realização de reuniões de equipe, tanto interna, quanto com a equipe da Delegacia; realização de oficinas temáticas sobre direitos das mulheres e violências de gênero realizadas com mulheres que foram atendidas pela Delegacia da Mulher e realização de atendimentos interdisciplinares a mulheres que procuram a delegacia, antes do preenchimento do Boletim de Ocorrência.

No momento dos atendimentos interdisciplinares, a mulher é esclarecida sobre o projeto de extensão e que existe um vínculo entre o mesmo e o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, explicando-lhe que será preenchido um documento que vai ser encaminhado ao Juiz para auxiliá-lo no deferimento da medida protetiva. Inicia-se o atendimento solicitando que a mulher relate o motivo que a levou a buscar a delegacia. Depois são feitas as perguntas sobre suas expectativas quanto à Delegacia e ao Juizado. No momento desta conversa, são feitos os esclarecimentos necessários sobre as questões jurídicas e relativas à gênero envolvidas naquela situação, bem como sobre o fluxo de procedimentos na delegacia e no Juizado. No final do atendimento, explica-lhe sobre a pesquisa de gênero e raça que se articula com esse projeto de extensão e lhe é questionado sobre a possibilidade de que suas informações sejam utilizadas para a mesma. Caso a mulher concorde em participar, lhe é lido o Termo de Consentimento Informado e Esclarecido, e reforçada a informação de que os dados obtidos nas entrevistas não serão analisados de forma individual e isolados, tampouco com exposição de detalhes que possam identificar as participantes. Desta forma, serão utilizados nomes fictícios e trocas de algumas informações na descrição das participantes, com o devido cuidado para não alterarem elementos significativos para análise dos relatos, mas que impossibilitem a exposição da identidade das pesquisadas. Comprometendo-nos de que as informações extraídas dos processos serão analisadas de forma coletiva, com sigilo total sobre a identidade das partes envolvidas.

O registro das informações é todo feito de forma escrita, seja pelo preenchimento dos instrumentos, seja pelo registro no diário de campo dos/as estudantes.

Depois de assinado o termo, lhe é feita a pergunta sobre sua auto declaração racial. Caso a mulher não concorde em participar da pesquisa, é feita uma anotação nos instrumentos que foram preenchidos durante o seu atendimento, para que suas informações não sejam utilizadas na planilha da pesquisa. O preenchimento do instrumento com informações sobre os riscos da situação de violência vivenciada vai sendo preenchido durante o atendimento, pois normalmente as informações solicitadas nele são abordadas no desenrolar da entrevista. Caso alguma informação não tenha sido esclarecida, nossos/as estudantes a fazem posteriormente. Como o atendimento é feito em duplas, há um consenso entre nossa equipe de que um/a estudante guia a entrevista e o/a outro/a vai

preenchendo do documento, havendo revezamento nas atividades durante o dia de atendimento.

Resultados e Discussões

A respeito das relações de saber-poder em que estão imersas as mulheres vítimas de violência doméstica, a vivência da pesquisa na Delegacia da Mulher tem nos possibilitado algumas reflexões. Quando elas são questionadas sobre o que esperam da Delegacia e do Poder Judiciário, das 37 mulheres entrevistadas, apenas duas falaram diretamente que esperavam a prisão do agressor. Outras quatro mulheres mencionaram desejar uma punição, mas que parece remeter mais a uma expectativa de repreensão moral por parte das autoridades (juízes/as e delegadas) do que efetivamente uma punição penal, a qual seria possível com a nova legislação. Ilustramos esse ponto com os seguintes registros das respostas dadas: *“queria que ele tivesse um castigo, já que não posso bater nele de volta. E para que ele também não venha a repetir essa situação com outra mulher”*; *“não desejo mal para ele, mas quero mostrar que ele não pode ficar impune, porque deve respeitar os outros. Quero evitar um acontecimento pior”*.

Como alternativa a essas expectativas punitivas, a maioria das respostas remete a um pedido de ajuda, à necessidade da interferência de um terceiro que possa tirá-las das situações de violência, como expresso a seguir: *“quero ajuda para tirar o meu marido da minha vida”*; *“ajuda para poder afastá-lo da minha vida para poder me reorganizar”*; *“proteção para sair de casa com segurança”*. Esses relatos, de um modo geral, corroboram os estudos¹ sobre o comportamento das mulheres que vivem situações domésticas de violência, em que há uma marca forte de subordinação e poucas redes de apoio que lhes permitam romper com a violência.

O que se percebe é que as mulheres que buscam a delegacia precisam de uma instituição representante do Estado que diga ao seu companheiro que ele precisa cessar com as atitudes violentas. Elas precisam de um respaldo externo que lhes possibilitem contrabalançar os jogos de poder instituídos em suas vidas. E aqui, possivelmente, trabalhar com o conceito de articulação pode ser uma ferramenta importante para conseguir identificar as singularidades de vida de cada uma das mulheres, e de que forma elas conseguem ou não negociar as relações de poder em que estão imersas.

Conclusões

Esta ação possibilita o confronto da realidade do Poder Judiciário e da Delegacia da Mulher no momento da efetivação de uma nova lei. Além disso, oportuniza o contato com a realidade das mulheres e suas famílias envolvidas em situações de violência. Todas essas vivências são levadas para sala de aula, fortalecendo com exemplos práticos a importância

¹ SOARES, Bárbara (1999); SAGOT, Montserrat, (2007).

do trabalho interdisciplinar, bem como a função social dos/as estudantes e professores/as de nível universitário. Tudo isso enriquece as disciplinas teóricas ministradas pelos/as professores/as envolvidos/as no projeto. Além disso, contribui para a formação dos/as bolsistas envolvidos/as na extensão, os/as quais podem: vivenciar as limitações das instituições públicas no enfrentamento de tema tão complexo; acompanhar a percepção das vítimas de violência a respeito de seus direitos; reconhecer a importância de um trabalho em Rede e perceber as dificuldades de efetivação de uma Lei construída pelos movimentos sociais. Além disso, esta ação está integrada com a pesquisa de doutorado em Psicologia Social e Institucional da Ufrgs, intitulada “Violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha: as articulações entre gênero e raça/cor e seus efeitos na produção de subjetividade”, a qual tem apoio do CNPq. As informações coletadas nos atendimentos da Delegacia ajudam a construir o banco de informações da referida pesquisa. Assim sendo, esta ação consegue, na prática, consolidar o tripé ensino-pesquisa-extensão, com intuito de contribuir com uma formação acadêmica mais complexificada.

Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÔRREA, Sônia. *Violência e os direitos humanos da mulher: a ruptura dos anos 90*. Texto apresentado no Seminário Nacional de Violência contra a mulher e as Ações Municipais das Mercocidades Brasileiras, em 2001. Meio eletrônico.

DIAS, Maria Berenice. *A lei Maria da Penha na Justiça – A efetividade da Lei 11340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal; 1999.

_____. O Sujeito e o Poder. IN: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MOURA, Maria. *A produção de sentidos sobre a violência racial no atendimento psicológico a mulheres que denunciam violência de gênero*. Dissertação de Mestrado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

PASINATO, Wânia. *Justiça e Violência contra a Mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2004.

_____. Violência contra as mulheres e legislação especial, ter ou não ter? Eis uma questão. *Revista Brasileira de Ciências Criminas*. .v. 16 n. 70, p. 321-360, jan/fev. 2008 ex. 1.

SAFFIOTI, Heleith. Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia e OLIVEIRA, Suely. *Marcadas a Ferro: violência contra mulher uma visão multidisciplinar*. Brasília:Secretaria Especial de Política para mulheres, 2005.

SOARES, Bárbara. M. *Mulheres Invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. *As Fronteiras da Extensão*

CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO PROJETO DE EXTENSÃO ESCRITÓRIO DA CIDADANIA (NIAC)

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho: Bruna Mello

Instituição: Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania (NIAC) – Projeto de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Nome dos autores: 1º Bruna Mello; 2º Bárbara Lucas; 3º Izabele Mendes; 4º Rafael Teixeira; 5º Fernanda Kilduff (Orientadora e Supervisora das atividades de extensão)

Resumo: Este trabalho tem como objetivo levar ao debate nossa experiência no projeto de extensão, no Escritório da Cidadania - que é um dos projetos desenvolvidos pelo Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania (NIAC), o qual está vinculado a Pro- Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – e pensar nas dificuldades, nos avanços e nos desafios que atravessam o trabalho interdisciplinar. No escritório, o usuário é atendido inicialmente pelas equipes de Direito e de Psicologia que fazem uma primeira escuta das demandas que o usuário apresenta. Em seguida o Serviço Social faz uma entrevista social com o mesmo, a fim de analisar de maneira mais profunda a situação social, econômica, cultural e política dos usuários. Na entrevista social podemos identificar demandas que não são colocadas no primeiro atendimento, seja pela naturalização dos problemas sociais – como a violência doméstica que muitas vezes não é vista por estes como uma violação de direitos – seja pelo usuário expor apenas as demandas que ele pensa que podem ser atendidas pelo NIAC. Dentre essas demandas procuramos identificar quais precisarão de uma intervenção particular do Serviço Social e quais precisarão ser discutidas e abordadas com as outras disciplinas. Desta forma faz-se necessário que trabalhemos conjuntamente com os profissionais do NIAC a fim de que tenhamos uma atuação responsável, crítica e propositiva.

Palavras – chaves: Extensão Universitária, Interdisciplinaridade e Serviço Social.

Introdução

O projeto de extensão em que estamos inseridos se chama Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania – NIAC, criado em 2006 pela Divisão de Integração



Universidade e Comunidade – DIUC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, que se encontra no campus da Ilha do Fundão. Este campus possui em seu entorno a Ilha do Governador e o Complexo da Maré – que de acordo com o Censo Maré (2000) é composto por 16 comunidades. Essas comunidades são estigmatizadas pela violência – já que a mídia a apresenta apenas em situações de conflito armado - e é marcada pela falta de serviços públicos.

O núcleo tem como característica o trabalho interdisciplinar, articulado pelas áreas de Serviço Social, Direito, Psicologia e Arquitetura. Através deste trabalho, objetivamos a promoção dos Direitos Humanos à população da Maré e vizinhas ao Campus do Fundão (UFRJ).

Faz parte do NIAC também o Escritório da Cidadania, em que, as áreas envolvidas realizam assistência jurídica gratuita à população, gestão de conflitos através da tentativa de não judicialização dos casos, atendimento psicológico e social. O trabalho é realizado por alunos de graduação das três áreas, sob a orientação de supervisores das áreas, que são pós-graduandos e professores da UFRJ.

Nosso trabalho apresenta uma problematização do trabalho exercido no NIAC e do papel do Serviço Social, pensando nos avanços, nas dificuldades e nos desafios que atravessam o trabalho interdisciplinar. Mostramos também como a extensão, em sua articulação com ensino e pesquisa, contribui para que o conhecimento obtido dentro da Universidade seja devolvido à população com comprometimento e qualidade.

MATERIAL, METODOLOGIA E PRINCIPAIS DISCUSSÕES

Esse trabalho se fundamenta a partir de uma reflexão que combina as diversas atividades realizadas no marco desse projeto de extensão com uma articulação bibliográfica. Usamos principalmente artigos e trabalhos que refletem sobre o trabalho do Serviço Social.

Iniciamos nossas atividades de extensão em março de 2011 num período em que o projeto do Escritório da Cidadania no marco do NIAC atravessava um período de revisão e reformulação com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho interdisciplinar e reposicionar o lugar do Serviço Social diante das outras disciplinas.

Até o início desse ano, assumia-se uma postura de trabalhar apenas com as demandas explicitamente colocadas - e de forma imediata - pelos usuários. Dessa forma, poucas eram as demandas identificadas pelo Serviço Social, tendo em vista que - num primeiro momento - a maior parte dessas eram para o Direito¹. Assim, os estagiários de

¹ Segundo o trabalho realizado pelo grupo de pesquisa sobre “O perfil das demandas dos usuários do NIAC” para a apresentação da JIC(2010), que tomou como referência 200 casos de um total de 756 casos atendidos no período de junho de 2007 a setembro de 2010. Desta análise observou-se que as principais demandas tratavam-se de pensão alimentícia, atendimento psicológico e separação/divórcio. Cabe colocar a ausência de identificação de demandas para o Serviço Social.

Serviço Social tinham sua prática restringida pelas outras profissões, que adotavam uma postura de conduzir o atendimento e tinham como pressuposto que não havia demandas para o Serviço Social. As demandas colocadas, sobretudo pelo Direito para o Serviço Social – o que reflete o caráter de subalternidade técnica da profissão – eram de ordem burocrático-administrativas, por exemplo, os estagiários acabavam realizando uma tarefa de controle das outras disciplinas, perguntando se a psicologia havia marcado atendimento com os usuários, se o direito estava acompanhando o caso, etc.

Pelas situações acima mencionadas, é que a equipe do Serviço Social, a partir de março de 2011 implementa a reformulação de sua inserção no Projeto executando as seguintes mudanças: se retirar do primeiro atendimento – o que não significa se abster do trabalho articulado entre as diversas profissões – que agora é realizado pelo Direito e pela Psicologia, e em seguida realizar uma entrevista social com os usuários no intuito de conhecer mais profundamente aspectos socioeconômicos, como também as redes de instituições que oferecem serviços na comunidade de pertença dos usuários. O objetivo da utilização desse instrumento é o direcionamento crítico e propositivo da intervenção.

Na realização da entrevista social informamos que as respostas são opcionais, apresentamos rapidamente o NIAC e os objetivos do trabalho da equipe de Serviço Social no programa, informamos que os dados coletados são sigilosos, segundo o Código de Ética Profissional do Assistente Social, e que apenas o Serviço Social manuseará o formulário e esclarecemos ainda o que é a extensão e a importância da entrevista social como contrapartida do usuário para a produção de conhecimento sobre a realidade individual, territorial e social da Maré, como forma de identificar demandas e possibilitar a construção de estratégias para o acesso da população a seus direitos.

Nossa atividade de extensão também inclui uma pesquisa que procura identificar a rede de instituições e organizações sociais existentes no Complexo da Maré, que se organizam para dar respostas a diversas problemáticas sócio-econômicas da população local, e outra que procura analisar o perfil das demandas trazidas pelos usuários.

Ressaltamos que a pesquisa acima mencionada está diretamente vinculada aos esforços do NIAC em conhecer a dinâmica comunitária para contribuir politicamente com os processos organizativos e coletivos da comunidade, pois entende que esse projeto de extensão não pode se limitar ao atendimento das demandas individuais. Deve, porém, realizar um trabalho com as organizações sociais do Complexo da Maré, na perspectiva da promoção dos Direitos Humanos.

Cabe colocar que a possibilidade de realizar este projeto de extensão permite um trabalho de ação-reflexão permanente através das supervisões interdisciplinares. Nessas os casos mais complexos são pensados e encaminhados conjuntamente por alunos e professores das três disciplinas, superando desta forma, o trabalho departamentalizado e autonomizado das diferentes áreas.

Além dos atendimentos no Escritório da Cidadania, o Serviço Social também realiza visitas domiciliares. Não compreendemos e nem defendemos este instrumento de intervenção como um espaço de fiscalização dos assistentes sociais aos seus usuários, já que, de acordo com nossos princípios ético-políticos, devemos atuar na perspectiva da

defesa intransigente dos Direitos Humanos e não de forma fiscalizadora ou punitiva². Porém realizamos as visitas, a fim de buscar conhecer o espaço de moradia do usuário, podendo compreender de perto as diversas expressões da questão social que o envolvem, que por vezes não ficam tão explícitas durante a entrevista social e podemos observar também as redes de serviços que podem ser úteis ao usuário.

Cabe colocar que a realização das entrevistas tem nos possibilitado identificar novas demandas, tanto para o Serviço Social quanto para as demais disciplinas, que não são colocadas no primeiro atendimento. Pensamos que este fato se dê devido a algumas questões, tais como: uma possível inibição do usuário diante de muitas pessoas, ou ao usuário “moldar suas demandas” de acordo com os serviços oferecidos pela instituição - expondo apenas as demandas que considera passíveis de atendimento no NIAC. É relevante ainda o fato do usuário não perceber sua demanda como um direito, mas como um problema comum a qualquer pessoa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

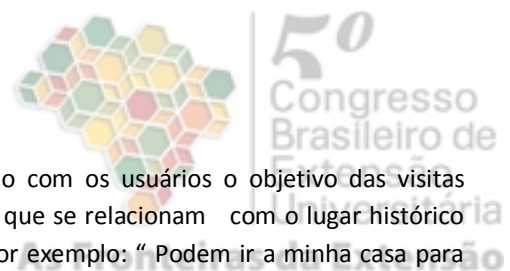
O Serviço Social reformula sua inserção no Projeto propondo as seguintes mudanças: se retirar do primeiro atendimento – o que não significa se abster do trabalho articulado entre as diversas profissões – que agora é realizado pelo Direito e pela Psicologia, em seguida realizar uma entrevista social com os usuários, no intuito de conhecer profundamente os aspectos socioeconômicos, identificar as redes de instituições através de pesquisa que oferecem serviços na comunidade de pertença dos usuários e possibilitar uma prática mais efetiva do Serviço Social direcionando crítica e propositivamente nossa intervenção, tanto no atendimento individual dos casos quanto numa perspectiva de articulação com as instituições da comunidade visando um trabalho de promoção dos direitos humanos.

Embora as alterações da forma como trabalhamos sejam recentes, podemos observar uma integração maior entre as diferentes áreas. Pensamos que o Serviço Social tem tido a oportunidade de expor as particularidades de sua intervenção e a importância desse para um atendimento qualificado ao usuário e não apenas pontual e sem nenhuma reflexão sobre as diversas demandas que podem estar implícitas no caso.

Sendo assim, nos deparamos com o desafio de pensar uma prática interdisciplinar a partir de uma perspectiva crítica, superando a prática segmentada e imediatista. Para dar respostas qualificadas às demandas dos usuários, precisamos pensar e realizar permanentemente um trabalho de articulação, tanto interprofissional quanto interinstitucional com segmentos de outras categorias que partilhem os mesmos princípios ético-políticos.

Concordando com Marilda (2009)

² Cabe registrar que em nossa intervenção temos trabalhado com os usuários o objetivo das visitas domiciliares, no sentido de desconstruir as suas representações que se relacionam com o lugar histórico de controle do Serviço Social – que aparece nas falas, como por exemplo: “ Podem ir a minha casa para vocês verem que eu não minto”.



os desafios do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais norteados pelos princípios do projeto profissional crítico requerem: desenvolver um amplo conhecimento das formas de produção e das expressões da “questão social”; pesquisando criteriosamente as condições de vida, de trabalho das classes subalternas englobando formas diferenciadas de organização e luta para fazer frente à pobreza e à exclusão econômica, social e cultural, visando capturar os núcleos de resistência e contestação.

No marco do NIAC, consideramos fundamental no desenvolvimento das diversas estratégias de intervenção - na articulação interprofissional – um esforço para não fragmentar os sujeitos a partir de respostas autonomizadas e separadas uma de outras. Como coloca Raichelis:

é cada vez mais frequente e necessário o trabalho compartilhado com outros profissionais na coordenação e implementação de projetos em diferentes campos das políticas sociais e nas atividades sociojurídicas e (...) ao contrário do que muitas vezes se considera, o trabalho interdisciplinar demanda a capacidade de expor com clareza os ângulos particulares de análise e proposta de ações diante dos objetos comuns a diferentes profissões (...) e tal perspectiva de atuação não leva a diluição de competências, senão, ao contrário, exige maior explicitação das áreas disciplinares no sentido de converterem para a consecução de projetos comuns a serem assumidos coletivamente.” (2009, p.389).

REFERÊNCIAS

CFESS. CÓDIGO de ETICA PROFISSIONAL do ASSISTENTE SOCIAL. Conselho Federal do Serviço Social, 1994

CEASM. Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré. Censo Maré 2000: Quem somos? Consultado em junho de 2011. Disponível em <http://www.ceasm.org.br/abertura/05redes/05observ/censo.htm>

IAMAMOTO, Marilda. O trabalho do assistente social frente às mudanças de acumulação e de regulação social, Capacitação em Serviço Social e Política Social. Modulo I. Brasília. 2009.

Raichelis, Raquel – O trabalho do assistente social na esfera estatal. Livro do CFESS – Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, 2009.



CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA O ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho: Prof^a Dr^a Lana Lage da Gama Lima

Instituição: Universidade Estadual do Norte Fluminense

Autoras: Julia Guimarães Barbosa, Luana Rodrigues da Silva, Suellen André de Souza e Mariana Lima Winter

Resumo

O Curso de Capacitação para o Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência constituiu um Projeto de Pesquisa vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PROEX/UENF, e foi desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Exclusão e da Violência - NEEV/UENF, com o objetivo de apresentar subsídios para a conscientização da gravidade do problema da violência contra a mulher e estimular o debate sobre a aplicação de medidas para combatê-la, com destaque para as políticas públicas de gênero na área da Segurança. Pretendeu-se assim, contribuir para a discussão em torno dos avanços democráticos na sociedade brasileira e da inclusão das mulheres como portadoras de direitos plenos de cidadania, bem como do papel dos operadores do sistema de Justiça Criminal nesse processo. O público alvo do projeto abrangeu policiais militares e civis, guardas municipais e operadores da rede de atendimento à mulher vítima de violência no Município de Campos dos Goytacazes. A metodologia empregada incluiu, além dos recursos didáticos tradicionais, o Teatro do Oprimido (BOAL, 2007), que permitiu uma reflexão sobre a complexidade das relações de gênero no Brasil. Este trabalho apresenta uma reflexão crítica sobre a aplicabilidade dessa técnica e seus resultados, apontando para as possibilidades de integração entre ciência e arte no campo da investigação sociológica, e a possibilidade de inter-relação entre pesquisa e extensão, refletindo e buscando novas formas de enfrentamento do problema, nesse caso, o de violência contra a mulher.

Palavras-chave: Administração Institucional de Conflitos, Direitos Humanos das Mulheres, Teatro do Oprimido.

Introdução

A pesquisa *Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e a Rede de Atendimento à Mulher do Estado do Rio de Janeiro*, coordenada pela Prof. Dr^a Lana Lage da Gama Lima, vem sendo desenvolvida no Núcleo de Estudos da Exclusão e da



Violência - NEEV/UENF, que está vinculado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos -INCT/InEAC, com sede na Universidade Federal Fluminense – UFF. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa histórico-documental sobre a criação da primeira Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher – DEAM do Rio de Janeiro. Em seguida foram entrevistadas integrantes do movimento feminista que atuaram nas campanhas em prol da implantação da delegacia, autoridades do governo da época da criação da DEAM e delegadas que estiveram na sua chefia. O segundo passo foi verificar, de forma comparativa, as práticas de administração de conflitos envolvendo violência contra a mulher em delegacias distritais e especializadas do Estado do Rio de Janeiro, sendo escolhidas, a partir de pesquisa etnográfica em quatro delegacias, duas localizadas na capital e duas no Município de Campos dos Goytacazes.

A pesquisa permitiu identificar vários problemas no atendimento prestado às mulheres em situação de violência. Problemas causados pelo desconhecimento de seus direitos, tanto por parte dos operadores do sistema de justiça criminal, quanto por parte das vítimas, sobretudo quanto à aplicação da recente Lei 11.340/2006 – Maria da Penha; mas também causados pela interferência de fatores de ordem cultural, decorrentes da tradição patriarcal da sociedade brasileira. O patriarcalismo, como um modelo ideológico estruturante das relações de gênero no âmbito da família, ainda vigente nos dias atuais, produz uma mentalidade que naturaliza a desigualdade nas relações entre homens e mulheres, da qual resultam a banalização e tolerância para com esse tipo de violência (LIMA, 2007).

A crítica a essa mentalidade, proporcionada pela análise teórica dos resultados empíricos da pesquisa, constitui importante instrumento para subsidiar atitudes de mudança em prol da melhoria da condição feminina em nossa sociedade. Os cursos realizados permitiram a difusão de um olhar crítico entre os que são responsáveis pelo atendimento às mulheres em situação de violência, nas instituições vinculadas à Segurança Pública e nos Núcleos de Atendimento. O conhecimento dos direitos da mulher garantidos por lei, aliado à crítica aos valores tradicionais da sociedade brasileira a partir do instrumental da História e das Ciências Sociais constitui subsídio eficaz para o repensar das práticas de atendimento às mulheres por parte dos policiais civis e militares, dos guardas municipais e das atendentes dos Núcleos de Atendimento à Mulher, que constituíram nosso público-alvo. Desta forma, pretendemos contribuir para a promoção de mudanças nos seus paradigmas de atuação pessoal e profissional

com relação à violência contra a mulher. Através da pesquisa-ação possibilitamos trocas de experiências dos pesquisadores com operadores do Sistema de Justiça Criminal e dos Núcleos de Atendimento sobre o conhecimento produzido na academia e sua aplicabilidade às questões sociais, como se apresentam no cotidiano.

Material e Metodologia

Os cursos abrangeram quatro turmas: duas para operadores dos Núcleos de Atendimento à Mulher e duas para policiais civis, militares e guardas municipais dos municípios de Campos dos Goytacazes e Quissamã, no Estado do Rio de Janeiro.

O projeto inicial previa turmas de 25 alunos, totalizando 100 alunos ao fim do projeto. Entretanto, antes que os cartazes fossem distribuídos e os cursos fossem divulgados pela mídia, todas essas vagas haviam sido preenchidas, havendo necessidade de aumentar as mesmas. Os cursos atenderam a um total de 185 alunos.

A carga horária total foi de 12 horas (das 18 às 21h, com 15 minutos de intervalo), distribuídas em quatro aulas, com as seguintes temáticas:

1ª aula - Gênero e Violência

2ª aula - O Feminismo e os Direitos Humanos das Mulheres

3ª aula - A Lei Maria da Penha e o atendimento às mulheres vítimas de violência

4ª aula - Cena do Teatro do Oprimido e aplicação do questionário de avaliação

Além de técnicas didáticas tradicionais, como aulas expositivas, utilização de textos, recursos audiovisuais e estudos de casos baseados nas pesquisas de campo, foi usado o Teatro do Oprimido - TO, em sua variável o Teatro-Fórum, em que os atores representam uma cena baseada em fatos reais (neste caso, fatos observados durante a pesquisa etnográfica entre 2006 e 2008), na qual personagens oprimidos e opressores entram em conflito, de forma objetiva, na defesa de seus interesses. No confronto, o oprimido fracassa e os espec-atores são estimulados pelo Curinga (o facilitador do Teatro do Oprimido) a entrarem em cena, substituindo o protagonista (o oprimido), ou auxiliando-o por meio de novo personagem, a buscar alternativas para o problema encenado. Pondo em prática a solução hipotética, o interventor pode modificar a cena original, mas, na maioria das vezes, o que temos como resultado é a conservação do estado de dominação (BOAL, 2008). Utilizada como recurso pedagógico, a linguagem teatral "*promove a sinestesia artística que impulsiona o auto conhecimento e o diálogo propositivo que estimula a transformação da realidade*" (BOAL, 2008: 83). As cenas foram construídas de modo a evidenciar as representações de gênero que decorrem da

tradição patriarcal de relações de poder entre homens e mulheres e, por sua vez, reforçam esse modelo. Como o TO possibilita a reflexão entre atores e espec-atores, buscamos investigar as dificuldades em perceber a opressão não somente como violência física.

Resultados e Discussões

Durante os cursos, de um modo geral, quando surgiam questionamentos referentes à eficiência do atendimento às mulheres vítimas de violência, eram sempre feitos pelos operadores dos Núcleos de Atendimento em relação aos policiais e guardas e desses em relação aos operadores. A auto-crítica que sugeríamos só se verificou de fato a partir da cena de Teatro do Oprimido, quando foi marcante a participação de policiais e guardas no papel da mulher vitimada, o que de certa forma, nos surpreendeu.

Foram montadas duas cenas teatrais baseadas nos resultados da pesquisa etnográfica realizada durante o desenvolvimento da pesquisa. A primeira, destinada às turmas para operadores dos Núcleos de Atendimento, retratava o cotidiano de um casal em que a mulher vivia sob situação de violência, já a segunda cena, destinada as turmas de polícias militares, civis e guardas municipais, retratava o cotidiano de uma delegacia e o atendimento policial a essas mulheres. As cenas foram apresentadas na última aula de cada curso, sendo construídas com o objetivo de evidenciar as representações sociais de gênero (CHARTIER, 1990; SCOTT, 1990) que legitimam as relações sociais de poder entre homens e mulheres, baseadas na tradição patriarcal (FREYRE, 1975). Como o TO possibilita a reflexão/ação para atores e espec-atores, buscamos investigar como os alunos percebiam essa opressão representada na cena e como reagiam a ela através de sua intervenção.

Antes das cenas serem apresentadas, percebíamos que a reflexão a cerca do tema tendia para a reprodução de discursos permeados por representações tradicionais de gênero, difundidas pelo senso comum. Antes da intervenção cênica, o debate caminhava para resoluções simples dos conflitos que resultavam em violência. O TO permitiu evidenciar que as relações de gênero são complexas e são fruto de um processo histórico e social multifacetado. A partir das técnicas de TO, incluindo a intervenção na cena, os espec-atores puderam perceber melhor as dificuldades em romper com esse modelo de relações de gênero e refletir sobre a complexidade das relações sociais na sua totalidade, utilizando como instrumentos teóricos os conceitos apreendidos nas três aulas anteriores à utilização do TO. Ao final das cenas e de todas as intervenções, percebemos o amadurecimento da reflexão sobre o tema em todas as turmas, o que foi corroborado

pelas respostas aos questionários de avaliação. Enfim, o trabalho demonstrou a eficácia da utilização do TO como técnica pedagógica, mormente quando o tema em pauta é a exclusão e a violência.

Conclusão

Ao permitir a difusão de um olhar crítico, baseado nos conhecimentos teóricos do campo das Ciências Sociais e da História e da pesquisa empírica, entre os que são responsáveis pelo atendimento às mulheres vítimas de violência, o Curso de Capacitação para o Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência contribui para que revissem seus próprios conceitos e modificassem suas práticas, visando à aplicação das políticas públicas de gênero de forma mais condizente com seus propósitos e metas. Contribuiu ainda para aprofundar o conhecimento sobre os direitos da mulher garantidos por lei, o que consiste no primeiro passo para que sejam respeitados. Isto posto, entendemos que este projeto de Extensão Universitária criou, de fato, espaços de reflexão crítica sobre a questão abordada.

Assim, os cursos se tornaram novo campo de pesquisa, alimentada pela ação extensionista dela decorrente, permitindo novas reflexões, no campo acadêmico, sobre a complexidade da violência de gênero como problema social e as dificuldades encontradas para a aplicação das políticas públicas que visam à melhoria da condição feminina na sociedade brasileira. Esse processo de mão dupla, permite, por um lado, a transferência de tecnologias sociais por meio da pesquisa-ação e, por outro, o confronto entre o conhecimento acadêmico e a realidade social, o que constitui uma contribuição significativa para o avanço democrático na sociedade brasileira, pela inclusão das mulheres na cidadania plena, e também para o aperfeiçoamento das contribuições da universidade para esse avanço.

Devido ao sucesso do curso, demonstrado tanto pela demanda por vagas, quanto pela repercussão na mídia e devido a eficácia do TO como técnica pedagógica, decidiu-se dar continuidade à utilização dessa técnica para pensar questões relacionadas à exclusão e a violência no âmbito universitário. Foi então submetido novo projeto à Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UENF (Edital 01/2011 PROEX/UENF) visando à realização de uma oficina de TO na universidade, tendo como público alvo lideranças comunitárias, comunidade universitária e demais pessoas interessadas do Município de Campos dos Goytacazes. O projeto foi aprovado, contando com três bolsas: duas vinculadas à Universidade Aberta e uma Bolsa de Extensão, para aluno de graduação. A oficina já foi iniciada, com uma turma de 35

alunos e carga-horária de 4 horas semanais. A metodologia empregada é novamente o Teatro do Oprimido em sua variável Teatro - Fórum. A avaliação dos resultados será feita através de questionário de avaliação, e das cenas elaboradas durante o processo, já que o projeto *Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e a Rede de Atendimento à Mulher do Estado do Rio de Janeiro*, continua a ser desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de Exclusão e da Violência- NEEV/UENF .

Referências Bibliográficas

- BOAL, Augusto. Jogos para atores e não atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CHARTIER, R. História Cultural entre Práticas e Representações. Trad. portuguesa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Lisboa: DIFEL, 1990.
- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. 17ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1975.
- LIMA, Lana Lage da Gama. As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher no Rio de Janeiro: uma análise de suas práticas de administração de conflitos. In NADER, Maria Beatriz e LIMA, Lana Lage da Gama. Família, Mulher e Violência. Vitória: EDUFES, 2007. p. 19 a 38.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução de Christine Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1990.

DIREITOS FUNDAMENTAIS SE APRENDEM NA ESCOLA

Área Temática

Direitos Humanos e Justiça.

Responsável pelo Trabalho

Luiza Eliene Silva da Costa

Instituição

Universidade de Sorocaba (UNISO)

Autores

Dra. Patrícia A.P. Maranzano – Docente Orientadora;

Felipe Rodrigues – Graduando em Direito;

Luiza Eliene Silva da Costa – Graduanda em Direito.

Resumo

A Constituição Federal de 1988 ao dispor que o Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito erigiu, assim, a dignidade da pessoa humana princípio fundamental da República Federativa e fonte de onde emergem todos os direitos e deveres que ordenam o convívio de todos os cidadãos brasileiros. Sob este prisma o Projeto busca uma melhor conscientização dos alunos de ensino fundamental e médio da escola pública sobre os direitos fundamentais do ser humano, tendo como base o artigo 5º da Constituição Federativa, a fim de que o aprendizado contribua na formação de consciência da dignidade humana, valoração de seus deveres, bem como a responsabilidade inerente ao exercício de uma futura profissão. O objetivo é proporcionar aos jovens e adolescentes noções básicas sobre direitos fundamentais, de forma clara, fácil e descontraída. Na metodologia aplicou-se o ensino-aprendizado por meio de palestras, dinâmicas, exposição de Power point, debates, reflexão do papel na sociedade, cidadania etc. O resultado parcial do projeto obteve a estimativa de um bom número de participantes alunos com frequência assídua e alguns professores que acompanharam com interesse e sugeriram alguns temas a serem abordados. O resultado final chegou a duplicar o número de participantes com a participação de quatro escolas no Projeto e a ampliação de conhecimentos acerca temas relacionados a drogas, violência doméstica, estatuto da criança e do adolescente, poder familiar, trabalho infantil, ética e cidadania para jovens, entre outros. A conclusão apontada é de que o presente Projeto corresponde ao objetivo de ir à Escola e orientar os alunos de faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos sobre direitos fundamentais e participar da idéia de que o agir ético e a prática da cidadania têm papel fundamental na melhoria das condições de vida de todos os homens.

Palavras-chave

Noções, direitos fundamentais, escola.

Introdução e objetivo

É de suma importância o tema abordado por sua consistência de ir até a escola pública transmitir noções de direitos fundamentais (individuais e coletivos) a alunos de ensino médio e fundamental (faixa etária entre 12 a 18 anos incompletos), direitos que se referem à cidadania e à própria dignidade de pessoa humana.

É um esforço de levar o conhecimento adquirido no meio acadêmico ao jovem e adolescente com o objetivo de uma orientação básica e transmitir-lhes valores sociais e éticos de forma descontraída e dialogada.

A Constituição brasileira precisa ser conhecida por todos, pois ali estão previstos os fundamentos, os princípios, os direitos e deveres de cada um perante o Estado e a sociedade e a questão da cidadania no Brasil de hoje está vinculada à necessidade de garantir e ampliar os direitos conquistados e estendê-los para a maioria da população.

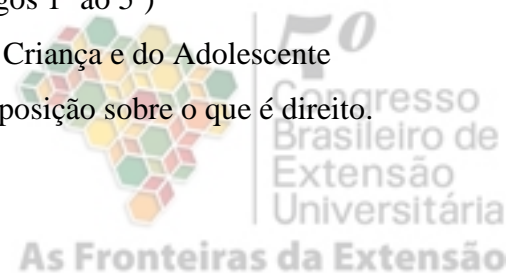
Não há, porém, como pensar em direitos sem pensar nas responsabilidades individuais e coletivas que o uso ou cumprimento do direito requer. Os direitos implicam deveres a cumprir e a observância deles é condição importante para a convivência social.

Há uma forte vinculação do tema com a pesquisa e o ensino uma vez que o processo educativo funda-se sobre estes três pilares indissociáveis: ensino, pesquisa e extensão e também há necessidade de um maior aprofundamento dos conhecimentos adquiridos em sala de aula por meio de uma pesquisa bem acurada considerando a intenção desse trabalho que é, além de produzir informações relevantes, proporcionar ao público escolar noções básicas sobre direitos e obrigações ajudando-o a obter uma visão sobre a Constituição Federal, onde estão assegurados princípios basilares de nosso ordenamento jurídico.

Material e metodologia

O local é o próprio ambiente escolar que aderiu ao Projeto. O material utilizado corresponde a slides, data show, quadro, fotocópias, dinâmicas, questionários. O cronograma de execução teve as seguintes atividades desenvolvidas no período de 12 meses:

- . Palestras sobre a Constituição Federal/88 (artigos 1º ao 5º)
- . Dinâmicas de grupo/Noções sobre Estatuto da Criança e do Adolescente
- . Trabalho Infantil/ Apresentação do Projeto/Exposição sobre o que é direito.
- . Consolidação das Leis Trabalhistas
- . Exposição Power Point/Ética e embriões
- . Reflexão do grupo/Poder familiar



- . Lei nº 11.343/2006
- . Cidadania para jovens/Violência/Lei Maria da Penha
- . Socialização do grupo/Noções de Direito Penal
- . Código do Consumidor
- . Homens novos para um mundo novo/História do sábio
- . Avaliação final

Resultados e discussão

Houve uma frequência assídua, mesmo não numerosa, de alunos, nas diversas escolas em que o trabalho foi realizado, inclusive com a participação de professores que chegaram a sugerir alguns temas relacionados com a problemática vivenciada no âmbito escolar.

Uma das dificuldades enfrentadas foi encontrar um espaço na agenda escolar de cada escola que se mostravam cheias de atividades no período letivo.

O contato com as diferentes realidades escolares contribuiu para se ter uma análise dos diversos problemas que enfrentam as escolas que divergem conforme o contexto social em que estão inseridas.

Conclusão

Concluimos que o presente Projeto corresponde ao objetivo de ir à Escola ministrar conhecimentos sobre direitos fundamentais entre alunos jovens e adolescentes e abordando também temas relacionados à ética e a cidadania e teve como resultado esperado o efetivo ensino-aprendizagem.

Os ganhos acadêmicos foram muitos, pois no dizer de Edilson Mougenout Bonfim: “Ninguém é proprietário do saber humano. Na longa via do aprendizado, somos todos peregrinos. De alguma forma os que ensinam aprendem, e os que aprendem de alguma forma, ensinam”.

Referências bibliográficas

- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- DECRETO-LEI 5.452, de 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**.
- LEI 7.209, de 11 de julho de 1984. **Lei de Reforma penal**.
- LEI 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.
- LEI 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Código de Defesa do Consumidor**.
- LEI 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil Brasileiro**
- LEI 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**.



LEI 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Sistema Nac. de Políticas Públicas sobre Drogas.**
SODERO, Francisco. **Ética e Cidadania para jovens.** SP. Editora Canção Nova, 2005.



DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE AÇÕES PARA A CIDADANIA (NIAC) DA UFRJ

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho: Charles Toniolo de SOUSA

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Autores: Charles Toniolo de SOUSA; Luiza de Souza SANTOS

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a proposta de trabalho do NIAC – Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania –, programa de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro que atua na área do acesso e luta pelos direitos humanos e acesso à justiça. Por ser um Núcleo Interdisciplinar, conta com a presença de professores, profissionais e alunos de vários cursos, sendo o curso de Serviço Social um deles. A proposta é apresentar qual a contribuição que o Serviço Social vem dando no âmbito de alguns projetos do NIAC, e que possibilidades se abrem a partir dessas contribuições.

Palavras-chave

Direitos Humanos – Serviço Social - NIAC

Introdução

O presente trabalho é assinado pela Coordenação da equipe de Serviço Social do NIAC – Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania. O NIAC é um programa vinculado a UFRJ, criado em 2006 com a intenção de unir e sistematizar a gestão de uma série de projetos de extensão na área temática dos direitos humanos, uma das linhas da extensão da UFRJ (juntamente com a Comunicação, Cultura, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho).

No marco dos diversos projetos executados pelo programa, podemos encontrar a presença do Serviço Social, que se faz presente através de docentes, alunos de pós-graduação, estudantes de graduação e técnico-administrativos (Assistentes Sociais do quadro de pessoal da universidade). O objetivo central desse trabalho é relatar a contribuição que o Serviço Social tem dado ao programa e as possibilidades de ampliação das perspectivas de atuação.

Extensão universitária, NIAC e a inserção do Serviço Social

Entendemos que para pensarmos a inserção do Serviço Social no NIAC é fundamental iniciarmos o debate pelo nosso entendimento por Extensão Universitária. Usaremos aqui a definição construída pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão (UFRJ, 2011):

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade,

docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados - acadêmico e popular, terá como consequência - a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além da extensão o NIAC possui também projetos de pesquisa, partindo da idéia de que ensino, pesquisa e extensão devem ser indissociáveis.

Partindo do nosso foco na área de direitos humanos, é importante deixar claro que trabalhamos principalmente com o acesso a direitos e temos uma visão dos direitos humanos como direitos sociais, políticos e civis (TRINDADE, 2001) e entendemos que as políticas sociais são fundamentais para a garantia de tais direitos. Cabe aos programas/projetos de extensão um relevante papel no sentido de fortalecê-las, e não substituí-las diante da tendência neoliberal de retirada do Estado da execução das políticas sociais nas diversas áreas – conforme é possível observar em diferentes projetos de extensão, que acabam por substituir o Poder Público em serviços que deveriam ser prestados por este. Este é um tema mereceria maior atenção teórica, porém nos focaremos na atuação do NIAC.

O NIAC é um programa que conta com muitos projetos, trabalhando nestes equipes de Direito, Serviço Social, Psicologia e Arquitetura, visando ações interdisciplinares voltada à populações vulneráveis residentes em comunidades carentes que contam com pouco ou nenhum acesso a seus direitos fundamentais.

Mais especificamente, o público alvo do programa são os moradores do Complexo da Maré e do entorno da Ilha do Fundão (onde se localiza o principal *campus* da UFRJ). O complexo da Maré, pode ser caracterizado como um bairro que está localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, estando no eixo de 03 das principais vias da cidade: a Linha Vermelha e a Avenida Brasil (que dão acesso ao Rio de Janeiro) e a Linha Amarela (que liga o subúrbio à Zona Oeste da cidade). O complexo tem cerca de 130 mil habitantes e é dividido em 16 comunidades populares, sendo elas: Marcílio Dias, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiros, Vila dos Pinheiros, Vila do João, Salsa e Merengue e Conjunto Esperança.

As comunidades possuem muitas particularidades e não podemos tratar todas de uma maneira geral. O acesso a serviços e políticas sociais se dão de maneira diferenciada bem como há outras características que há diferenciam.

Um dos pontos principais sobre o complexo da Maré é o alto índice de violência e dominação de partes do território por organizações ligadas ao tráfico de armas e de entorpecentes, existindo inclusive facções rivais nas comunidades.

O NIAC atua no Complexo da Maré com projetos em diferentes áreas. Neste trabalho daremos destaque a dois deles: sendo um atuante na área de acesso a direitos a partir da demanda da população, e outro atuante na área de habitação, e seremos mais específicos apenas em relação a atuação do Serviço Social nestes.

A contribuição do Serviço Social para esse projeto de extensão tem como partida a contribuição que essa área do conhecimento, que se materializa em práticas profissionais, pode dar, tendo em vista que consta no Código de Ética dos Assistentes Sociais, como princípios éticos:

- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras; [...]
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. [...] (CFESS, 2008, p. 34).

O projeto chamado “Escritório Interdisciplinar da Cidadania” é o projeto “carro-chefe” do NIAC, e que tem como função articular os demais projetos dentro do programa. Atua no campo do acesso à justiça, tendo como metodologia a realização de atendimentos e discussões interdisciplinares realizados pelas áreas de Serviço Social, Psicologia e Direito, com o objetivo de atender a demandas individuais e coletivas trazidas por moradores da comunidade. Neste projeto há também atendimentos realizados pela equipe da Arquitetura, porém estes trabalham apenas com demandas coletivas. O Escritório funciona na Ilha do Fundão, próximo ao Complexo da Maré.

O Assistente Social participa do atendimento ao público diariamente, realizado pelas equipes das diferentes áreas, através da realização de Entrevista Social com todos os usuários do projeto, além de produzir Relatórios Sociais que são discutidos em supervisão interdisciplinar, (realizada semanalmente pela equipe do Escritório) e participar dos desdobramentos dos casos. O objetivo é identificar como a população atendida pelo projeto – que se constitui pela população que vive no entorno da Ilha do Fundão – exerce seus direitos fundamentais (civis, políticos e sociais), e assim, acessando a justiça social em um sentido mais amplo.

Ainda no trabalho do Escritório, o Serviço Social tem construído debates e instrumentos que visam levantar a rede de serviços e de organização política do território da Maré, de modo a aprofundar e qualificar essas entidades no campo do debate sobre direitos humanos e acesso à justiça – frente esta de atuação que requer permanente contato com instituições e entidades populares *in loco*. Todos esses elementos se tornam insumos para uma pesquisa continuada intitulada “Perfil da demanda do NIAC e da rede de serviços da Maré” (garantindo assim a indissociabilidade entre extensão e pesquisa).

Há ainda a realização anual, do Fórum de Criminologia Crítica Aplicada, que visa mobilizar a universidade, profissionais, organizações da sociedade civil e a própria população para a discussão de alguma temática que envolve o debate sobre direitos humanos e acesso à justiça.

Há também o projeto chamado “Reprodução Socioterritorial na Maré” que atua na área da defesa do direito à cidade e à moradia digna e saudável – entendidos no âmbito dos direitos humanos fundamentais (LESBAUPIN, 1984), em uma ocupação urbana realizada por moradores em uma antiga fábrica localizada na comunidade chamada Timbau. Esse projeto tem por objetivo o estímulo à organização popular, visando a regularização fundiária do território ocupado e tornar-se uma experiência piloto de uma regularização ligada à propriedade coletiva do solo urbano. Conta com a participação das equipes de Serviço Social, Direito e Arquitetura.

A atuação do Serviço Social nesse projeto é fundamental, pois além da garantia dos direitos sociais envolvidos no processo de regularização fundiária, tem uma grande contribuição no avanço e no exercício dos direitos políticos, uma vez que, necessariamente, requer uma articulação com a Associação de Moradores do Morro do Timbau, além da construção da própria Associação. Os Assistentes Sociais, juntamente com os extensionistas/estagiários, realizam uma série de atividades que facilitam a organização

política dos moradores – elemento fundamental para o avanço não apenas no direito à regularização fundiária, mas que pode ser um instrumento coletivo de luta para a ampliação dos direitos humanos em toda a comunidade.

É importante também ressaltar a importância do NIAC estar articulado em rede com outras instituições voltadas para promoção dos direitos humanos e acesso a direitos bem como as voltadas para políticas públicas situadas dentro no Complexo da Maré para que desta maneira possamos e complementar de maneira qualitativa o trabalho das outras instituições que atendem ao mesmo público que nós.

Em 2006 foi realizado pelo NIAC um levantamento de todas estas instituições da Maré deixando bem claro que poucas instituições oferecem serviços relativos ao Serviço Social, Psicologia e Direito, demonstrando assim a fundamental importância do NIAC para a comunidade e a rede de serviços.

Conclusões

O ambiente acadêmico é propício para pensar novas práticas, novas perspectivas. A produção teórica, a constante busca por conhecer o desconhecido, por experimentar o novo, é parte do espírito inovador e transformador que a universidade pode e deve cumprir. Nesse sentido, o papel da extensão universitária não é algo coadjuvante: é através dela que a universidade pode propor novas frentes, novas possibilidades, novas direções para diferentes campos e áreas de atuação.

A defesa dos direitos humanos hoje é algo de extrema importância, tendo em vista que o cenário político internacional (e nacional) atual é de cada vez maior retração e desrespeito aos mesmos, diante da contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003), que se exime (quando não viola) cada vez mais esses mesmos direitos.

Diante disso, achamos que programas como o NIAC são de importância vital para a dinâmica da extensão universitária, pois sintoniza a universidade em um campo político que historicamente se propôs a estar. E nele, temos observado que o Serviço Social, ao longo de sua história dentro do programa, tem contribuído e proposto novas contribuições no âmbito da extensão e da luta pela efetivação dos direitos humanos, sobretudo dentro de um território onde suas violações são constantes pela própria natureza histórica desse espaço.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

CFESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. In: CRESS/7ª REGIÃO (Org.). **Assistente social: ética e direitos**. 5. ed. revis. e atual. Rio de Janeiro: CRESS/7ª Região, 2008a. (Coletânea de Leis e Resoluções – volume I).

LESBAUPIN, Ivo. **As classes populares e os direitos humanos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984. 195p.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História Social dos Direitos Humanos**. São Paulo: Petrópolis, 2001.

UFRJ. **O que é a extensão**: conceito. Disponível em: <<http://www.pr5.ufrj.br/index.php/o-que-e-extensao/conceito.htm>>. Acesso em: 25 de junho de 2011.



“ELO”: COMUNICAÇÃO ENTRE PROGRAMA PRÓ-EGRESSO E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo Trabalho: Gisele Alves de Sá QUIMELLI

Instituição: Programa Pró Egresso (PPE) Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Gisele Alves de Sá QUIMELLI¹;

Roseni Inês Marconato PINTO²;

Hyara FERREIRA³;

Viviane Matoski ORLOWSKI⁴;

Lucas MARCONDES⁵.

Resumo: Este artigo decorre do subprojeto “ELO” Boletim Informativo elaborado pela equipe de Serviço Social do Programa Pró-Egresso (PPE). O referido Programa é um projeto de extensão universitária que realiza acompanhamento social, jurídico e psicológico junto aos egressos do Sistema Penitenciário e beneficiários da Prestação de Serviço Comunitário (PSC). O Serviço Social no Programa Pró-Egresso (PPE) desenvolve atividades que auxiliam os egressos penitenciários no seu retorno ao convívio familiar e social, favorecendo também os beneficiários da PSC. Tal subprojeto tem como objetivo estreitar a relação entre o PPE e as Instituições conveniadas, por meio do repasse de informações pertinentes as atividades que são desenvolvidas internamente e ao cumprimento da PSC. A partir das discussões realizadas pela equipe do PPE são definidos os temas a serem tratados no Boletim e este é disponibilizado a cada dois meses às instituições. Como resultado parcial contamos que 80% das trinta e três instituições que responderam o questionário, afirmaram que as dúvidas estão sendo sanadas através do ELO. Consideramos que o principal objetivo do subprojeto está sendo alcançado, com possibilidades de melhorar a cada nova edição do ELO – Boletim Informativo.

Palavras-chave: Boletim Informativo, Parcerias, Instituições.

Introdução

O Programa Pró-Egresso (PPE) da comarca de Ponta Grossa foi implantado em junho de 1977; vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais/Divisão de Extensão Universitária, através do convênio assinado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. Tem por finalidade prestar acompanhamento

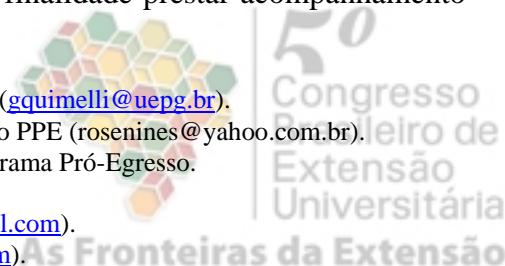
¹Dra. Prof^a. do Depto. Serviço Social da UEPG, Pró-Reitora PROEX (gquimelli@uepg.br).

²Mestre Prof^a do Depto. de Serviço Social da UEPG, Coordenadora do PPE (rosenines@yahoo.com.br).

³Acadêmica do 3^o ano de Serviço Social da UEPG, estagiária do Programa Pró-Egresso. (hyaraferreira@hotmail.com).

⁴Assistente Social do Programa Pró-Egresso (viviane.orlowski@gmail.com).

⁵Assistente Social do Programa Pró-Egresso (lucasmcbi@hotmail.com).



na área social, jurídica, pedagógica e psicológica aos beneficiários da prestação de serviço a comunidade (PSC) e egressos do Sistema Penitenciário.

De acordo com o Manual de Procedimentos Básicos para acadêmicos estagiários do Programa Pró-Egresso de Ponta Grossa (2002), a função do Serviço Social no PPE é a de acompanhar e orientar os beneficiários de PSC e egressos do sistema penitenciário que estão em Livramento Condicional, Regime Aberto, Suspensão Condicional do Processo.

Conforme consta no Manual do Egresso (s/d), a Prestação de Serviço a Comunidade consiste num trabalho voluntário a ser realizado por um período de tempo mediante determinação judicial em uma instituição pública sem fins lucrativos. Para aplicação de tal sanção penal deve-se observar o perfil criminal, psicológico e as aptidões físicas e intelectuais do apenado. Portanto, a PSC caracteriza-se por ser uma medida sócio-educativa e reflexiva junto ao apenado, a qual visa contribuir no processo de convívio social dos beneficiários.

Para aqueles que não passaram pelo encarceramento Sica (2002) entende que a PSC é uma resposta penal mais adequada aos crimes de leve e média gravidade, a qual reforça os laços comunitários; viabilizando assim um processo de diálogo, entre a comunidade e o beneficiário, evitando a dessocialização e sem dúvida, promovendo uma integração social.

Dessa forma, a atuação do Serviço Social no PPE, parte da entrevista inicial, que permite a realização do levantamento socioeconômico e de aspectos relativos ao delito, e habilidades do beneficiário para o encaminhamento ao cumprimento da PSC. Atualmente o Programa possui aproximadamente duzentas e dez (210) instituições conveniadas, dentre elas: escolas, hospitais, associações de moradores, sindicatos, paróquias, onde a PSC é desenvolvida.

Para que Programa execute com sucesso e alcance os resultados esperados em relação a suas atividades, um fator considerado de grande relevância é a interação do PPE com as instituições conveniadas. O subprojeto intitulado “ELO” - boletim informativo tem como objetivo central fortalecer a integração e a relação de parceria entre o Programa Pró-Egresso e as instituições conveniadas, estabelecendo um canal de repasse de informações, esclarecimento de dúvidas pertinentes à PSC e às atividades realizadas no PPE.

A informação tem uma função muito importante nas relações sociais, muitas vezes para a solução de problemas, e, também enquanto um mecanismo capaz de auxiliar os indivíduos no crescimento pessoal e social, através do acesso a direitos sociais. A socialização do conhecimento ou o esclarecimento de dúvidas contribui para o desenvolvimento de um vínculo de confiança entre as partes envolvidas. Sarmento (1994, p.

272) entende que a informação “precisa ser concebida como um instrumento que organiza e veicula informações do interesse da população e do assistente social”.

Assim pode-se considerar que prestar informações está presente na prática do Serviço Social na sua atuação profissional em todos os postos de trabalho. A informação deve ser entendida como um instrumento potencializador de conhecimentos em qualquer situação que for utilizada. Com base neste entendimento, consideramos que o repasse de informação no PPE passa a ser de fundamental importância para a constituição de um vínculo entre as Instituições e o PPE.

O subprojeto ELO – Boletim informativo constitui-se num mecanismo de comunicação entre o PPE e Instituições conveniadas, o que fortalece o vínculo Universidade e Comunidade, respectivamente acadêmicos e população beneficiada pela PSC.

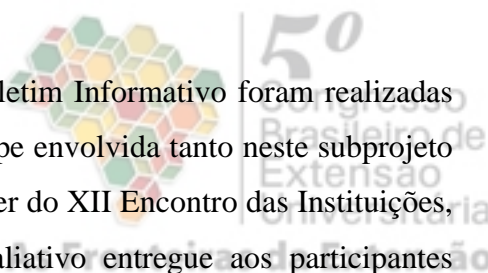
No PPE desenvolvem-se vários projetos e subprojetos de extensão universitária, os quais permitem aos estagiários atuantes uma rica vivência da teoria na prática, fornecendo subsídios para pesquisas de Trabalhos de Conclusão de Curso e outros trabalhos acadêmicos de sala de aula.

Metodologia

A metodologia do projeto prevê que o ELO: Boletim Informativo seja disponibilizado às instituições a cada dois meses. A partir de discussões que envolvem a equipe de Serviço Social do PPE, estagiários, assistentes sociais e a coordenação, define-se as temáticas a serem abordadas em cada edição do boletim. Inicialmente elabora-se um esboço do informativo com base nas discussões levantadas. A partir deste esboço os assistentes sociais e a supervisão o revisam e autorizam sua publicação. Então, é realizada a impressão do material e das etiquetas para que sejam enviados os informativos. Por fim envia-se o material, via correio e e-mail, às instituições conveniadas ao Programa Pró-Egresso. O espaço físico e os recursos materiais necessários são disponibilizados pelo Programa Pró-Egresso.

Resultados

As quatro primeiras edições do projeto ELO – Boletim Informativo foram realizadas em 2010, o que permitiu uma avaliação, por parte da equipe envolvida tanto neste subprojeto quanto do subprojeto Encontro das Instituições. No decorrer do XII Encontro das Instituições, em outubro de 2010, foi aplicado um questionário avaliativo entregue aos participantes (responsáveis pelas instituições parceiras conveniadas ao PPE para receberem prestadores de



serviço comunitário). Assim, em 2011 a equipe partiu dos dados do relatório do XII Encontro das Instituições para elaborar a sua primeira edição.

Destacam-se os seguintes dados presentes no relatório do XII Encontro. A equipe utilizou como referencial teórico para a avaliação o conceito de eficiência, eficácia e efetividade. O primeiro ponto em destaque foi o aumento da participação das Instituições conveniadas, 71 pessoas. Dos 33 (100%) questionários preenchidos e entregues, 80% afirmaram que as dúvidas estão sendo sanadas por meio dos Boletins Informativos ELO, o que representa que as informações estão sendo passadas de forma clara e objetiva. O fato de 76% dos avaliados declararem que o subprojeto tem contribuído para o esclarecimento de dúvidas quanto ao PPE e sobre a PSC é um indicador que o ELO tem contribuído significativamente no fortalecimento da relação de parceria entre PPE e Instituições conveniadas.

Foi a partir do reforço ao convite enviado pelo ELO às instituições que se percebeu uma diferença positiva, no que diz respeito ao número de participantes no Encontro. Esse Encontro serviu também como espaço de discussão e explicação quanto ao cumprimento da PSC. Percebeu-se que as instituições compreenderam melhor o que é o PPE e a pena alternativa de PSC.

Para que as instituições desenvolvam um trabalho reflexivo e com caráter educativo, conforme pretende a PSC faz-se necessário intensificar o diálogo entre o Programa e as instituições, portanto a cada edição do boletim busca-se melhorá-lo para que seus objetivos realmente sejam alcançados.

Considerações Finais

Ainda que o subprojeto ELO – Boletim Informativo esteja em constante processo de execução, é possível reunir algumas conclusões acerca dos trabalhos já realizados. Na questão do repasse de informações através do ELO - Boletim Informativo segundo Sarmiento (1994, p. 273) “deve-se aprender o verdadeiro sentido da informação, vê-la como uma das bases para o exercício pleno da cidadania”, procurando deste modo dar uma maior visibilidade às ações desenvolvidas no Programa Pró-Egresso e suprir dúvidas quanto à pena alternativa de prestação de serviço comunitário, direitos e deveres do beneficiário.

Conclui-se que o principal objetivo do subprojeto está sendo alcançado, através dos resultados obtidos no último Encontro das Instituições, pois se identificou que houve uma maior integração entre o PPE e as Instituições conveniadas.

Acredita-se dessa forma, na importância fundamental em continuar articulando ações como a informação na edição dos boletins informativos, para que através desse seja possível prosseguir potencializando parcerias e articulando ações, que complementem a intervenção do Serviço Social nos atendimentos diários realizados no Programa Pró-Egresso.

Referências

CAMPOS, Arminda Eugenia Marques; DELAMARO, Maurício César; ABEGÃO, Luís Henrique. **O planejamento de projetos sociais: dicas, técnicas e metodologias.** Disponível em: < <http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2154.pdf>>. Acessado em: 03 de maio de 2011.

CERQUEIRA, Helder José Bacelar. Penas Alternativas: **Contribuindo para a ressocialização do delinquente penal.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/10775/1/Penas-Alternativas-Contribuindo-para-a-essocializacao-do-Delinquente-Penal/pagina1.html>> Acesso em: abril de 2011.

COLMÁN, Silva Alapanian. **Contribuição do Serviço Social para a Aplicação da Pena Alternativa.** Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v4n1_penas> Acesso em: outubro de 2009.

PATRONATO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ. Manual do Egresso. S/D

PONTA GROSSA. Manual de capacitação das Estagiárias do Programa Pró-Egresso. S/E. 2002.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. **Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão.** São Paulo. PUC, 1994. Dissertação de Mestrado.

SICA, Leonardo. Direito Penal de emergência e Alternativa a prisão. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2002.

Relatório do XII Encontro das Instituições, 2010.



MADRE PELLETIER: UMA INTERLOCUÇÃO ATRAVÉS DA TEIA DO ACESSO À JUSTIÇA ENTRE A UNIVERSIDADE E A COMUNIDADE

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

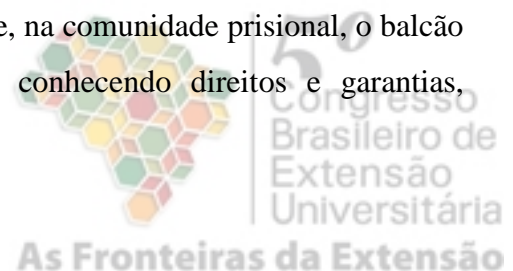
Responsável pelo trabalho: Ms.Simone Schroeder

Instituição: Centro Univeristário Ritter dos Reis (Uniritter)

Nome dos autores: 1. Ms. Simone Schroeder; **2.** Ms. Virginia Dias Correa; **3.** Dr^a. Maria José do Canto; **4.** Adriana Frainer Machado; **5.** Carolina Meneghetti Rossari; **6.** Michele D`Ávila

Resumo

O trabalho apresenta os resultados da investigação desenvolvida pelo Núcleo de Extensão em Execução Penal da Faculdade de Direito do Centro Universitário Ritter dos Reis junto à Penitenciária Feminina Madre Pelletier. A pesquisa buscou verificar como se efetua/realiza o direito ao acesso à justiça das mulheres que estão privadas de liberdade, esperando a sentença ou cumprindo pena na penitenciária feminina de Porto Alegre. Especificamente, a investigação teve como objetivo identificar os obstáculos de acesso à justiça por parte das detentas. A metodologia utilizada traçou um perfil das mulheres privadas de liberdade, o delito cometido, o conhecimento que possuem referente ao seu processo, a relação com a família, o conhecimento sobre as regras da casa prisional, o conhecimento sobre o direito à saúde, sobre as sanções aplicadas no âmbito da execução da pena e os efeitos dali decorrentes. Os resultados da investigação foram analisados com a comunidade acadêmica e com a comunidade prisional e traçadas/apontadas possíveis alternativas de intervenção e trabalho conjunto entre a academia, a comunidade e o poder público para a garantia do direito ao acesso à justiça. A partir daí, implementou-se, na comunidade prisional, o balcão da cidadania na construção de novos saberes, conhecendo direitos e garantias, fortalecendo as redes de inserção e inclusão social.



Palavras-Chave: Acesso à justiça. Comunidade prisional. Extensão Universitária.

Introdução

O projeto do Núcleo de Execução Penal-NEP do Curso de Direito do Centro Universitário Ritter dos Reis – UniRitter desenvolve a atividade extensionista junto à Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre/RS. O NEP, ligado ao Curso de Bacharelado em Direito, desenvolve atividades junto à penitenciária desde o final de 2005. Os objetivos do NEP consistem em promover a construção da cidadania a partir do acesso à justiça, pressupondo a garantia do direito à defesa técnica, a fundamentação das decisões, o direito à saúde, entre outros. Para a construção e desenvolvimento do Projeto partiu-se da compreensão de que raça, etnia, faixa etária, gênero, condição socioeconômica, região de origem, escolarização e credo são alguns elementos que geram diferenças entre as pessoas, mas, na base, é preciso haver dignidade e igualdade de oportunidade para todos os sujeitos. A relevância do presente trabalho caracteriza-se por esboçar possibilidades na/da construção de um projeto juntamente com a comunidade Madre Pelletier a partir de um aporte interno que possa gerar ações de extensão efetiva e interdisciplinar, relacionadas unicamente aos problemas e vulnerabilidades constatados nessa comunidade. Partimos de um pressuposto; observar o papel da extensão, na construção do desenvolvimento da atividade e não uma resposta simultânea em cima de uma percepção. Assim, um dos primeiros passos foi buscar informações sobre direitos e deveres segundo a Lei de Execução Penal, procedimentos e mecanismos existentes que embasam a estrutura do cumprimento da pena na comunidade. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa empírica para identificar o perfil das detentas para a construção do projeto. Dessa forma, visando contribuir para a construção coletiva da cidadania e das condições para seu exercício nas dimensões civil, social e política, por meio de ações planejadas e integradoras entre áreas do conhecimento a investigação buscou identificar as vulnerabilidades apresentadas na comunidade Pelletier em relação ao acesso à justiça.

Neste sentido, foi preciso articular ensino e pesquisa, por um lado, e academia e sociedade, por outro, tornando-se um instrumento de abertura das instituições de ensino para a comunidade na qual se inserem, democratizando o conhecimento, ao mesmo tempo, induzindo a Universidade a pensar soluções para os problemas que detecta ao inserir-se no trabalho comunitário.

Metodologia

Foi realizado um levantamento bibliográfico e desenvolvida leituras de textos sobre direitos fundamentais, além da pesquisa empírica para identificar o perfil das mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina Madre Pelettier. Utilizou-se um questionário semi-estruturado, contendo questões referentes aos dados da autora do crime, do delito cometido, ao processo, à família e à rotina na casa prisional, bem como as questões de saúde, das sanções aplicadas no âmbito da execução da pena e os efeitos dali decorrentes.

A coleta de dados foi realizada entre final de agosto de 2007 e início de abril de 2008, sendo que, nos meses de janeiro e fevereiro, não houve coleta de dados, pois era o período de férias escolares. Definiu-se, em função das dificuldades encontradas para a realização de um censo, que se trabalharia com os 154 questionários que já haviam sido realizados após seis meses de contato com a instituição, o que representava uma mostra de 52% da população. A coleta de dados foi realizada em um total de 65 visitas e envolveu 5 alunos bolsistas de extensão do curso de Direito, uma aluna visitante¹ e duas professoras, uma de Direito Penal e uma de Sociologia Geral e Jurídica.

A análise dos dados foi apresentada à diretora do Presídio Feminino Madre Pelletier e passaram-se a vislumbrar ações de trabalho a serem desenvolvidas em conjunto – setor público e universidade - no sentido de viabilizar as detentas o acesso à justiça.

A partir dos dados levantados, as atividades possíveis de serem realizadas junto à comunidade Pelletier foram sustentadas em dois pilares, a saber: a) balcão de cidadania; b)acompanhamento dos processos.

Resultados e Discussões

O acesso à justiça passa pela garantia do direito à defesa técnica, a fundamentação das decisões, o direito à saúde, entre outros. Como instrumental de um mínimo de dignidade, elege-se na esfera da execução criminal o direito ao acesso à justiça, como direito à informação de direitos e deveres, com o fim de esclarecer, promover e desenvolver a cidadania. A partir desse projeto, houve a implementação do balcão de cidadania na comunidade Pelletier, com a finalidade de construção da teia ao acesso à justiça entre a Universidade e a comunidade no exercício da cidadania. Os dados coletados no projeto de extensão permitiu verificar que a grande maioria é jovem, na faixa etária entre 19-29 anos, são presas provisórias e provenientes do interior do Estado, cuja

¹ Fez parte dessa pesquisa uma aluna visitante, do curso de Psicologia de Portugal Liliana Graciete Fonseca Rodrigues que veio por intercâmbio da psicologia da UFRGS.¹

ocupação é resultante de profissões vinculadas ao lar. Verifica-se que existe o desconhecimento em relação ao que são faltas graves, mas entendem a aplicação das sanções. A estrutura das famílias no sistema prisional em relação à questão de gênero (são monoparentais). O delito, na maioria dos casos, é o tráfico de entorpecentes (60%) e o roubo. Ressalte-se que grande parte das entrevistadas 63,4% está detida sem sentença, são presas provisórias. As detentas revelaram, em suas conversas, que o retorno em relação às suas postulações jurídicas são morosas. Também, se verificou que não há um atendimento efetivo em relação aos aspectos da assistência jurídica e o direito à informação de seus direitos no curso da execução da pena. O projeto extensionista permitiu desenvolver em parceria com a comunidade, o acesso à justiça formando um balcão de cidadania com a finalidade de atender às vulnerabilidades apresentadas na comunidade. Pôde-se perceber, a partir dos dados coletados, que há mecanismos eficientes que a Instituição (UniRitter) pode desenvolver em parceria com a comunidade Pelletier e promover o acesso à justiça sendo um dos multiplicadores na inclusão social. Com a finalidade de atender às vulnerabilidades apresentadas e fortalecer as redes de inserção junto à comunidade foi proposto um trabalho interdisciplinar. (psicologia e direito) As atividades são sustentadas em dois pilares, a saber: a) **balcão de cidadania**—informação dos direitos das apenadas – noções básicas dos direitos fundamentais, informações sobre o andamento do processo, sobre as normas da casa prisional, esclarecimentos sobre os direitos ao acesso à saúde, informação sobre direitos em relação aos filhos e família. b) **acompanhamento dos processos**- projeto piloto com 30 processos.

O Balcão da Cidadania desenvolve práticas dentro do sistema prisional que possibilita construir novos dispositivos de subjetivação, uma vez que as práticas tradicionais são colocadas em questão pelas detentas e pelos próprios profissionais da área quanto à sua eficácia na promoção de cidadania². Constatou-se também, com o balcão da cidadania, por intermédio das oficinas, conversas, seminários, filmes e produção textual que elas percebem a morosidade em relação às suas postulações jurídicas.

² Como a prisão é o cenário deste estudo, os processos de subjetivação também são objeto de análise e intervenção. A subjetividade, a alma como referenciava FOUCAULT (1975), a partir do século XVIII têm sido o objeto da ação punitiva, e é a partir deste entendimento que a trajetória desse estudo foi construído. Estes processos foram produzindo nas e pelas mulheres. Assim, precisávamos ir além, procurar outras formas de garantir um desenvolvimento contínuo que encontramos através de uma pesquisa-intervenção – no campo das produções de subjetividade emergentes em um ambiente prisional –, compreender os modos de existência e as possibilidades de vida de um grupo de mulheres encarceradas. A partir disto, buscamos repensar e propor um espaço interdisciplinar de discussão, informação, assessoria jurídica e criação de novos sentidos.

Em relação ao tempo, as detentas revelam que a prisão aparece como sofrimento. Muitas disseram, “*que a prisão larga a gente pior, muito pior*”, além de falarem das diferenças entre as colegas que estão há pouco tempo presas e as que foram encarceradas há mais tempo: “as pessoas que estão há mais tempo se tornam secas e frias”. Realmente, verifica-se que não há julgamento no prazo razoável em relação ao tempo da prisão provisória e a resolução das questões processuais no processo de conhecimento.

A comunidade acadêmica e a comunidade prisional, por meio, desse projeto está traçando e buscando possíveis alternativas de intervenção e trabalho conjunto entre a academia, a comunidade e o poder público para a garantia do direito ao acesso à justiça.

Com o poder público estão acontecendo reuniões, encaminhamentos dos processos ao serviço de assistência judiciária gratuita do Uniritter (Sajuir), diálogos com a defensoria pública e ainda encaminhamentos junto a sociedade civil organizada como a Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Conclusão

O projeto desenvolvido na comunidade Madre Pelletier, se sustenta como um canal de interlocução com os outros núcleos e projetos para viabilizar a formação de uma rede com as outras instituições que desenvolvam atividades onde possa trabalhar a igualdade de direitos, respeitando as diferenças encontradas, inclusive, nas questões de gênero em relação à questão prisional. As dificuldades em manter um trabalho neste lugar de subjetivação/criação também nos lançaram para outros tantos questionamentos. Apesar dos entraves, houve o comprometimento de cada um, envolvido nesse projeto, ao questionar as vestes da prisão, bem como vislumbrar as garantias e o discurso de proteção aos segregados. Apesar da consagração constitucional e dos mecanismos disponíveis, identificamos o obstáculo maior na execução criminal, em razão do desconhecimento de inúmeros aspectos dos que cumprem a pena privativa de liberdade, decorrentes da ignorância de seus direitos materiais e, segundo, pela própria estrutura, que lhe é oferecida; apesar de termos encontrado o acesso à Justiça formalmente.³

No âmbito material, as apenadas permanecem sem o amparo efetivo, não só no que se refere à educação (que promova o pleno desenvolvimento da pessoa e a prepare para o desenvolvimento da cidadania), mas também pelas questões de fundo encontradas no

Barcellos, Ana Paula. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

Processo de Execução Penal, cujos direitos apregoados nos artigos de base da lei sequer são conhecidos por aqueles que ali enfrentam o processo de segregação e nem são informados pelos órgãos competentes, havendo um hiato entre as garantias e a possibilidade de vir a utilizá-las. Dessa forma, o projeto de extensão, fomentado e realizado na trilogia do processo ensino-aprendizagem: o ensino, a pesquisa e a extensão ao implementar o balcão da cidadania consegue desvelar novas linhas e encontrar, nesse processo, sujeitos de direitos.

REFERÊNCIAS

- ALEXY, Robert. **Teoria de los Derechos Fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.
- BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana. Rio de Janeiro: renovar, 2002.
- BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. São Paulo: Saraiva, 1996.
- BONATO, Gilson (org.). **Direito Penal e Processual Penal: uma visão garantista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CUNHA, Manuela Ivone. **Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos**. Lisboa: Fim do Século, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: vozes, 1986.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Constituição e proporcionalidade: o Direito Penal e os Direitos Fundamentais entre proibição de excesso e insuficiência. **Revista de Estudos Criminais**, ITEC, Sapucaia do Sul, ano 3, n.12, p. 87, 2003.
- _____. Ingo Wolfgang. Constituição e proporcionalidade: o Direito Penal e os Direitos Fundamentais. Entre proibição de excesso e de insuficiência. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, v. 32, n. 98, p. 105 -149. junh. 2005.
- _____. Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996
- SOUZA, Jessé. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"?, **Revista de Cultura e Política**, Lua Nova, n.59, São Paulo, 2003.
- UNIRITTER, Centro Universitário Ritter dos Reis. Projeto Pedagógico Institucional/PPI. Política de Extensão Universitária, Porto Alegre, 2006.



MORRO DIGITAL: DA POLÍTICA DE INCLUSÃO À REALIDADE DO TRÁFICO

Áreas Temáticas: Direitos Humanos e Justiça; Educação

Responsável – Gleison Samuel do Nascimento

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Restinga

Fábio Azambuja Marçal; Gleison Samuel do Nascimento; Jean Carlo Hamerski; Luciano Gomes Furlan; Pedro Chaves da Rocha

Resumo: O trabalho apresenta resultados obtidos no projeto de extensão Morro Digital, efetivado pelo IFRS – Campus Restinga, em parceria com ASMOVIG. Esse consiste na implantação de uma unidade de inclusão digital no Morro Santa Tereza, Vila Gaúcha, em Porto Alegre. Durante o projeto foram criadas oficinas de ensino interdisciplinar, utilizando as Tecnologias da informação e comunicação (TICs), além de cursos de qualificação profissional. Como pontos positivos deste projeto destacamos: a forte mobilização social no início do projeto; e a aprovação do projeto no Edital 049/2010 do CNPQ. Entretanto, no caminho das salas da nossa instituição até a realidade, muitos foram os obstáculos, que levaram ao insucesso ou ao sucesso parcial deste projeto. Os problemas enfrentados foram desde o desinteresse da comunidade, chegando até a violência do tráfico.

Palavras-chave: inclusão digital; formação profissional; vulnerabilidade social.

1 Introdução

O presente artigo reflete sobre resultados obtidos no projeto de extensão Morro Digital, desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Restinga (IFRS-RS), em parceria com a Associação de Moradores da Vila Gaúcha (ASMOVIG). O objetivo principal do projeto é a criação de um núcleo de inclusão digital dentro do Morro Santa Teresa em Porto Alegre. O núcleo consiste de um laboratório de informática aberto diariamente para toda a comunidade, permitindo a inclusão sócio-digital e a democratização da informação para todos os membros daquela comunidade.

Além disso, o projeto também utiliza o computador e softwares livres, como um instrumento de apoio para o ensino propedêutico (matemática, física, química, biologia, português, história e geografia, etc) e como objeto de trabalho para a comunidade, estimulando a construção de um pensamento crítico, científico e profissional.

Durante o projeto foram criadas oficinas de ensino interdisciplinar, utilizando as Tecnologias da informação e comunicação (TICs), além de cursos de qualificação profissional como informática básica e manutenção de computadores. Neste sentido, procura-se, aproximar os educando dos saberes e do mercado do trabalho. Tais oficinas e cursos foram elaborados por professores de informática interdisciplinarmente com outras áreas específicas (química, matemática, física, biologia, português, história e geografia, educação física, etc).

Assim, o projeto promove inclusão social por meio da redução da exclusão digital. Proporciona a aproximação de uma comunidade extremamente carente com o mundo digital, fornecendo elementos suficientes para que o aluno possa, posteriormente, construir

um sólido conhecimento sobre o computador, utilizando-o como ferramenta para a resolução de problemas encontrados no seu cotidiano.

Este era “o mundo perfeito”, sonhado e idealizado por todos os profissionais que se envolveram na execução do projeto. Entretanto, no caminho da sala de aula até a realidade muitos foram os obstáculos, que levaram ao insucesso ou ao sucesso parcial deste projeto. Os problemas enfrentados foram inúmeros desde o desinteresse da comunidade, passando pelo uso “*marqueteiro*” da inclusão social por políticos e seus partidos, chegando até a violência do tráfico que inibe a participação ativa da comunidade, escravizando a mesma em um mundo sem oportunidades e sem perspectiva de futuro.

O restante deste artigo está organizado da seguinte forma: a Seção 2 apresenta uma breve apresentação de nossa instituição de ensino; na Seção 3 é relatado um histórico da articulação política que deu início ao projeto Morro Digital; a Seção 4 mostra as atividades desenvolvidas durante o projeto; já a Seção 5 descreve os resultados e os problemas encontrados durante a execução do projeto; por fim o artigo é concluído na Seção 6 fazendo uma reflexão sobre nossa ação de extensão naquela comunidade.

2 Os Desafios dos Institutos Federais e suas Políticas de Extensão

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, implementados a partir da Lei 11.892/2008, sinalizam para a possibilidade de um novo sentido para o ensino profissionalizante no Brasil. Essas instituições, novas e únicas, de estrutura *multi-campi*, que ofertam desde o ensino médio integrado ao ensino técnico até cursos de graduação tecnológica e especializações. Assim, podem construir uma nova alternativa para a educação, no sentido de escolarização brasileira e formação profissional.¹

Como instituições públicas, os Institutos Federais devem reconhecer o seu compromisso social e nisso ganha em importância a extensão. Essa deve ser uma ferramenta que atenua as desigualdades, que marcam o nosso país. Para tanto, estão no compromisso de ofertar programas e cursos, inclusive na área de extensão, que estejam relacionados com tais compromissos sociais. Desta maneira, os Institutos Federais devem possibilitar Pesquisa, Ensino e Extensão de forte compromisso social.²

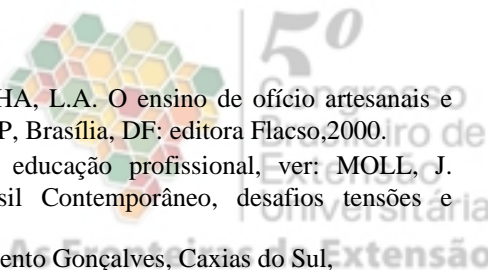
Seguindo estes preceitos, o IFRS – Campus Restinga³ iniciou suas atividades em 08 de maio de 2006 com a criação da Comissão Pró-implantação dessa unidade de ensino. Esse grupo foi composto por movimentos sociais como militantes da educação, da economia solidária e das Organizações Não Governamentais (ONG's). A valorização do diálogo com a comunidade foi fundamental para o início das atividades de implantação. Parte dessa conversa resultou na realização do Seminário e posteriormente da Audiência Pública para a definição de cursos a serem oferecidos pela instituição.

O campus foi inaugurado em julho de 2010. Desde lá, além dos cursos profissionais, nas modalidades subsequente ao ensino médio e ensino médio integrado, o Campus Restinga tem ofertado uma série de atividades, em forma de programas e projetos no campo da extensão.

¹ Sobre a história da educação profissional no Brasil, ver: CUNHA, L.A. O ensino de ofício artesanais e manufatureiro no Brasil escravocrata. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília, DF: editora Flacso, 2000.

² Para refletir sobre as possibilidades de inclusão social da educação profissional, ver: MOLL, J. Colaboradores: Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo, desafios tensões e possibilidade. Porto Alegre: Artmed. 2010.

³ O campus Restinga, juntamente com os campi Sertão, Erechim, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Feliz, Canoas, Osório, Porto Alegre, Rio Grande, e os campi avançado de Feliz e Ibirubá, compõe o Instituto Federal do Rio Grande do Sul.



3 O Projeto Morro Digital

O Projeto Morro Digital foi articulado por um grupo de educadores e militantes sociais com objetivo de levar a inclusão digital para a comunidade da Vila Gaúcha, localizada no Morro Santa Teresa em Porto Alegre – RS. O projeto começou a ser modelado em setembro de 2010, a partir da iniciativa de lideranças locais que atuavam dentro da Vila Gaúcha, junto com políticos com mandatos letivos institucionais (Dep. Estadual).

O grupo entrou em contato com a nossa instituição, expondo a situação de abandono e exclusão daquela comunidade, sugerindo uma parceria entre a ASMOVIG (Associação de Moradores da Vila Gaúcha) e o IFRS – Campus Restinga. A ASMOVIG contava com espaço físico e alguns computadores, que estavam subutilizados, já que o espaço não era aberto à comunidade e não existiam cursos de informática para qualificação dos moradores da comunidade. A idéia central da parceria seria revitalizar o espaço e criar cursos de qualificação profissional e inclusão digital naquele local. Houve uma primeira ação concreta. Com um curso de formação inicial, para 15 crianças, que construíram conhecimento na área da introdução a informática. O Êxito desse pequeno ensaio nos encorajou a ir adiante buscando outras iniciativas, dentro da Vila Gaúcha.

A parceria foi estabelecida, e um projeto de inclusão digital foi elaborado e aprovado no edital 49/2010 do CNPQ. Desta forma, o projeto recebeu recursos para atualização dos computadores existentes na ASMOVIG, assim como, recursos para pagamento de bolsistas (alunos do curso Técnico em Informática para Internet do IFRS – Campus Restinga) que mantém o núcleo de inclusão digital aberto 40 horas por semana, além de ministrar cursos de inclusão digital e qualificação profissional.

Nesse sentido, no primeiro semestre de 2011, foram realizados três cursos, sendo dois de inclusão e um de formação inicial e continuada. Além disso, o espaço permaneceu aberto ao público 40 horas por semana, possibilitando que a comunidade acessasse a internet gratuitamente, sob a supervisão de monitores para auxiliar as pessoas que necessitassem de ajuda para algum serviço.

4 Atividades Desenvolvidas ao Longo do Projeto

Como mencionado anteriormente, desde a abertura do núcleo de inclusão digital foram ministrados quatro cursos de informática: 01 curso de inclusão digital para crianças (antes do recurso do CNPq); e 03 cursos de capacitação profissional para jovens e adultos. A seguir descrevemos os quatro cursos desenvolvidos.

4.1 Curso de Inclusão Digital para Crianças

Neste curso foram aplicadas 05 oficinas de inclusão digital e relacionadas a disciplinas propedêuticas do ensino fundamental. As oficinas utilizavam softwares livres e a internet, como ferramentas de aprendizagem. Isto é, cada oficina foi composta por uma série de atividades didáticas que utilizam um software e/ou a internet para motivar o aprendizado do aluno e também incluí-lo no mundo digital.

As oficinas foram criadas por professores das disciplinas propedêuticas em conjunto com os bolsistas do projeto. Os professores das áreas específicas foram responsáveis pelas temáticas da oficina e elaboração das atividades didáticas, enquanto os bolsistas foram responsáveis pelo apoio na instalação, configuração e utilização dos softwares utilizados na oficina.

As oficinas foram elaboradas nas seguintes áreas: português; matemática; geografia; ciências; e sociologia. O curso atendeu 15 crianças de 09 a 12 anos de idade. As aulas eram ministradas semanalmente (01 vez por semana), no turno da tarde, durante 02 meses, de novembro a dezembro de 2010, totalizando 32 horas de curso.

4.2 Curso de Manutenção de Computadores

O curso de capacitação em montagem e manutenção de microcomputadores foi ministrado para estudantes que já tenham um conhecimento prévio de informática básica. Este curso teve duração de 80 horas, com periodicidade semanal (01 vez por semana), sendo oferecido para 15 alunos, de março a junho de 2011.

O curso foi ministrado usando situações reais e apresentando ao participante a prática em montagem e manutenção de microcomputadores e instalação de redes (física e lógica) usando o protocolo TCP/IP, bem como planejamento, instalação e manutenção de infraestrutura de um laboratório.

O objetivo do curso de capacitação é formar profissionais capazes de manter o núcleo de inclusão digital em funcionamento após a conclusão do projeto. Além disso, o curso também permite que jovens da comunidade possam ingressar no mercado de trabalho, fazendo pequenos reparos em computadores, além de, trazer noções de empreendedorismo que permitem estabelecer seu próprio negócio.

4.3 Curso de Informática Básica – Internet e Sistemas Operacionais

Este curso foi criado para leigos no mundo da informática. O objetivo é inserir a pessoa no mundo da informática através do aprendizado de um sistema operacional e dos diversos recursos disponibilizados pela Internet (e-mail, blogs, redes sociais, etc).

Neste curso foram atendidos 15 estudantes de várias faixas etárias. O curso teve duração de 20 horas, com periodicidade semanal (01 vez por semana), durante os meses de abril e maio de 2011.

4.4 Curso de Informática Básica – Editores de Texto

O último curso demonstra o uso de aplicativos de edição de texto, como BrOffice e OpenOffice. Da mesma forma que o curso anterior, aqui foram atendidos 15 estudantes de várias faixas etárias. O curso teve duração de 20 horas, com periodicidade semanal (01 vez por semana), durante o mês de junho de 2011.

5 Resultados e Discussões

Como pontos positivos deste projeto destacamos: a forte mobilização social no início do projeto; e a aprovação do projeto no edital 049/2010 do CNPq. Se contarmos o primeiro curso que ofertamos, quando ainda não tínhamos os recursos do CNPq, podemos afirmar que a nossa experiência de extensão na vila Gaúcha ofertou 60 vagas distribuídas entre os quatro cursos. Entretanto, o número de alunos que concluíram os cursos não foi satisfatório. A Tabela 1 apresenta o número de vagas ofertadas em cada curso e o número de alunos que concluíram o mesmo.

Tabela 1: Vagas Oferecidas x Concluintes por Curso.

Curso	Vagas Oferecidas	Concluintes
Inclusão Digital para Crianças	15	11
Manutenção de Computadores	15	4
Informática – Sistemas Operacionais e Internet	15	8
Informática – Editores de Texto	15	7

Total	60	30
--------------	-----------	-----------

Como os números indicam, algumas dificuldades foram bem significativas na nossa caminhada. Uma que destacamos, é que após o mês de março, houve desinteresses nos cursos, muitos alunos iniciaram as formações e não compareceram mais. Além da evasão dos cursos, percebemos que a comunidade não se apropriou do espaço nos horários de atendimento ao público.

Isso se relaciona com outros problemas, pois a ação do tráfico de drogas em frente ao núcleo de inclusão digital está inibindo a participação da comunidade e intimidando os bolsistas e professores. Ainda, é importante salientar, que o grupo político, ligado a mandato eletivo institucional desapareceu, o que nos permite sugerir que estavam no início do processo tateando questões eleitorais, visto que 2010 tivemos eleições. Soma-se a isso, percebemos um enfraquecimento das lideranças políticas da Associação de Moradores, que, por uma série de fatores, não conseguiu mobilizar a comunidade quanto apropriação do espaço.

6 Reflexões e considerações finais

Nossas experiências com atividades de extensão na Vila Gaúcha colocaram algumas reflexões que são muito pertinentes a todos os envolvidos. Ela nos mostrou que a extensão deve ser um dos pilares que concretizem as ações de inclusão e compromisso social de uma instituição de educação pública.⁴ Por outro lado, uma ação de extensão não se enraíza, caso algumas condições objetivas não sejam minimamente garantidas. Sendo assim, cada parte da parceira é importante na efetivação da ação, e ainda, no nosso caso, algumas políticas públicas – como a de segurança – devem estar presentes.

Diante deste contexto e como os objetivos do projeto estavam sendo subutilizados, devido a crescente situação de risco dos executores deste trabalho, o grupo sentiu-se impotente para resolver os problemas de insegurança gerados no decorrer do tempo. Primeiramente expusemos o problema à liderança comunitária da região, para que pudéssemos solucionar os impasses. Depois de algumas reuniões do grupo com a direção do Campus, a equipe definiu por interromper os trabalhos nesta comunidade e continuar este o projeto em outra comunidade carente em que possa ser aplicado todo potencial do projeto ao qual foi proposto. Esta decisão foi difícil, porque estávamos bem entusiasmados com o projeto, mas por outro lado, poderíamos colocar pessoas em risco. Saímos com sentimentos contraditórios, de que dentro das condições objetivas fizemos o que tínhamos planejado, mas que infelizmente não foi o suficiente para o êxito pleno do projeto. Além disso, saímos carregados de aprendizados e reflexões que nos nortearão nas nossas próximas ações de extensão. Finalmente, nós agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio as nossas ações.

7 Bibliografia

CUNHA, L.A. **O ensino de ofício artesanais e manufatureiro no Brasil escravocrata.** São Paulo: Editora da UNESP, Brasília, DF: editora Flacso, 2000.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade.** São Paulo: Moraes, 2000.

MOLL, J. **Colaboradores: Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo, desafios tensões e possibilidade.** Porto Alegre: Artmed. 2010.

⁴ Sobre o papel social da escola, ver: FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade.* São Paulo: Moraes, 2000.

O DESENVOLVIMENTO DA PRIMEIRA SEMANA DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça.

Responsável pelo Trabalho: MULLER, F.

Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Nome dos Autores: BRANCO, D¹; CORDOVA, G²; MULLER, F³.

RESUMO

O presente trabalho abordará a organização da Primeira Semana de Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), realizada entre os dias 22 a 26 de Novembro de 2010. Serão demonstradas, sobretudo, as ferramentas e desafios para a realização do projeto, bem como o seu impacto na comunidade universitária e na comunidade local. Apesar de ter sido a primeira edição do evento, os resultados da Primeira Semana de Direitos Humanos transbordaram as expectativas da própria comissão executiva, elevando o conhecimento acerca do tema de uma forma satisfatória para o público-alvo do evento.

Palavras-chave: Direitos Humanos; UFSC, Semana de Direitos Humanos.

1.0 INTRODUÇÃO

A primeira Semana de Direitos Humanos foi um projeto de extensão coordenado pela Professora Danielle Annoni, do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), realizado pelos bolsistas Felipe Orsolin Muller e Matheus Bernardes Rachadel, contando com a contribuição de voluntários, sendo todos graduandos do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O evento ocorreu no âmbito da UFSC e foi realizado entre os dias 22 e 26 de Novembro de 2010.

¹ Orientanda do Observatório de Direitos Humanos da UFSC, Graduando de Relações Internacionais UFSC. dianafranco@gmail.com

² Orientanda do Observatório de Direitos Humanos da UFSC, Graduando de Relações Internacionais UFSC. gabiholopainen@gmail.com

³ Orientando do Observatório de Direitos Humanos da UFSC, Graduando de Relações Internacionais UFSC. felipeom@live.com



A programação da Semana caracterizou-se por ser plural, envolvendo mesas de discussão, atrações artísticas e culturais, palestras, minicurso, cinema e concurso de redação para alunos do ensino fundamental de escolas públicas. O objeto principal do projeto de extensão foi de integrar os grupos de pesquisa da universidade em torno dos direitos humanos, envolvendo tanto a graduação quanto a pós-graduação, em um espaço onde a comunidade acadêmica e do entorno do campus de Florianópolis pudessem refletir e debater questões importantes dentro da temática proposta: os direitos humanos.

2.0 MATERIAIS E METODOLOGIA

Foi elaborado um cronograma prévio⁴, onde estavam contidas as atividades a serem realizadas durante os meses os quais antecederam o evento. Mostrou-se necessário o recrutamento de voluntários para trabalharem no projeto, de modo a tornar a Semana um evento com um número maior de atividades. Foram realizadas palestras, mesas de discussão, aulas de dança, apresentações musicais, mini-cursos e concursos. A Semana dos Direitos Humanos ocorreu nos diversos centros da UFSC, local o qual possui infra-estrutura ideal para a realização do evento.

2.1 A CONVENÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS HUMANOS

Na primeira edição do projeto, o tema abordado foi a “Convenção Americana de Direitos Humanos⁵”, realizada em 22 de Novembro de 1969 na Costa Rica, agrupando diversas modalidades dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente⁶, os quais devem ser respeitados e cumpridos por todos. Não como coincidência, a data escolhida para a abertura do evento foi o dia 22 de Novembro de 2010, marcando assim o aniversário da convenção realizada há 41 anos em San José, Costa Rica.

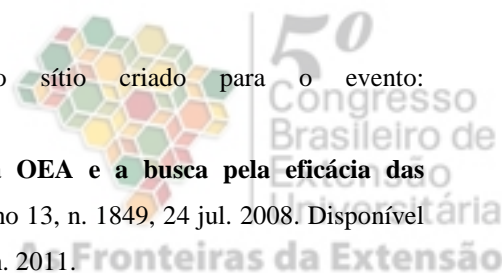
3.0 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto tinha como objetivo abrir espaços para a reflexão e discussão dos Direitos Humanos na comunidade acadêmica e também na sociedade; entretanto,

⁴ O cronograma completo pode ser encontrado no sítio criado para o evento: www.direitoshumanos.ufsc.br

⁵ COELHO, Rodrigo Meirelles Gaspar. **Direitos humanos na OEA e a busca pela eficácia das sentenças da Corte Interamericana**. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1849, 24 jul. 2008. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/11519>>. Acesso em: 29 jun. 2011.

⁶ Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU, 1948



desempenhou um papel ainda maior, ao instigar a interação e o trabalho em equipe visando à organização de um evento o qual superasse expectativas. Entre as dificuldades encontradas, destacam-se as burocracias dentro do ambiente da Universidade Federal e demais institutos e órgãos de financiamento público. A primeira edição do projeto ultrapassou todos os desafios, especialmente a dificuldade de conseguir lidar com a dimensão do evento, na medida em que este foi se desenvolvendo e crescendo graças ao trabalho profissional da equipe. Podemos realçar dois pontos nesse aspecto: dentro da UFSC foi difícil garantir a reserva de espaços - muitas vezes ociosos - e apoio financeiro e operacional, fazendo com que a equipe tivesse de atuar de modo persuasivo para que reservas e concessões de apoio pudessem ser concretizadas; o relacionamento com profissionais de empresas privadas também apresentou complicações, sobretudo com as gráficas contratadas para a confecção do material e impressão dos mesmos.

Os desafios foram sobrepujados com dedicação dos bolsistas e voluntários, além do esforço da professora coordenadora da Semana, a qual incentivou a pró-atividade e respeito mútuo entre a equipe organizadora. Através de ferramentas de comunicação eficazes e reuniões periódicas conseguiu-se aperfeiçoar o trabalho do grupo, suprimindo as carências de recursos e dificuldades burocráticas como um todo.

4.0 CONCLUSÃO

A possibilidade de participação no projeto de extensão Semana de Direitos Humanos da UFSC foi uma experiência muito gratificante para os primeiros semestres na Universidade Pública. O evento possibilitou o contato maior com a movimentada rotina do campus da instituição ao passo que promoveu a integração e convivência dos membros que compuseram a comissão organizadora, entre bolsistas e voluntários.

Em última análise, todas as atividades realizadas tiveram retorno do público além ou dentro do esperado. Merecem destaque a Conferência de Abertura, a qual lotou o auditório do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); o minicurso realizado em parceria com a Organização Não-Governamental Serviço Voluntário Internacional (SVI Brasil); e a apresentação de Dança-Afro Brasileira. A meta principal da Semana de Direitos Humanos, qual seja, chamar atenção dos acadêmicos, professores, servidores e comunidade da UFSC e entorno, foi atingido com louvor.

A segunda edição da Semana de Direitos Humanos, a qual ocorrerá nos dias 24 a 28 de outubro de 2011, pretende atingir os mesmos objetivos, aumentando seu escopo de atuação ao incluir atividades relacionadas com cidadania, na tentativa de crescer a

participação ativa da sociedade civil durante a Semana. A comissão organizadora conta nessa edição com três bolsistas, além de uma equipe maior de voluntários. O tema será Democracia, estabelecendo uma relação entre Direitos Humanos e o sistema democrático no cenário internacional. Ressalta-se aqui a importância dos temas humanitários na pauta da agenda internacional do Ministério das Relações Exteriores do Brasil⁷.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANNONI, Danielle. **Direitos Humanos e Acesso à Justiça no Direito Internacional**. Curitiba: Juruá, 2002.

COELHO, Rodrigo Meirelles Gaspar. **Direitos humanos na OEA e a busca pela eficácia das sentenças da Corte Interamericana**. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1849, 24 jul. 2008. Disponível em: < <http://jus.uol.com.br/revista/texto/11519/direitos-humanos-na-oea-e-a-busca-pela-eficacia-das-sentencas-da-corte-interamericana> >. Acesso em: 29 jun. 2011.

IPES Elkartea. **Instituto Promoción Estudios Sociales**. Disponível em: < <http://www.ipesnavarra.org> >. Acesso em: 20 maio 2011.

ITAMARATY. Balanço da Política Externa brasileira do **Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010> >. Acesso em: 01 jun. 2011.

_____.OEA. **Organização dos Estados Americanos**. Disponível em: < www.oas.org/pt/default.asp >. Acesso em: 25 maio 2011.

_____.OHCHR. **Office of the High Commissioner for Human Rights**. Disponível em: < <http://www.ohchr.org/EN/Pages/WelcomePage.aspx> >. Acesso em: 08 jun. 2010.

_____.ONU. **Organização das Nações Unidas**. Disponível em: < <http://www.onu-brasil.org.br/> > Acesso em: 23 maio 2011.

TRINDADE, Antônio A. Cançado. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Safe, 1997. v. I.

⁷ITAMARATY. Balanço da Política Externa brasileira do **Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010> Acesso em 01 de Junho de 2011



_____.UMN. **Human Rights Library**. Disponível em:
< <http://www1.umn.edu/humanrts/> > Acesso em: 01 out. 2010.



O ENCONTRO DAS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS: FIRMANDO E HUMANIZANDO PARCERIAS

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho: Gisele Alves de Sá QUIMELLI

Instituição: Programa Pró-Egresso (PPE). Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Gisele Alves de Sá QUIMELLI¹;
Roseni Inês Marconato PINTO²;
Marlla Crystine AMARANTE³;
Viviane Matoski ORLOWSKI⁴;
Hyara FERREIRA⁵.

RESUMO – Este artigo objetiva expor o subprojeto “Encontro das Instituições Conveniadas”, elaborado pela equipe de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), junto ao Programa Pró-Egresso (PPE) de Ponta Grossa, o qual está vinculado a Pró-Reitoria de Assuntos Extensão e Assuntos Culturais/Divisão de Extensão Universitária, através do convênio firmado entre a UEPG e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. O PPE visa proporcionar assistência jurídica, social, pedagógica e psicológica aos egressos do sistema penitenciário e beneficiários de penas alternativas, que prestam serviços à comunidade (PSC). Cabe à equipe de Serviço Social o atendimento individual, encaminhamentos que atendam as demandas apresentadas pelos beneficiários, orientação e fiscalização do cumprimento da prestação de serviço comunitário, elaboração de subprojetos a partir das necessidades apresentadas, permitindo conhecer, pesquisar e propor alternativas de intervenção. O referido Encontro tem por objetivo proporcionar um espaço de reflexão, discussão e troca de informações sobre as dificuldades, os desafios, as perspectivas e as boas práticas desenvolvidas.

PALAVRAS CHAVE – Programa Pró-Egresso, Informação, Reflexão.

Introdução

Atualmente, a extensão universitária fundamenta-se pelas propostas do Plano Nacional de Extensão Universitária, pelo Programa Universidade Cidadã e outros documentos produzidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (QUIMELLI, 2006).

Quimelli (2006, p. 283) afirma que:

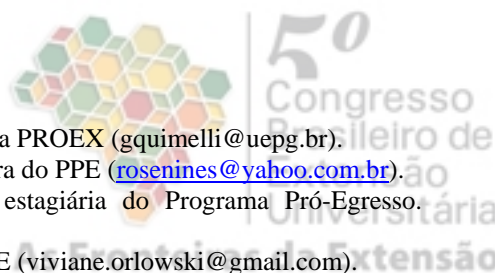
¹Doutora Profª. do Depto. de Serviço Social da UEPG, Pró-Reitoria PROEX (gquimelli@uepg.br).

²Mestre Profª. do Depto. de Serviço Social da UEPG, Coordenadora do PPE (rosenines@yahoo.com.br).

³Acadêmica do 4º ano do Curso de Serviço Social UEPG, estagiária do Programa Pró-Egresso. (marlla.amarante@hotmail.com).

⁴Graduada em Serviço Social pela UEPG, Assistente Social do PPE (viviane.orlowski@gmail.com).

⁵Acadêmica do 3º ano do Curso de Serviço Social UEPG, estagiária do Programa Pró-Egresso. (hyaraferreira@hotmail.com).



a função mais jovem da universidade é a extensão, que deve ser concebida como indissociável da pesquisa e do ensino. As atividades extensionistas devem ir além de ser fonte de oxigenação do conhecimento produzido na universidade, pois contribuem [...] para a formação plena do aluno cidadão, oportunizando trabalhar a partir da realidade concreta, cooperando para construção de uma sociedade melhor e melhoria da qualidade de vida da população.

Nesta perspectiva, de contribuir e de oportunizar a pesquisa e o ensino, o Programa Pró-Egresso (PPE) desenvolve-se em Ponta Grossa, vinculado à Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais/Divisão de Extensão Universitária, através do convênio assinado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

De acordo com o Manual de Capacitação do Estagiário do Programa Pró-Egresso (2002) o Programa tem como objetivos:

Propiciar ao sentenciado, via acompanhamento técnico, condições que contribuam no processo de retorno deste ao convívio social, diminuindo as motivações de reincidência criminal; proporcionar campo de estágio aos alunos das várias áreas de ensino superior, como Serviço Social e Direito, possibilitando aos estagiários a oportunidades de vivenciar na prática os conhecimentos teóricos, bem como analisá-los e aprofundá-los; acompanhar e orientar os beneficiários para o cumprimento do período de prova e benefícios legais, centrados na comunidade; possibilitar um processo reflexivo sobre sua realidade, buscando seu desenvolvimento pessoal, fazendo perceber-se enquanto cidadão pertencente a uma sociedade, com valores, direitos e deveres e, por fim, fornecer subsídios para os acadêmicos/estagiários elaborarem seus trabalhos de conclusão de curso.

O PPE conta com a atuação de uma equipe multidisciplinar onde o atendimento é realizado pelos setores de: Serviço Social, Direito, Pedagogia e Psicologia. Cabe ao Serviço Social observar as principais necessidades apresentadas pelos beneficiários da prestação de serviço comunitário e egressos do sistema penitenciário, sejam humanas e psicossociais, buscando atender o beneficiário e o egresso de maneira global, contribuindo para melhoria no convívio social. Além disso, a equipe de Serviço Social do Programa Pró-Egresso propicia um melhor andamento das atividades desenvolvidas como: atendimento individual, encaminhamentos para atender as demandas apresentadas e coordenar a prestação de serviço comunitário no município. Para isso são elaborados subprojetos a partir das necessidades apresentadas, permitindo conhecer, pesquisar e propor alternativas de intervenção. Nesta perspectiva é que se efetiva o subprojeto **“Encontro das Instituições: Potencializando Parcerias”** analisado neste artigo. Para o desenvolvimento das atividades realizadas no Programa, as Instituições têm papel de destaque, pois são elas que possibilitam, através de parcerias, a efetivação da Prestação de Serviço Comunitário (PSC).

O Encontro das Instituições é realizado anualmente no segundo semestre, procura propiciar um espaço de reflexão e discussão com as instituições conveniadas ao Programa Pró-Egresso para receberem os prestadores de serviço comunitário, esclarecendo dúvidas existentes sobre a Prestação de Serviço Comunitário e oportunizando a atualização dos convênios. Neste ano será realizada a 13ª edição do Encontro.

Metodologia

- Reunião com toda a equipe de Serviço Social com a finalidade de planejar o Encontro.
- Definição de data e local a ser realizado o encontro, agendando-o.
- Contato com os palestrantes a fim de solicitar sua participação e confirmação de sua presença.
- Elaboração do convite tendo como anexo o roteiro das atividades que serão desenvolvidas.
- Divulgação e distribuição do convite através do boletim informativo.
- Preparação dos materiais que serão disponibilizados para os participantes.
- Preparação do local onde será realizado o Evento.
- Elaboração da lista de presença dos participantes.
- Orçamento financeiro dos itens necessários para realização de um coquetel no final do Encontro.
- Contato com o Setor áudio e visual da UEPG para a viabilização do fotógrafo e filmagem.
- Confecção de crachás para organizadores e participantes do evento.
- Exposição do *Banner* referente ao PPE.
- Elaboração de ofícios, buscando patrocínio para o coquetel.
- Preparação do local onde será realizado o coquetel de encerramento.
- Avaliação.

Resultados

Foram concretizadas 12 (doze) edições do Encontro. Atualmente o PPE possui 211 convênios institucionais, sendo constituídos por escolas, hospitais, centro educacionais associações de moradores, igrejas, entre outras.

Numa retrospectiva das últimas edições temos a relatar: no ano de 2008 compareceram 52 representantes das Instituições; no ano de 2009, participaram 57 responsáveis. O 12º Encontro realizado no dia 20 de outubro de 2010, teve como tema: A questão Legal e Social da Prestação de Serviço Comunitário. De acordo com levantamento quantitativo realizado pela equipe de Serviço Social ao término do Encontro, constatou-se a participação de 79 instituições, além de 14 participantes internos, profissionais e estagiários do Programa.

Outro aspecto relevante diz respeito aos palestrantes convidados, que podem ser juízes ou promotores, criando-se um importante espaço de troca de informações, esclarecimentos, além de aproximar estes segmentos envolvidos no processo de aplicação e execução da prestação de serviço comunitário.

As edições permitem ainda a atualização dos cadastros e a renovação de convênios. Esta atividade contribui para o aprimoramento da formação profissional das acadêmicas (os) que assessoram a coordenação do evento. Através destes dados percebe-se que a efetiva participação das instituições no Encontro proporciona uma melhor compreensão dos aspectos inerentes a PSC e, assim, podem realizar a abordagem e o acolhimento dos prestadores de forma a colaborar no processo educativo da PSC, bem como o desenvolvimento e/ou cumprimento da pena.

Conclusões

O subprojeto **“Encontro das instituições: Potencializando Parcerias”**, visa proporcionar um espaço de reflexão e discussão com as instituições e o Programa Pró-Egresso, esclarecendo dúvidas existentes sobre a PSC e oportunizando a atualização dos convênios. Acredita-se que sem a ativa participação e apoio destas instituições os objetivos do Programa Pró-Egresso e do judiciário não seriam alcançados.

Percebe-se que o Encontro permite o fortalecimento da relação entre o PPE e as Instituições conveniadas, permite sugerir novas formas de abordagem para com os beneficiários e egressos, bem como esclarecer questões, desvelar dúvidas e firmar cada vez mais esta parceria. A relevância do Encontro para a equipe técnica se verifica na medida em que se conquistam espaços de discussões e aprendizado, contribuindo na qualidade das atividades desenvolvidas dentro do Programa e na coordenação da Prestação de Serviço Comunitário no Município. Além disso, a efetivação deste Encontro reflete diretamente na maneira de recepção dos egressos e beneficiários nas instituições, visto que ampliam a visão social das instituições e de seus responsáveis, permitindo humanizar o acolhimento e acompanhamento da PSC.

Referências

QUIMELLI, G. A extensão universitária como espaço de formação profissional do assistente social e a efetivação dos princípios do projeto ético-político. **Revista Emancipação, UEPG**, Ponta Grossa, ano 6, n. 1, 2006a. p. 279-296.

Programa Pró-Egresso. **Manual de Capacitação do Estagiário do Programa Pró-Egresso**. Ponta Grossa, 2002.

Programa Pró-Egresso. **Relatório de Cursos e Eventos de Extensão**. Ponta Grossa, 2008.

Programa Pró-Egresso. **Relatório de Cursos e Eventos de Extensão**. Ponta Grossa, 2009.

Programa Pró-Egresso. **Relatório de Cursos e Eventos de Extensão**. Ponta Grossa, 2010.

Programa Pró-Egresso. **Encontro das Instituições: uma relação de Parceria**. Ponta Grossa, 2008.



PARCEIROS PELA VIDA: UMA REFLEXÃO SOBRE A DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo Trabalho: Gisele Alves de Sá QUIMELLI

Instituição: Programa Pró Egresso (PPE) Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Gisele Alves de Sá QUIMELLI¹;
Roseni Inês Marconato PINTO²;
Débora Maria MORETÃO³;
Viviane Matoski ORLOWSKI⁴;
Lucas MARCONDES⁵

RESUMO – O subprojeto “PARCEIROS PELA VIDA: uma reflexão sobre a dependência química” objetiva atuar com os beneficiários do Programa Pró-Egresso, que fazem o uso inadequado de substâncias psicoativas proporcionando-lhes condições de tratamento da dependência química. A metodologia deste subprojeto incide primeiramente em capacitações periódicas com as estagiárias de Serviço Social, levando-as a refletir de maneira crítica sobre esta realidade. Outro momento do referido subprojeto consiste no encaminhamento dos usuários para instituições de tratamento, quando há determinação judicial ou quando se identifica durante entrevistas, sinais de dependência. Segundo o relatório mensal referente ao mês de abril de 2011 o PPE possui 1.413 beneficiários, destes apenas 5 estão enquadrados no Art. 32 da Lei de Drogas, referentes às plantações ilícitas, já os relacionados ao Art. 28 (usuários de drogas) são 38 prestadores de serviço comunitário. Embora estes números não sejam acentuados, considera-se de grande relevância a execução do subprojeto, pois este vai ao encontro da problemática dependência química e busca ações que trabalhem a realidade vivenciada pelos beneficiários, assim modificando tanto o quadro psicológico, físico, emocional e social refletindo diretamente no seu convívio familiar e comunitário.

Palavra chave: Dependência Química; Beneficiários; Reflexão.

Introdução

O Programa Pró-Egresso (PPE) é viabilizado através de projetos de extensão universitária, que realiza acompanhamento ao egresso prisional e ao beneficiário da prestação de serviço comunitário (PSC). O PPE se desenvolve através de uma parceria firmada entre a Secretaria do Estado da Justiça e da Cidadania e a Universidade

¹Dra. Prof^a. do Depto. Serviço Social da UEPG, Pró-Reitora PROEX (gquimelli@uepg.br).

²Mestre Prof^a do Depto. de Serviço Social da UEPG, Coordenadora do PPE (rosenines@yahoo.com.br).

³Acadêmica do 4^o ano de Serviço Social da UEPG, estagiária do Programa Pró-Egresso (debora_moretao@hotmail.com).

⁴Assistente Social do Programa Pró-Egresso (viviane.orlowski@gmail.com).

⁵Assistente Social do Programa Pró-Egresso (lucasmcbi@hotmail.com).

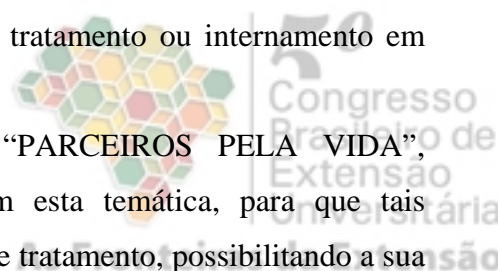
Estadual de Ponta Grossa. O PPE está vinculado ao Departamento Penitenciário do Estado – DEPEN/Patronato Penitenciário.

A PSC é uma pena restritiva de direitos, que consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado, a ser realizada em instituições assistenciais, escolas, hospitais, bem como em programas comunitários e/ou estatais. Com base em Capez (2002), podemos entender, como sendo uma forma de punição ao indivíduo que se encontra em conflito com a lei. A PSC deve ser um trabalho que vise sempre a melhoria do convívio social destes beneficiários e desenvolva meios de prevenir novos conflitos. Para tal, o PPE atua de forma multidisciplinar entre os setores Serviço Social, Jurídico, Psicológico e Pedagógico, em que os responsáveis de Serviço Social têm como finalidade, auxiliar, encaminhar, acompanhar, orientar e dar assistência social aos beneficiários de PSC, bem como aos egressos do sistema penitenciário, auxiliando-os a refletirem sobre sua situação, visando buscar a emancipação, cidadania e justiça social.

Uma das formas de atuação da equipe de Serviço Social no atendimento aos beneficiários que utilizam substâncias psicoativas é através do subprojeto “PARCEIROS PELA VIDA”. Trata-se de um subprojeto de extensão universitária vinculado ao Projeto da área de Serviço Social: “PPE: a intervenção do Serviço Social na ótica do direito e da cidadania”, que é utilizado como instrumento por parte da universidade para que esta possa cumprir com seu papel social, no intuito de socializar conhecimentos com a comunidade em geral, para a elevação do nível cultural, crítico e informativo dos atores participantes deste processo.

O subprojeto “PARCEIROS PELA VIDA” surgiu da necessidade de se enfrentar a problemática da dependência química no âmbito do PPE, visto que somente a PSC não possibilita ao usuário/beneficiário uma reflexão a respeito de sua doença, bem como acerca de seu delito. Importante destacar que os artigos relacionados a Leis de Drogas (normas penais, Lei N° 11343/06) restringem o encaminhamento destes beneficiários a várias das instituições, visto que em sua maioria são escolas e hospitais. Partindo disso, foram realizados acordos com os juízes e promotores para que as penas destes indivíduos possam ser cumpridas na forma de tratamento ou internamento em instituições destinadas a esse fim.

Isto posto, desenvolveu-se o subprojeto “PARCEIROS PELA VIDA”, realizando parcerias com instituições que trabalham esta temática, para que tais beneficiários possam cumprir a sua pena sob a forma de tratamento, possibilitando a sua recuperação, juntamente com o cumprimento de sua PSC.



De acordo com o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (2011) a dependência química pode ser entendida como uma síndrome, em que o indivíduo perde o controle do uso de substância psicoativas, e isto lhe trará inúmeras consequências adversas, bem como aos seus familiares e para a sociedade em geral, pois em muitos casos essa dependência passa a controlar a vida do usuário.

Desta forma torna-se de grande relevância a aplicação do referido subprojeto, pois vai ao encontro de uma das demandas apresentadas por nosso público alvo. A dependência química é um sério agravante ao convívio social e familiar, e é um dos determinantes que leva os indivíduos a cometerem delitos.

O “PARCEIROS PELA VIDA” têm por objetivo principal a busca por um atendimento diferenciado para com os beneficiários que fazem o uso inadequado de substâncias psicoativas, um atendimento de qualidade disponibilizando-lhes informações, encaminhamentos e reflexões acerca da dependência, para que os mesmos venham a aceitar, iniciar e permanecer em grupos de apoio e entidades terapêuticas de tratamento.

Metodologia

Neste ano num primeiro momento realizou-se uma atualização e complementação dos dados das instituições responsáveis pelo atendimento a indivíduos dependentes químicos. Os dados coletados foram sistematizados e repassados para a equipe de Serviço Social, que utilizam tais informações nos atendimentos diários aos beneficiários dependentes químicos e/ou seus familiares no PPE.

Contamos ainda com a presença da Psicóloga do CAPS-AD, a qual ministrou uma palestra sobre dependência química, convidada pelos responsáveis do subprojeto “Capacitação Periódica”, o qual visa proporcionar à equipe do PPE capacitações bimestrais a fim de qualificar a abordagem e o atendimento de dependentes químicos e familiares. Também a psicóloga do PPE orientou a equipe de Serviço Social sobre a temática e formas de abordagem dos usuários.

No segundo semestre serão realizadas oficinas com o objetivo de propiciar à equipe de Serviço Social reflexões sobre a temática da dependência química e seus inúmeros desdobramentos. O objetivo é qualificar as responsáveis pelo atendimento para uma abordagem mais efetiva junto aos beneficiários do PPE, levando os dependentes químicos a refletirem sobre sua realidade e aderirem ao tratamento.

Outro momento da proposta do referido subprojeto consiste no encaminhamento dos usuários para instituições de tratamento, que são realizados pela equipe de Serviço Social, quando há determinação judicial ou quando se identifica durante o levantamento sócio econômico ou posteriores entrevistas, sinais de dependência. As abordagens com os beneficiários que apresentam a doença, como já mencionado, serão no sentido de levar estes a refletirem sobre sua realidade e aceitar o tratamento.

Para complementar a eficácia do subprojeto e o repasse de informações confeccionou-se um folder informativo que contém: endereço, horário de funcionamento, público abrangido, critérios para a participação, se existe ou não bolsa-social.

Resultados

No ano de 2011 até o mês de abril, o PPE apresentou, de acordo com o levantamento realizado, vinte e nove (29) prestadores que possuem envolvimento com substâncias psicoativas, sendo este número referente aos prestadores “ativos” no Programa, isto é, que estão cumprindo com regularidade sua PSC. Do total de prestadores ativos o Art. 28 (consumo pessoal), teve maior incidência. Dos 29 prestadores descritos anteriormente seis (06) freqüentam as reuniões do CAPS-AD, três (03) grupos de Alcoólicos Anônimos, um (01) Narcóticos Anônimos. Ainda temos dois (02) prestadores internados em comunidades terapêuticas, e do total de dependentes químicos encaminhados um (01) concluiu com êxito o tratamento, sendo que os demais estão em processo de superação de dependência.

Segundo o relatório mensal do PPE, referente ao mês de abril de 2011 temos 1.413 beneficiários, destes apenas cinco (05) estão enquadrados no Art. 32 (plantações) da Lei de Drogas, representando 0,35 % dos beneficiários, já os relacionados ao Art. 28 são trinta e oito (38) prestadores, representando um total de 2,68%.

Através dos dados levantados, somente no ano de 2011, podemos observar que a maior parte dos prestadores que chegam ao PPE, enquadrados na Lei de Drogas, 44 % aderiu ao tratamento como forma de pena alternativa. Isto representa avanço, pois os beneficiários que fazem o uso de substâncias psicoativas, ao inserir-se em grupos de ajuda passam a refletir sobre as conseqüências de seus atos, evitando a necessidade de tratamentos mais complexos.

Não podemos saber quantos beneficiários conseguiram manter-se afastados do uso de drogas após o fim do cumprimento de sua determinação judicial, contudo os primeiros passos estão sendo dados nesta realidade complexa, permeada de determinantes que levam cada dia mais pessoas a utilizar mecanismos de “fuga” da realidade em que vivem.

Conclusão

Compreendendo que o dependente químico necessita de mecanismos que o auxiliem na superação da doença, o subprojeto “PARCEIROS PELA VIDA” busca o encaminhamento e o atendimento diferenciado a estes indivíduos. O subprojeto vai ao encontro com a problemática e busca ações que trabalhem a realidade vivenciada pelos beneficiários, refletindo diretamente no seu convívio familiar e comunitário, proporcionando ganhos tanto para o público alvo como para os profissionais e estagiários envolvidos. A dependência química é uma realidade presente em nosso cotidiano, desta forma o saber como agir e conhecer as demandas deste público torna-se de grande valia para os futuros profissionais.

O subprojeto busca fazer com que os estagiários ao se capacitarem, reflitam e lancem um olhar crítico sobre os múltiplos determinantes que permeiam a dependência química, superando o senso comum e compreendendo aspectos econômicos, familiares, sociais, como também psicológicos e físicos, para que assim possam adquirir conhecimentos que possibilitem analisar a complexidade dos sujeitos.

Referência

BRASIL. **Dependência Química**. OBID - Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11269&rastr=TRATAMENTO/Depend%C3%Aancia+Qu%C3%ADmica> Acesso em: 4/04/2011

BRASIL, Presidência da República. **Lei N^o 9.714**. 25 de novembro de 1998 – DOU de 26/11/1998 – Penas Alternativas. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1998/9714.htm>> da pena privativa de liberdade fixada.”>. Acesso em 18/04/2011

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 8 ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

CONSTANTINE. **Pensando Direito**. Disponível em: <<http://www.pensandodireito.net/2009/01/lei-de-drogas-1134306-parte-i/>> Acesso em: 04/05/2011

PLURALISMO JURÍDICO E DIREITOS HUMANOS EM PERSPECTIVA

Área temática:

Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho:

Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer

Instituição:

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Nome dos Autores:

Heron Vinicius Bortolini; Lucas Machado Fagundes; Matheus Henrique Elling;

Resumo

A presente pesquisa bibliográfica é desenvolvida no âmbito do projeto de extensão denominado NEPE-Núcleo de Estudos e Práticas Emancipatórias, vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, visando debater a partir do marco teórico do pluralismo jurídico uma concepção crítica de direitos humanos, voltada para a interculturalidade dos povos, em um contexto geopolítico latino americano. O objetivo geral desta pesquisa é examinar de que forma e em que medida, o pluralismo jurídico vem contribuindo, especialmente, em sociedades como a brasileira, para expressar a legitimidade e a eficácia de novas juridicidades extra-estatais, capazes de reafirmar o comprometimento social com os Direitos Humanos enquanto espaço de luta e de emancipação. O estudo elaborado a partir da pesquisa bibliográfica, utilizando-se de procedimentos analíticos e histórico-estruturais, sendo adotado como método de procedimento o monográfico. Espera-se como resultado final despertar nos estudantes uma perspectiva crítica em relação às teorias dos direitos humanos, bem como uma reflexão sobre a sociedade em que estamos inseridos, voltando-se ao pensamento para América Latina. Ademais, como resultado parcial já temos obtido a inserção de alunos de graduação

em contato com teorias e pesquisas de teor inovador no âmbito da temática dos direitos humanos e da justiça. Por fim, este estudo pretende debater de forma crítica as teorias tradicionais do direito e dos direitos humanos, propondo como ruptura ao modelo monista de ver o direito, uma nova cultura jurídica, pluralista e comprometida com uma eficácia social dos direitos humanos e da justiça.

Palavras-chave:

Pluralismo Jurídico – Direitos Humanos – Justiça

Introdução

Tal estudo se insere na discussão da crise de legitimidade da justiça tradicional e de seus paradigmas epistemológicos que não mais dão conta das complexidades sociais geradas em um roteiro histórico de privilégios das classes mais abastadas e de produção da marginalidade, em que o Estado “colonial” não rompe com as amarras liberal/individualista e, após séculos de distanciamento das camadas populares, a justiça tradicional intenta uma aproximação com as mesmas e o reconhecimento da produção do direito e da justiça para além do mito do monismo jurídico é a primeira constatação do surgimento de uma nova mentalidade jurídica, uma cultura de um pluralismo jurídico e de uma concepção crítica da matriz teórica tradicional dos direitos humanos, com suas abstrações, homogeneidades e individualizações dos sujeitos históricos sonegados em suas necessidades fundamentais e participação democrática nas decisões. A problemática levantada no estudo visa abordar de forma reflexiva a inserção de uma nova forma de justiça, que historicamente não é tão nova assim, pois advém de culturas que habitavam a América Latina antes da colonização, porém foram encobridas por um mito alienígena do descobrimento e pela invenção da exclusão do colonizador europeu. Resgatar o pluralismo jurídico e uma concepção intercultural de justiça e direitos humanos na busca de destacar e apresentar novas juridicidades para além dos paradigmas estatais. O campo geopolítico de atuação é a América Latina, em suas universidades através da produção do conhecimento entre os estudantes em contato com a comunidade e sua realidade social e histórica, bem como a prática estudantil teórica além da sala de aula visa dar embasamento para entendimento e compreensão da realidade em que estão inseridos e qual seu papel na sociedade para posteriormente tornarem-se agentes dessa nova mentalidade jurídica. Pesquisar a temática conduz o aluno para além dos muros da universidade, sua

aprendizagem agora impregnada de reflexões e além dela um rico aparato de inquietação e perspectivas inovadoras, resultando numa formação humanizadora antes de ser profissionalizante. Finalmente, objetiva-se com a prática extensionista oferecer aos estudantes o contato com teorias não hegemônicas dos direitos humanos e da justiça, bem como, oferecer as matrizes teóricas para um pensamento histórico e crítico no qual o acadêmico em contato com realidades diversificadas e complexas atue com uma mentalidade inovadora e considerando a interculturalidade no processo de produção da vida, do direito e da justiça.

Material e Metodologia:

A pesquisa se desenvolve no ambiente extraclasse dentro e fora da universidade, na prática cotidiana do direito e da justiça. Inicialmente como metodologia será usada a documentação indireta de fontes secundárias, compreendendo livros, revistas, monografias, documentos e artigos a respeito do tema, auxiliando no levantamento de dados a serem consultados. Após esta etapa de estudos e embasamento teórico se propõe a vivência e a observação das práticas alternativas nas comunidades periféricas, proporcionando ao aluno sentir e observar a realidade além do universo teórico.

Resultados e Discussões

Após algumas reflexões acerca da crise da cultura jurídica tradicional e das possibilidades de se redefinir uma nova teoria do direito chegamos à hipótese nuclear da proposta, sendo esta que a ineficácia do modelo de legalidade liberal-individualista favorece, na atualidade, uma ampla discussão para se repensar os fundamentos, o objeto e as fontes de produção jurídica. Torna-se imperioso neste estudo conhecer e reconhecer outras fontes normativas não estatais (leia-se *informais*) emergentes de lutas e conflitos em constante reafirmação.

Romper-se-á com a com a configuração mítica de que o Direito emana tão somente da norma cogente estatal, entretanto, não se irá negar nem abolir as manifestações normativas do estado, avançando democraticamente na direção de uma legalidade plural. A proposta de um pluralismo jurídico como projeto de alteridade para espaços periféricos do capitalismo latino americano pressupõe a existência e articulação de determinados requisitos, dentre eles: a legitimidade de novos sujeitos sociais; fundamentação na justa satisfação de necessidades humanas e a consolidação de processos conducentes a uma

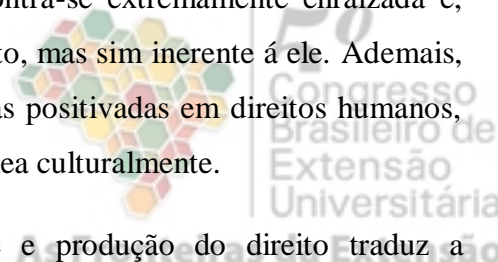
racionalidade emancipatória. Com a legitimação de novos sujeitos sociais surgiram os novos modelos plurais de justiça, apontando para o desenvolvimento de certas práticas designadas de juridicidade alternativa, não se tratando propriamente de um “uso alternativo do Direito”, mas de um processo de construção de outras formas jurídicas. O objetivo aqui não consiste na substituição de uma normatividade injusta por outra normatividade mais favorável, mas identificar o Direito com os setores majoritários da sociedade.

Os processos sociais que se sucedem através da história da humanidade, não afetando em particular uma, ou um grupo de nações, mas sim todo o conglomerado, são gerados por uma série de causas e constroem uma série de conseqüências. E é, através da observação da mudança estrutural das condições, elementar à definição de processos como a globalização, a expansão dos chamados direitos humanos e a construção de novos parâmetros do mercado financeiro afetam as propostas e os métodos de como a sociedade, não só o Estado “legítimo”, constrói a forma de normatização e execução do Direito.

O pluralismo jurídico, diante das novas condições definidas no Estado moderno, deve ser condição, não apenas possibilidade. Os princípios elencados nos mais diversos sistemas, tanto jurídicos, como financeiros, fomentam, não a construção de direitos humanos adequados as circunstâncias sociais das maiorias, mas sim a dominação das classes que detém o poder normativo (minorias), tornando a exclusão um aspecto intenso. A compreensão da interculturalidade e do processo democrático participativo comunitário, formas desenvolvidas através do pluralismo jurídico, tornam-se fundamentais para a transformação dos valores e princípios, reconhecendo, assim, a dimensão cultural coletiva, possibilitando a formação de blocos heterogêneos, capazes de gerar o diálogo, pautados em valores como a tolerância e a capacidade de transformação.

São incontestáveis, porém, os obstáculos encontrados na tentativa de intensificar a busca por alternativas que se mostrem eficazes na geração de melhorias, tanto para o sistema jurídico, quanto para as políticas de desenvolvimento que tem como enfoque os direitos humanos, pois, a normatividade Estatal encontra-se extremamente enraizada e, para muitos, não é apenas um meio de prática do Direito, mas sim inerente á ele. Ademais, o alto grau de abstração e homogeneização das normas positivadas em direitos humanos, os torna dissociados da realidade complexa e heterogênea culturalmente.

Adotar a concepção pluralista de legalidade e produção do direito traduz a observância das diferenças sociais que não podem e não devem se adequar ao modelo de



racionalidade positivista, sob pena de continuar gerando injustiças. O nível de abstração e formalização homogeneizadora das legalidades, como igualdade formal, não consegue traduzir em um contexto de diversidade social como América Latina, violentada e ocultada em sua cultura originária os anseios por justiça e proteção aos direitos humanos, pois, a concepção ocidental hegemônica de definição do que sejam direitos humanos, torna-se incapaz de absorver as diferentes matrizes culturais e compreensão do mesmo tema.

Assim, haja possibilidade a partir das práticas emancipatórias, da concepção de novas teorias e da tentativa de consolidá-las, mesmo com a criação de inúmeros embates, e a superação das bases inventadas e construídas ao longo do tempo, que não tem condições de sustentar os pilares necessários ao desenvolvimento social, torna-se possível a nova concepção de teorias como a do pluralismo jurídico, que fundamentada em aspectos como a interculturalidade, desenvolve fatores que serão essenciais á consolidação dos direitos humanos como fator primário e paradigma á ser reconhecido em busca da justiça social intercultural.

Conclusão

Por fim, cabe mencionar que as pesquisas teóricas problematizaram o estudo do direito tradicional e também de uma teoria dominante sobre os direitos humanos, revelando à produção de uma juridicidade a margem do poder hegemônico do Estado em crise. Resta-nos no âmbito do estudo e da prática emancipatória do núcleo, levar ao encontro das comunidades espoliadas e marginalizadas do poder (político e jurídico) essas teorias num processo de educação popular e encontro de culturas numa relação social horizontal, onde os aprendizados sejam compartilhados. O próximo passo do projeto é observar como se manifesta a produção jurídica alternativa fora dos muros da universidade, bem como absorver as diversas concepções de direitos humanos das culturas populares. Dessa forma, se a teoria do pluralismo jurídico possibilitou a desmistificação do direito tradicional, espera-se com a prática junto às comunidades periféricas nos mostrar outro modo de construir o direito e a justiça.



PRÓ-EGRESSO E INSTITUIÇÕES: UNIDOS EM PROL DO CONVÍVIO SOCIAL

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo trabalho: Gisele Alves de Sá QUIMELLI

Instituição: Programa Pró-Egresso (PPE). Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Gisele Alves de Sá QUIMELLI¹;
Roseni Inês Marconato²;
Camila Silva EIDAM³;
Viviane Matoski ORLOWSKI⁴;
Rosiane HENNEBERG⁵.

Resumo: O Serviço Social no PPE não se limita às condições impostas pelo poder judiciário, visto que, elabora e desenvolve subprojetos a partir das necessidades apresentadas no cotidiano da prática acadêmica e profissional, durante os atendimentos com os beneficiários. Neste sentido, criou-se o subprojeto “PPE e Instituições” que tem o intuito de realizar parcerias com Instituições públicas de Ponta Grossa, para viabilizar a pena de Prestação de Serviço Comunitário (PSC) e promover a reflexão do beneficiário. Esta relação de parceria se efetiva via convênio com validade de 03 anos, podendo ser renovado. Como resultado do subprojeto, atualmente, tem-se 210 instituições conveniadas, que contribuem significativamente no processo educativo inerente à prestação do serviço comunitário e ao convívio social.

Palavras-chave: Penas Alternativas, Convívio Social, Parcerias.

Introdução

De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária (2001, s/p) esta consiste num “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”. Sendo assim podemos assegurar que a extensão universitária contribui significativamente na formação acadêmica e propicia mudanças positivas na sociedade.

O Programa Pró-Egresso (PPE), instituído em Ponta Grossa em 1977, é um programa de extensão universitária, viabilizado através de um convênio estabelecido

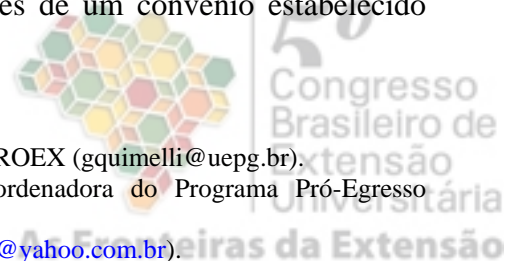
¹ Dra. Profª. do Depto. de Serviço Social da UEPG, Pró-Reitora PROEX (gquimelli@uepg.br).

² Mestre Profª. do Depto. de Serviço Social da UEPG, Coordenadora do Programa Pró-Egresso (rosenines@yahoo.com.br).

³ Acadêmica do 3º Ano de Serviço Social da UEPG (camilaeidam@yahoo.com.br).

⁴ Assistente Social do Programa Pró-Egresso (viviane.orlowski@gmail.com).

⁵ Rosiane Henneberg. Pedagoga do Programa Pró-Egresso (rosiane@uepg.br).



entre a Secretaria do Estado da Justiça e da Cidadania e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais.

O referido Programa tem como finalidade prestar assistência social, jurídica, pedagógica e psicológica a egressos do sistema penitenciário e aos beneficiários da pena alternativa de Prestação de Serviço Comunitário (PSC). De acordo com a previsão expressa no artigo 26 da Lei de Execuções Penais, o egresso, é o liberado definitivo, pelo prazo de 01 (um) ano a contar da saída do estabelecimento ou o liberado condicional, durante o período de prova.

Conforme o Manual de Procedimentos Básicos para Acadêmicos Estagiários do Programa Pró-Egresso de Ponta Grossa (2002), a função do Serviço Social no Programa é fiscalizar e orientar os beneficiários com Livramento Condicional, Regime Aberto, Suspensão Condicional da Pena e do Processo e aqueles que são favorecidos por PSC, encaminhados pelas Varas Criminais, Varas de Execuções Penais e Juizado Especial criminal, buscando auxiliá-los no seu no convívio social e familiar e realizando atividades, a fim de desmotivar a reincidência criminal. Este trabalho é efetivado através de atendimentos individuais aos beneficiários do Programa, visando propiciar um espaço reflexivo sobre o delito que cometeram, despertando-os a exercerem seus direitos e deveres de cidadãos. Segundo GUINDANI:

O assistente social, por meio de múltiplas intervenções, pode conquistar um espaço fundamental, ao desenvolver o fortalecimento das relações entre sujeitos estigmatizados e despertar a comunidade para a necessidade de mudar o rumo das proporções assumidas pela violência/criminalidade. Com isso, promove o processo de inclusão dos apenados, bem como a desmistificação da identidade socialmente construída. (GUINDANI, 2001, p. 43).

O Serviço Social no PPE não se limita às condições impostas pelo poder judiciário, visto que, através dos atendimentos realizados procura identificar e trabalhar com as maiores dificuldades que impedem a melhoria da condição de vida do beneficiário do PPE. Tal trabalho é efetivado através de subprojetos extensionistas, voltados para as necessidades mais frequentes apresentadas no cotidiano do referido Programa, tais como: “Aprendendo a Recomeçar”, “Boletim Informativo: Elo”, “Parceiros pela Vida”, “Refletindo para um novo caminhar”, “PPE e Instituições”, “Encontro das Instituições”, “Desafiando Números”, “Refletir para Brilhar”, “Capacitação Periódica”, “Qualificando para a Vida” e “Números da Superação”.

Dentre estes, vale ressaltar o subprojeto “PPE e Instituições: Um espaço para reflexão”, que tem o objetivo de realizar parcerias com instituições, como igrejas, escolas, associações de moradores, entre outras instituições públicas, com o intuito de propiciar um ambiente para o cumprimento da PSC e possibilitar a reflexão do indivíduo sobre seu delito, sua realidade e seus valores, despertando-o para que exerça seus direitos e deveres de cidadão.

Os encaminhamentos às instituições são realizados pela equipe de Serviço Social de acordo com as aptidões e experiências profissionais do prestador de serviço comunitário, buscando com que o mesmo sinta-se útil com o desenvolvimento de seu trabalho, beneficiando a si mesmo e a instituição, e, conseqüentemente, favorecendo um bom convívio social.

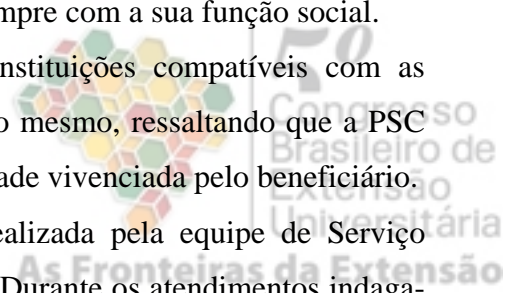
Neste sentido, este subprojeto permite que se crie um ambiente de possibilidades para desmistificar a figura da pessoa que cumpre uma determinação judicial, bem como possibilita atingir o principal objetivo pedagógico da PSC: a reflexão do delito cometido.

Metodologia

A parceria entre PPE e instituições efetiva-se através de um termo de compromisso, com validade de três anos, podendo ser renovado, o qual contém a assinatura da coordenadora do PPE e do(a) responsável pela instituição e/ou outro responsável pelo acompanhamento da PSC. Deste modo, é necessário primeiramente entrar em contato telefônico com a instituição que deseja estabelecer convênio com o Programa, a fim de agendar uma visita da equipe de Serviço Social responsável por esta atividade. Nesta visita são discutidos temas relacionados ao PPE, a Prestação de Serviço à Comunidade e explanadas todas as cláusulas do convênio. Além disso, salienta-se a importância da instituição no processo de convívio social dos beneficiários, pois enquanto integrante de uma sociedade democrática, que visa a inclusão social e a exclusão de qualquer discriminação ou preconceito, cumpre com a sua função social.

Ao encaminhar os beneficiários buscam-se instituições compatíveis com as aptidões e experiências profissionais ou habilidades do mesmo, ressaltando que a PSC deve consistir num processo reflexivo a partir da realidade vivenciada pelo beneficiário.

A fiscalização do cumprimento da pena é realizada pela equipe de Serviço Social do PPE, através de acompanhamentos mensais. Durante os atendimentos indaga-



se sobre o andamento do cumprimento da pena, se o beneficiário foi bem acolhido e motivado na instituição, entre outras questões, inerentes ao tema e a situação do beneficiário.

O PPE e as instituições mantêm contato telefônico constantemente e quando necessário são realizadas visitas. Também conta-se com o subprojeto “ELO”, que objetiva fortalecer a integração e a relação de parceria entre o Programa Pró-Egresso e as Instituições Conveniadas. O “ELO” consiste em boletins informativos, elaborados bimestralmente, trata-se de um canal de informações repassadas às instituições como forma de sanar dúvidas frequentes e apresentar o trabalho desenvolvido pelo PPE. Além disso, facilita a comunicação ao socializar com a instituição a possibilidade de manter contato com o Programa via *e-mail*.

Vale citar que também contamos com o subprojeto “Encontro das Instituições”, que é realizado anualmente com o intuito de propiciar um ambiente crítico e reflexivo para os representantes das Instituições, passando informações necessárias e sanando dúvidas sobre o Programa Pró-Egresso e a Prestação de Serviço Comunitário.

Resultados

Atualmente o PPE mantém parceria com aproximadamente 210 instituições, as quais de acordo com as respostas dos beneficiários ao formulário de avaliação (que possui questões inerentes ao PPE, a PSC e as instituições, e é realizada no seu último comparecimento no PPE após o cumprimento das horas previstas) identificou-se que o ambiente da instituição contribui intensamente no processo de convivência do beneficiário no meio social, uma vez que, os beneficiários em geral, sentem-se úteis no desenvolvimento de sua pena e são bem acolhidos, favorecendo a reflexão sobre a realidade do beneficiário. Além disso, este espaço possibilita a convivência do beneficiário com pessoas diferentes, criando vínculos de amizade, troca de informações e experiências de vida. Alguns inclusive tornam-se voluntários na instituição após encerrar a pena.

A partir disso pode-se observar, através do Encontro Anual das Instituições, que é de grande valia o trabalho realizado pelos beneficiários nas mesmas, pois promove o convívio social e comunitário ao beneficiário, e em contrapartida, contribui com serviços prestados na Instituição.

Conclusão

É de grande relevância a parceria realizada entre PPE e Instituições, uma vez que sem esta relação de parceria, seria impossível encaminhar os beneficiários que cometeram algum delito ou sanção penal, para realização da PSC e também propiciar a oportunidade de reflexão sobre seu delito e sua realidade vivenciada.

Nesse sentido, o PPE constitui-se num mecanismo para que o beneficiário vislumbre seu lugar na sociedade, e as Instituições parceiras contribuem significativamente nesse processo. Por outro lado o contato estabelecido pela equipe do PPE com as instituições, para renovação ou realização de convênios novos, propiciam significativo espaço de reflexão por parte dos seus responsáveis, que estabelecem vínculos de confiabilidade com a equipe do Programa.

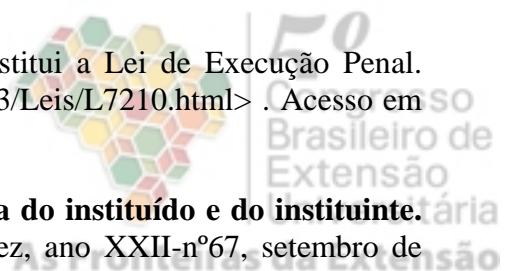
Há aspectos relevantes que dizem respeito à formação acadêmica. Vale ressaltar que este programa de extensão oportuniza a viabilização de vários subprojetos e assim proporciona um aprimoramento na formação acadêmica, pois os estagiários participam de todo o processo que envolve os subprojetos aqui mencionados. Ainda há integração ensino, pesquisa e extensão, através de trabalhos para disciplinas de sala de aula ou para elaboração de trabalho de conclusão de curso. A participação no PPE é um instrumento que proporciona a produção do conhecimento e o desvelamento da realidade, avaliação do agir profissional, contribuindo para o desenvolvimento da ciência, e, conseqüentemente, acarretando em muitos benefícios para os indivíduos na sociedade.

Referências

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SEsu/MEC. Edição atualizada.2000/2001. Disponível em: <<http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2009/forun/Plano%20Nacional%20de%20Extens%E3o.pdf>>. Acesso em 18 de Maio de 2011.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.html> . Acesso em 11 de abril de 2011.

GUINDANI, M. K. A. **Tratamento penal: a dialética do instituído e do instituinte**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XXII-nº67, setembro de 2001.



Programa Pró-Egresso. **Manual de Capacitação do Estagiário do Programa Pró-Egresso.** Ponta Grossa, 2002.



**PROMOVER CIDADANIA, RESGATAR DIGNIDADES: UM DESAFIO PARA O
CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DO AGRESTE DA
PARAÍBA.**

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

**Gerson Ricardo Fernandes da Silva¹; Euricleide Nicácio Floro²; João Maria Cardoso e
Andrade³.**

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar as experiências desenvolvidas no processo de implantação do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba (CRDHA-PB) no Centro de Humanidades (Campus III/UEPB) em Guarabira. O projeto em questão é fruto de uma parceria realizada entre a Universidade Estadual da Paraíba e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), inserindo-se no espaço do Programa “Direitos Humanos, Direitos de Todos”, desenvolvido pela própria SEDH/PR voltado para a Implantação de Serviços de Fornecimento de Documentação Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita. A metodologia do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba compreende atividades que se orientam a partir de quatro eixos de atuação: Orientação sobre direitos; Assessoria jurídica; Capacitação em Direitos Humanos e Mediação de Conflitos; Rede de Parceiros. Logo, este trabalho, encontra-se sendo desenvolvido no sentido de construir uma “Rede de Defesa dos Direitos Humanos no Agreste da Paraíba”, o qual tem sido o principal foco de atuação do CRDHA. Desse modo, a construção dessa Rede de Defesa deu condições para a realização da 1ª Oficina de “Noções Básicas em Direitos Humanos” a qual teve uma carga horária total de 24 horas divididas em 03 encontros, além de outras ações de promoção da defesa dos Direitos Humanos, também desenvolvidas durante o primeiro ano de trabalho do CRDHA. Assim, as ações até aqui desenvolvidas pela equipe do CRDHA tem se concentrado na materialização das bases para que os objetivos propostos no projeto básico possam ser alcançados.

¹ Graduando do Curso de Bacharelado em Direito, ministrado no Centro de Humanidades – Campus III/UEPB e Estagiário Bolsista do CRDHA - Convênio Siconv nº 718552/2009 – SEDH/PR – Processo nº 00008.000745/2009-45- SNPDDH. E-mail: ricardonegronego@hotmail.com

² Graduanda do Curso de Bacharelado em Direito, ministrado no Centro de Humanidades – Campus III/UEPB, e Estagiária Voluntária do CRDHA - Convênio Siconv nº 718552/2009 – SEDH/PR – Processo nº 00008.000745/2009-45- SNPDDH. E-mail: cleideuepb@gmail.com

³ Graduando do Curso de Bacharelado em Direito, ministrado no Centro de Humanidades – Campus III/UEPB, e Estagiário Voluntário do CRDHA - Convênio Siconv nº 718552/2009 – SEDH/PR – Processo nº 00008.000745/2009-45- SNPDDH. E-mail: joaoandrade.uepb@hotmail.com

Palavras-chave: Cidadania; Dignidade; Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Inserido em uma região onde a média do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M (PNUD, 2003) é quase a metade da média nacional, o Centro de Humanidades, Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, proporciona um atendimento direto a mais de 45 cidades circunvizinhas que alcançam populações não só da Paraíba, como também de outros estados do Nordeste, quais sejam o Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará e Bahia. O universo de estudantes servidos diretamente pelo Centro de Humanidades, onde está sendo implantado o Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba, alcança a ordem de mais de 2.500 estudantes que frequentam diuturnamente os cursos ofertados pela instituição.

A compreensão a respeito do Índice de Desenvolvimento Humano é de suma importância, pois, de acordo com o “Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil”,

[...] O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios as dimensões são as mesmas – educação, longevidade e renda –, mas alguns dos indicadores usados são diferentes. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDHM) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores. (PNUD, 2003).

Assim, mesmo através de uma rápida análise do índice IDH-M é possível observar, inclusive, a qualidade de vida das pessoas e, conseqüentemente, de que forma têm ou não acesso aos serviços prestados pelo poder público que garantam o acesso aos direitos fundamentais, proporcionando assim, cidadania.

No caso do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba, a proposta do projeto é tentar alcançar um arco geográfico que possui uma média do IDH-M na ordem de 0,578 enquanto que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro é de 0,813.

Por isso, o projeto do CRDHA procurou compreender essa grande região formada pelas microrregiões do Agreste paraibano, Brejo paraibano e Curimataú Oriental (IDEME, 2000) compreendendo um total de 30 municípios que além da circunvizinhança geográfica e

do baixo índice de desenvolvimento possuem uma população estimada em 350 mil habitantes e uma área aproximada de 3.500 quilômetros quadrados.

Nessa região, se encontram populações que tem sofrido cada dia mais com as mudanças e permanências políticas, econômicas, tecnológicas, culturais e sociais, por que vem passando a nossa sociedade. Tais transformações historicamente não conseguiram ser acompanhadas pela disposição do Estado em implementar políticas públicas capazes de atender às demandas sociais.

Contudo, apesar da desproporção entre as demandas sociais e seus atendimentos por parte do Estado, os Direitos Humanos se tornou ponto central nas diversas ações desenvolvidas não apenas pelo Estado, mas também e principalmente, pelos movimentos sociais.

Portanto o objetivo deste artigo é relatar as primeiras experiências no processo de implantação das ações do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba, entre os quais, prestação de assistência jurídica nos casos necessários, priorizando a mediação; orientação de cidadãos sobre seus direitos; construção de uma Rede de Defesa de Direitos Humanos no Agreste da Paraíba e outros.

METODOLOGIA

O processo metodológico do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba compreende atividades a serem realizadas nas cidades compreendidas nas microrregiões supracitadas que se orientam a partir de quatro eixos de ação:

1. Orientação sobre direitos: através da disseminação de informações junto à população sobre os direitos e deveres do cidadão dando ênfase sobre as formas e instrumentos de defesas desses direitos. Como material didático-pedagógico utilizaremos folders e cartazes, confeccionados especificamente pelo CRDHA para suporte à ação de disseminação de informações.
2. Assessoria jurídica básica: prestação de assistência jurídica, que englobará desde uma simples orientação até a propositura de ações judiciais, tomando como foco a prática da mediação na busca pela solução pacífica dos conflitos, em parceria com o escritório de Prática Jurídica do Curso de Bacharelado em Direito;
3. Capacitação em Direitos Humanos e Mediação de Conflitos: atividades que compreendem oficinas e reuniões com as lideranças locais e membros da equipe técnica, tendo como foco a formação de “agentes da cidadania”. Serão ministradas oito oficinas, sendo quatro na região de Guarabira (que engloba 14 municípios),

duas na região do Brejo paraibano (que engloba 08 municípios) e duas na região do Curimataú Oriental (que engloba 08 municípios). O público a ser atendido pelas oficinas será de 132 pessoas distribuídas entre os 30 municípios alvos do CRDHA.

4. Rede de Parceiros: construção de parcerias nos diversos municípios que serão atendidos pelo CRDHA e deverá compreender ações de levantamento e cadastramento das diversas organizações, além da mobilização para que possam conhecer e se integrar ao projeto do CRDHA. As atividades estão propostas para cumprirem um cronograma que deverá entender-se pelo período de doze meses, ou sendo prorrogado por igual período.

RESULTADOS

A experiência prática das atividades do CRDHA vem demonstrando que a construção do quarto eixo de ação do projeto é de extrema importância para alcançar os objetivos propostos. Destarte, o trabalho desenvolvido no sentido da construção da “Rede de Defesa dos Direitos Humanos do Agreste da Paraíba”, tem sido o principal foco de atuação da Equipe do CRDHA. A pavimentação proporcionada pela Rede deu condições para a realização da 1ª Etapa da “Oficina de Noções Básicas em Direitos Humanos”, além do estabelecimento de importantes contatos com as mais diversas organizações da sociedade civil organizada presentes na região de Guarabira. Outro resultado que vem sendo alcançado é a participação dos estagiários em eventos de cunho acadêmico a exemplo da V Semana de Humanidades, realizada no Centro de Humanidades – Campus III da UEPB; do Seminário Regional da Diocese de Guarabira/PB, sobre os 20 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente; do I Congresso Internacional da Cátedra de EJA da UNESCO, realizado no Espaço Cultural em João Pessoa/PB; da V Semana de Extensão da UEPB, realizada na cidade de Campina Grande/PB; das duas edições do Seminário de Direitos Humanos do DCE/UEPB, realizados na cidade de Campina Grande/PB; da realização da I Jornada de Direitos Humanos do Agreste da Paraíba, realizada no Campus III da UEPB; da I Amostra de Cinema para promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos. Aliados a esses resultados, o CRDHA conta com um “blog” na internet (<http://direitoshumanosagreste.blogspot.com>), que tem servido como importante veículo de comunicação do Centro e de disseminação de informações das atividades desenvolvidas.



CONCLUSÃO

Apesar de se encontrar ainda em curso, os trabalhos até aqui desenvolvidos pela equipe do CRDHA tem se concentrado na materialização das bases para que os objetivos propostos possam vir a ser alcançados. O projeto possibilitará ainda o apoio ou a criação de fóruns locais e regionais de direitos humanos e fundamentais a partir dos municípios acompanhados, tendo como principal objetivo a ampliação dessa prática pelas regiões do Agreste e Brejo paraibano. A partir daí, teremos condições de acompanhar questões relativas aos Direitos Humanos em suas diferentes ordens, tais quais: os direitos das populações tradicionais (especialmente quilombolas), questões agrárias, questões urbanas, questões de violência, além de questões relacionadas a preconceitos e discriminações contra negros (as), mulheres, idosos (as), homossexuais, portadores (as) de necessidades especiais dentre outros. Destarte, não nos é possível, no atual estágio do projeto, realizar a apresentação de resultados finais ou de maiores considerações em torno do trabalho que vem sendo desenvolvido, haja vista que o mesmo ainda se encontra em execução.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2009.

Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba (CRDHA). **Projeto Básico**. Convênio Siconv nº 718552/2009 – SEDH/PR – Processo nº 00008.000745/2009-45-SNPDDH. Brasília, 2009. Disponível em: <http://direitoshumanosagreste.blogspot.com/>.

<http://www.aesa.pb.gov.br/> Acesso em: 17 de março de 2010.

<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 de dezembro de 2009.

<http://www.ideme.pb.gov.br/index.php>. Acesso em: 03 de dezembro de 2009.

<http://www.pnud.org.br/home/>. Acesso em: 03 de dezembro de 2009.

PNUD. **Ranking do IDH-M dos municípios do Brasil**. ONU, 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>. Acesso em: 03 de dezembro de 2009.



EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA NA VILA ACABA MUNDO: UMA EXPERIÊNCIA DE USUCAPIÃO COLETIVO

Área temática: DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Nome dos Autores: Natalia Cardoso Marra

CoAutores:

SHIRLEY MARIA LIMA SABINO, RODOLPHO VENTURINI DE ASSIS PIMENTEL,

KENEA HENRIQUE DE OLIVEIRA, FABIO ANDRE DINIZ MERLADET,

MARCOS MESQUITA DAMASCENO, ISABELLA GONÇALVES MIRANDA

RESUMO

O Programa Pólos de Cidadania atua na Vila Acaba Mundo, desde 2005, com o projeto de Regularização Fundiária Sustentável. Essa comunidade começou a ser formada na década de 1950 e nela vivem cerca de 1400 pessoas. As primeiras ações realizadas na Vila eram relacionadas com a geração de trabalho e renda, mas com a convivência mais próxima da comunidade, ficou clara a demanda por segurança da posse. Assentada em área nobre de Belo Horizonte, a Vila sofre com a pressão do mercado imobiliário e com processos judiciais de reintegração de posse. Desse modo, o objetivo do Programa Pólos na atualidade é apoiar a comunidade na luta pela efetivação do direito à moradia digna, por meio de atuações judicial e extrajudicial, diálogos interinstitucionais, fortalecimento de redes e mediação comunitária. O que se busca é a construção de uma identidade coletiva da Vila Acaba Mundo, a qual agregue todos os moradores enquanto sujeitos ativos da luta comum pela moradia digna. O presente trabalho foi elaborado a partir desta experiência de extensão na Vila Acaba Mundo, utilizando referências bibliográficas, entrevistas realizadas com lideranças locais e registros de reuniões e encontros. O processo de mobilização na Vila está sendo o grande desafio, por essa ser uma área fragilizada e que já foi objeto de várias ameaças. Para efetivar a moradia em um local carente a comunidade deve estar mobilizada e ser partícipe das ações para conseguir o acesso à justiça e requerer o usucapião especial, instrumento eficaz para a efetivação da moradia.

Palavras-chave: Moradia – Acesso à justiça – Mobilização

conhecimento da existência da ação quando já há mandado judicial de demolição dos barracos. O devido processo legal é lesado pela não participação dos possuidores na apresentação da defesa. Atualmente, 71 famílias da Vila encontram-se sob o risco eminente de perder sua moradia.

O direito à moradia configura-se entre os direitos sociais fundamentais, está expressamente disposto no art. 6º da CF de 1988 e atualmente vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões jurídicas e sociais, em face do déficit habitacional das cidades, da irregularidade fundiária e da dificuldade de acesso a uma moradia digna para as parcelas mais pobres da sociedade.

A Constituição da República Federativa do Brasil recepcionou o direito à moradia enquanto um direito social via a Emenda nº 26, de 14.02.2000, que alterou a redação do artigo 6º, que elenca os direitos sociais. Assim, o legislador atento a situação caótica das cidades brasileiras, em especial ao alarmante déficit habitacional, conferiu caráter de direito fundamental social expresso ao direito à moradia.

Para garantir a efetivação do direito à moradia a Constituição da República de 1988 propôs algumas inovações, como a função social da propriedade e o instrumento do usucapião especial para fins de moradia. Esse instrumento possibilita o acesso ao direito de propriedade para aquelas pessoas de baixa renda que exercem posse contínua de áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados para sua moradia, por um prazo mínimo de cinco anos, sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

O usucapião especial coletivo é um importante instrumento capaz de efetivar o direito à moradia, proporcionando a regularização fundiária e a legalização da “cidade ilegal”. Por um lado, a própria legislação urbanística possui um caráter elitista e gera segregação social do espaço, mas por outro, é também a legislação capaz de reverter esse contexto e favorecer as pessoas que ocupam imóveis clandestinamente, garantindo-lhes o direito a uma habitação de qualidade. Apesar de respectivo instrumento estar regulamentado legalmente no Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/01), ainda é pouco utilizado no país. Isso denota o conservadorismo da ordem jurídico-urbanística, que segue privilegiando uma visão privatista da propriedade imobiliária urbana, em que o direito individual de propriedade se sobrepõe ao direito à cidade, entendido como um direito difuso, e ao direito fundamental à moradia digna.

Tendo em vista a possibilidade de ingresso da ação de usucapião coletivo em prol da efetivação do direito à moradia para os moradores da Vila Acaba Mundo, o Pólos de Cidadania, enquanto programa de extensão universitário, se propôs a mobilizar e instruir os moradores, para o ingresso da respectiva ação.

O Programa Pólos de Cidadania surgiu na década de 1990 e dispõe de um olhar diferenciado no âmbito da pesquisa e extensão universitários. Utiliza pressupostos metodológicos da pesquisa-ação que visam, a partir da interrelação entre o pesquisador e os participantes representativos da situação-problema, fornecer subsídios para a emancipação social de grupos em situação de vulnerabilidade, tornando-os sujeitos ativos e transformadores da própria realidade.

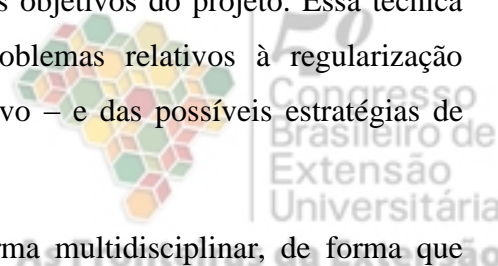
Desse modo, através do Núcleo de Direito à Cidade do Programa Pólos, composto por um técnico em direito e estagiários de direito, ciências sociais, geografia, arquitetura e psicologia, foram realizados termos de cooperação com a Divisão de Assistência Judiciária da UFMG e com o Escritório de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais para o acompanhamento e a instrução processual, garantido à comunidade da Vila Acaba Mundo o acesso à justiça e à moradia.

Material e Metodologia

O Programa Pólos de Cidadania atua na linha metodológica da pesquisa-ação. A pesquisa-ação consiste em uma técnica que tem referência empírica e é desenvolvida em estreita correlação com uma ação ou com a solução de problemas coletivos. São pressupostos da pesquisa-ação: 1) a existência de um problema coletivo; 2) o envolvimento solidário e dialógico de todos os participantes (pesquisadores e pessoas da comunidade); 3) a participação, das pessoas da comunidade, na investigação como sujeitos e não como meros informantes (GUSTIN; DIAS, 2002).

No caso concreto da Vila Acaba Mundo, a pesquisa-ação se apresenta como a técnica de atuação em campo mais viável para a consecução dos objetivos do projeto. Essa técnica permite que haja uma abordagem simultânea dos problemas relativos à regularização fundiária na vila – com a aplicação do usucapião coletivo – e das possíveis estratégias de solução de tais problemas.

O desenvolvimento das atividades ocorre de forma multidisciplinar, de forma que técnicos e estagiários possam trazer questionamentos e perspectivas de diversas áreas do



conhecimento. A multidisciplinaridade garante que a busca pela excelência técnico-acadêmica, próxima da realidade. O resultado é a produção de conhecimento transdisciplinar, com o envolvimento de todos os membros em todas as fases do projeto, visando não à simplificação do objeto de estudo, mas a compreensão de sua complexidade.

As atividades empregadas para o sucesso do trabalho se baseiam na pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, em entrevistas realizadas com os moradores, na participação de reuniões e ações realizadas por entidades reconhecidas pela Vila, em processos de mobilização social, na realização de plantões na comunidade para esclarecimento de dúvidas, mediação de conflitos e recolhimento da documentação necessária, organização de assembléias e teatro de rua educativo.

A equipe passou pelas casas da Vila e organizou assembléias explicando e orientando os moradores sobre como funciona a ação de usucapião coletivo. Para a mobilização da comunidade a Trupe a Torto e a Direito, também do Programa Pólos, se apresentou e fez um cortejo lúdico e educativo retratando a importância do envolvimento de todos. Mesmo atuando ativamente na mobilização dos moradores, esse ainda é o maior desafio, conquistar a confiança desses no Programa e na justiça.

Resultados e Discussões

Os resultados da pesquisa têm confirmado a hipótese de o usucapião coletivo ser o instrumento mais adequado para regularização fundiária da área. Com esses resultados em mão, abre-se a possibilidade de colocar em prática o objeto de estudo, isto é, ajuizar a ação. Para isso, estão sendo realizados processos de mediação, mobilização e participação intensos da comunidade.

Foi identificado que as políticas públicas implantadas no município de Belo Horizonte não atendem às necessidades das comunidades carentes, geram um grande número de remoções para locais pouco providos da prestação de serviços básicos. Como o Poder Público não demonstra interesse em regularizar a Vila Acaba Mundo e diante do aquecimento do mercado imobiliário elitizado na região, somente através da ação de usucapião especial coletivo é possível a garantia do direito à moradia dos moradores da Vila. Todos os requisitos para respectiva ação são cumpridos pela comunidade em questão e com a devida instrução desta, mediante intervenções de mobilização social, está próximo o momento de ingresso do pedido de usucapião especial coletivo.

Conclusão

A comunidade da Vila Acaba Mundo é hoje parceira do Programa Pólos na concretização do direito à moradia. Entidades que atuam na Vila, lideranças comunitárias e moradores estão empenhados na instrução da ação de usucapião coletivo. Ainda existem pessoas resistentes ou descrentes do sucesso da ação, mas a presença dos moradores nos plantões realizados pelo Programa e nas assembléias é significativa.

Os pesquisadores envolvidos estão tendo a oportunidade de se desenvolverem academicamente, escrevendo, lendo e publicando. Além do ganho acadêmico, o constante contato com a comunidade e a necessidade de constante articulação interinstitucional (com órgãos da prefeitura, do judiciário e entidades da sociedade civil organizada) possibilitam crescimento pessoal.

O usucapião especial coletivo é um instrumento novo e o relato da experiência vivida pela equipe da extensão do Programa Pólos poderá servir de exemplo e contribuir para o sucesso de ações desempenhadas em outras localidades do país, afinal, a irregularidade urbana e o déficit habitacional não são problemas exclusivos da Vila Acaba Mundo.

Referências

BRASIL, Constituição Federal, 1988.

BRANDÃO, C. A. (Org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CORDEIRO, C. J. *Usucapião constitucional urbano*. São Paulo: Max Limonad, 2001.

COUTINHO, R., BONIZZATO, L. *Direito da cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

DURAND-LASSERVE, A.; ROYSTON, L. *Holding their ground: secure land tenure*. Earthscan Publications, 2002.

DALLARI, D. Usucapião coletivo. *Revista de informação legislativa*, v.29, n.115, p.373-380, jul./set., 1992.

DALLARI, A.; DI SARNO, D. *Direito urbanístico e ambiental*. São Paulo: Fórum, 2007.

FERNANDES, E. *Direito Urbanístico*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. *Novo curso de Direito processual civil*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.



GUSTIN, M. B. S.; DIAS, M. T. F.. *(Re)Repensando a pesquisa jurídica: teoria e prática.* – Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

HUMBERT, G. L. H. *Direito urbanístico e função socioambiental.* São Paulo: Fórum, 2009.

KRAMER, M. *Dispossessed: Life in Our Worlds Urban Slums.* Orbis Books, 2006.

LOMAR, P. J. Usucapião coletivo e habitação popular. *Revista de Direito Imobiliário*, v.24, n.51, p.133-149, jul./dez., 2001.

MATTOS, L. *Nova ordem jurídico-urbanística: função social da propriedade na prática nos tribunais.* Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

PAIXÃO, L. O usucapião coletivo e as normas ambientais. *Revista de direitos difusos*, v.34, n.6, p.73-95, nov./dez., 2003.

PRESTES, V. B.; VIZZOTTO, A. T. *Direito Urbanístico.* São Paulo: Verbo Jurídico, 2009.

RIBEIRO, L.C.; CARDOSO, A. *Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade.* Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2003.

RODRIGUES, F. L. *Estudos de Direito Constitucional e Urbanístico.* Rio de Janeiro: RCS, 2007.

SILVA, J. A. *Direito Urbanístico brasileiro.* São Paulo: Malheiros, 2008.

UN HABITAT. *Analytical Perspective of Pro-poor Slum Upgrading Frameworks*, 2006.